

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE EM TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA DE ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

ELIZA CAVEDON MAZZAROLO

A EMERGÊNCIA DO SUJEITO PRAGMÁTICO NA TERCEIRA
FASE DA AD

PORTO ALEGRE

2015

Eliza Cavedon Mazzarolo

A EMERGÊNCIA DO SUJEITO PRAGMÁTICO NA TERCEIRA FASE DA AD

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras, modalidade Acadêmica, na área de concentração Estudos da Linguagem.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Ana Zandwais

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Mazzarolo, Eliza Cavedon

A emergência do sujeito pragmático na terceira fase da AD / Eliza Cavedon Mazzarolo. -- 2015.
120 f.

Orientadora: Ana Zandwais.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Análise de Discurso. 2. Sujeito pragmático. 3. Forçagem. 4. Michel Pêcheux. I. Zandwais, Ana, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, em particular ao seu corpo docente, pelos momentos de conhecimento compartilhados.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, por propiciar-me o tempo necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Documentação em Filosofia Balthazar Barbosa Filho, pelo inestimável auxílio em traduções e discussões dos temas filosóficos recorrentes na obra de Michel Pêcheux.

Ao Gerson, por compartilhar as horas boas e as horas más.

À Martina, meu pequeno sol, cuja colaboração tornou mais demorada a finalização deste trabalho, mas tornou também minha vida infinitamente mais feliz.

À professora Ana Zandwais, por ter me recebido (novamente) como orientanda, pela compreensão para com minhas dificuldades, para com o meu percurso na vida e no mestrado e, sobretudo, pelo exemplo de seriedade na pesquisa e na vida acadêmica e pela paixão contagiante com a qual se dedica à Análise de Discurso.

A todos, meu muito, muito obrigada.

RESUMO

A presente dissertação é dedicada ao exame da terceira fase da Análise de Discurso, representada, predominantemente, como uma fase desconstrutiva e como indicadora de ainda incertos novos procedimentos de análise. Buscou-se, mediante o exame sistemático das teses apresentadas por Pêcheux em seus últimos escritos, definir tanto os termos mediante os quais se deu essa desconstrução quanto caracterizar positivamente as reordenações atinentes ao objeto, propósito e metodologia da AD neste período.

Palavras-chave: Pêcheux, Análise de Discurso, Sujeito Pragmático, Forçagem

ABSTRACT

This thesis is devoted to the consideration of the third phase of the Discourse Analysis, represented predominantly as a deconstructive phase and as an indicator of still uncertain new analytical procedures. We sought, through systematic examination of the the views put forward by Pêcheux in his later writings, set up both the terms by which this deconstruction was made and positively characterize the reordering relating to the object, purpose and methodology of the AD.

Key words: Pêcheux, Discourse Analysis, Pragmatic Subject, Forcing

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – OS SENTIDOS DO “REAL”	11
CAPÍTULO II – RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS.....	24
2.1 O corte epistemológico saussuriano	30
2.2 Um modelo para o corte epistemológico	34
2.3 O corte epistemológico da AD	36
CAPÍTULO III – A EMERGÊNCIA DO SUJEITO PRAGMÁTICO.....	45
3.1 O fim da ciência régia	45
3.2 A emergência do sujeito pragmático	66
CAPÍTULO IV – NOVAS INJUNÇÕES METODOLÓGICAS.....	77
4.1 Novos procedimentos de análise	89
4.2 Um estudo de caso: o que <i>falar</i> quer dizer?	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
BIBLIOGRAFIA	114

Introdução

Em artigo originalmente publicado em 1983, “A análise de discurso: três épocas”,¹ Pêcheux caracteriza as diferentes fases no desenvolvimento da AD do seguinte modo: (i) à primeira fase corresponderia a “exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural”;² (ii) à segunda fase, a “justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual”³ e, por fim, (iii) à terceira fase, caracterizada inicialmente como interrogativa e, sobretudo, desconstrutiva das noções até então empregadas, corresponderia, positivamente, a emergência de ainda incertos novos procedimentos de análise. A parte negativa, a “desconstrução das maquinarias discursivas”,⁴ anuncia, ao que parece, um profundo imperativo de reordenação metodológica, quando não um rompimento com o projeto iniciado em fins dos anos de 1960 e, conseqüentemente, uma completa reconsideração do objeto, dos propósitos, das metodologias, enfim, da própria AD como disciplina investigativa.

As mutações sofridas na passagem da Análise Automática do Discurso de 1969 (AAD 69), correspondente à primeira fase, para a AAD 75 (segunda fase), embora importantes para avaliar a necessária complexificação metodológica sofrida pela Análise do Discurso, podem ser consideradas “mutações evolutivas”, pretendendo tornar mais sofisticado o aparato de análise e, desse modo, capacitar a análises mais finas da intervenção determinante de

¹ Pêcheux, “A análise de discurso: três épocas”, in: F. Gadet e T. Hak (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas: UNICAMP, 1997, pp. 311-319.

² Pêcheux, *op. cit.*, p. 311.

³ *Id.*, *ibid.*, p. 313.

⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 315.

formações ideológicas na constituição de formações discursivas (mediante a introdução, sobretudo, da noção de *interdiscurso*) e, conseqüentemente, na produção de discursos particulares. Contudo, do ponto de vista dos procedimentos, todas as contas feitas, a “AD-2 manifesta muito poucas inovações: o deslocamento é sobretudo sensível ao nível da *construção* dos *corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada”.⁵

Se isso é correto, o projeto inicial permanece na AAD 75 e na apresentação de seus fundamentos teóricos em *Les vérités de La Palice*.⁶ Porém, o mesmo, como sugerido, não parece poder ser dito da terceira fase da AD: Jean-Jacques Courtine, por exemplo, não admite sequer a consideração do terceiro período da AD, como quer Denise Maldidier,⁷ em termos de uma “desconstrução controlada”. “Desconstrução”, sim; “controlada”, de modo nenhum:

“Não estou de nenhum modo seguro, em particular, que a ‘desconstrução’ do último período tenha sido ‘controlada’ <*maîtrisée*>. Ela me parece globalmente ter sido uma tentativa extremamente problemática de *aggiornamento* pós-marxista tornado inevitável pelo vazio teórico e político que se havia instalado. Essa reconversão forçada tomou a forma de uma ‘abertura’, de um apelo às ciências humanas e de uma tentativa de institucionalização no seio do CNRS. Não havia, evidentemente, nada de mau nisso, exceto que estava em completa contradição com tudo aquilo que o programa teórico-político althusseriano havia repetido incansavelmente desde sua origem. A empreitada não seria possível senão sob a condição de pretender ignorar a negação de si que constituía o seu princípio. Ela colocava a questão mais geral das saídas possíveis do universo teórico marxista e, singularmente, do universo althusseriano. Este não concebia alternativa, era pegar ou largar”.⁸

⁵ Pêcheux, “Análise do discurso: três épocas”, p. 315.

⁶ Publicada, no Brasil, sob o título *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, (Campinas: UNICAMP, 1988).

⁷ Sugestão apresentada em Denise Maldidier, *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*, Campinas: Pontes, 2003, pp. 71-98.

⁸ Jean-Jacques Courtine, “Le discours introuvable: marxisme et linguistique (1965-1985)”, *Histoire Épistémologie Langage*, tomo 13, fascículo 2, 1991, pp. 155-156, nota 2).

Que o terceiro período da AD tenha consistido em uma verdadeira tentativa de reinvenção da disciplina, fica particularmente claro quando se procede a uma análise fina do texto da conferência “Discurso: estrutura ou evento?”, proferida por Pêcheux em julho de 1983, no Congresso *Marxismo e a Interpretação da Cultura*, realizado na Universidade de Illinois/Urbana-Champaign.⁹

O objetivo da presente dissertação é justamente o de apresentar um esboço, esquemático e imperfeito que seja, desta que parece ser a reinvenção da AD, esboço este fundado principalmente no exame do artigo “Discurso: estrutura ou evento?”, o último texto de Pêcheux.

O artigo de Pêcheux em questão se encontra dividido em três seções. Na primeira delas, intitulada “Ganhamos”, temos um estudo de caso: a análise de um enunciado, “ganhamos”, apresentado a título de exemplo, de certo modo ainda sumário, dos novos interesses analíticos da AD. Na segunda, cujo título é “Ciência, estrutura e escolástica”, parece possível dizer, é apresentada uma reconsideração de alguns dos fundamentos teóricos da AD. E a terceira, intitulada “Ler, descrever, interpretar”, é dedicada a certas reflexões e injunções metodológicas. Essas três seções correspondem às três vias de consideração possíveis, propostas pelo autor, do tema do artigo, a saber, a natureza do discurso.¹⁰

No presente estudo, contudo, a ênfase será conferida à segunda seção do artigo – seção essa que deve justificar, senão no todo, ao menos em parte, as opções metodológicas da terceira, na medida em que elas podem ser sistematizadas. Semelhante sistematização, é preciso que se observe, deve, em alguma medida, ser possível – ao menos se algo mais ainda puder ser dito

⁹ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, in: Cary Nelson & Lawrence Grossberg (eds.), *Marxism and the interpretation of culture*, Urbana: University of Illinois Press, 1988, pp. 633-650. Há uma tradução em português feita por Eni Orlandi (*O discurso: estrutura ou acontecimento*, Campinas: Pontes, 1990). Não seguimos, no entanto, essa tradução.

¹⁰ Cf. Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, pp. 633-634.

sobre a Análise do Discurso para além da constatação, um tanto desalentadora, de que sem programa ou método, “ela permanece como uma problemática”, convidando-nos a construir, “por um processo, no limite, infinito”, objetos discursivos “em uma tríplice tensão entre a sistematicidade da língua, a historicidade e a interdiscursividade”.

“Dissipada a fantasia cientificista [característica das duas primeiras fases da AD], a análise de discurso tornou-se uma disciplina interpretativa. Nem programa, nem método, ela permanece como uma problemática. Por um processo, no limite infinito, ela convida a construir objetos discursivos em uma tríplice tensão entre a sistematicidade da língua, a historicidade e a interdiscursividade”.¹¹

¹¹ Denise Maldidier, “L’inquiétude du discours. Un trajet dans l’histoire de l’analyse du discours: le travail de Michel Pêcheux”, *Semen*, 8, 1993, p. 9.

Capítulo I – Os sentidos do “real”

A segunda seção do texto-conferência “Discurso: estrutura ou evento?”, intitulada “Ciência, estrutura e escolástica”, articula-se em torno de uma tese fundamental¹ e de suas consequências. A tese fundamental diz respeito à necessidade de distinguir criteriosamente, fazendo especial atenção à peculiar relação que se arma entre elas, duas concepções de *real*, atinentes respectivamente a duas concepções de universos discursivos – universos discursivos logicamente estabilizados e universos discursivos logicamente instáveis.

“Minha intenção ao tomar o evento de 10 de maio de 1981 como um exemplo foi o de levantar a questão do estatuto das discursividades que atravessam <traverse> um evento, entrelaçando <interweaving> proposições que parecem logicamente estabilizadas e, portanto, que podem ser univocamente respondidas (sim ou não, X ou Y) com aquelas formulações que são irremediavelmente equívocas. Objetos discursivos que parecem ser estáveis, que parecem privilegiados por uma independência lógica em relação aos enunciados produzidos acerca deles, trocam suas trajetórias com outros tipos de objeto cujo modo de existência é governado pelo próprio modo pelo qual fala-se deles. Um tipo de objeto é mais ‘real’ que outro? Há um espaço comum subjacente ao desdobramento de tão dissimilares objetos?”.²

O real pode ser concebido, em primeiro lugar, como um domínio de objetos (relativamente) independentes do modo como são discursivamente representados.

“Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, um objeto é independente em relação a qualquer discurso sobre ele é igualmente supor que, no interior

¹ Como será visto posteriormente, essa tese enseja a retomada e a aplicação consistente e sistemática de concepções epistemológicas manifestas desde os primeiros escritos de Pêcheux.

² Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 637.

do que aparece como sendo o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, eventos, processos), 'há algo de real'. Isto é, há pontos de impossibilidade determinando o que não pode não ser assim. O real é (a) impossibilidade... das coisas serem de outro modo. Portanto, não se descobre o real, esbarra-se nele, encontra-se com ele, acha-se ele".³

Trata-se aqui da suposição de um domínio onde o *fato* de um objeto possuir ou não uma propriedade ou qualidade é independente da maneira como dele falamos, isto é, de como o instituímos como um objeto de linguagem ou discurso. Tal domínio é indispensável para que se possa conceber a possibilidade de um discurso descritivo dotado de *validade objetiva*.

Com efeito, parece possível dizer que a suposição da independência do real face às descrições desse real é requisitada pelas próprias noções de verdade e de falsidade e, por conseguinte, é implicada pela ideia mesma de correção ou de incorreção daquilo que se diz. Admita-se, para efeito ilustrativo, as caracterizações aristotélicas das dicções (descritivas) verdadeiras e falsas: "dizer do ser que ele não é ou do não-ser que ele é, é o falso; dizer do ser que ele é e do não-ser que ele não é, é o verdadeiro".⁴ Se forem considerados, por simplicidade, unicamente os enunciados afirmativos, temos, *primeiro*, que dizer o verdadeiro é dizer do que é que é. Aqui, dois requisitos se mostram necessários para a dicção verdadeira: (i) é preciso que se diga como as coisas são – isto é, é preciso que se apresente ou se descreva, por exemplo, *A* como sendo *B*, ou, o que vem ao mesmo, o estado de coisas *AB* como sendo o caso (ao se dizer: *A é B*); (ii) é preciso igualmente que as coisas *sejam* do modo como foi dito que elas são (isto é, é preciso que o estado de coisas *AB* ocorra, ou, em outros termos, seja *real*). *Segundo*, se dizer o falso é dizer do que não é que é, novamente são encontrados dois requisitos para semelhante dicção: (i) é preciso que se apresente ou se descreva o estado de coisas *AB* como sendo o caso (ao se dizer: *A é B*); (ii) é preciso que as coisas *não sejam* do modo como foi dito (isto é, é preciso que o estado de coisas *AB* *não* ocorra, ou, em outros termos, que ele *não seja real*). Observe-se que tanto a dicção do

³ *Id.*, *ibid.*, p. 637.

⁴ Aristote, *Métaphysique*, Paris:Vrin, 1991, tomo 1, p. 151,(1011b25).

verdadeiro quanto a dicção do falso mantêm o primeiro requisito em comum, diferindo no segundo. Admita-se, agora, que o segundo requisito não seja logicamente independente do primeiro, isto é, suponha-se que seja implicado logicamente pelo primeiro requisito (o que equivaleria a dizer que o *real* é completamente dependente do modo como é dito ou descrito). Em semelhante circunstância, as coisas não poderiam não corresponder ao modo como são apresentadas na enunciação – isto é, apenas os enunciados verdadeiros seriam possíveis. Em outras palavras: a enunciação do falso seria impossível como enunciação (significativa), seria mero *flatus vocis*.

Este é, pois, o discurso típico das disciplinas científicas – aquelas que entre outras coisas dependem de um metro externo capaz de especificar as condições do sucesso (ser verdadeiro, correto ou aceitável) ou do fracasso (ser falso, incorreto ou inaceitável) de seus enunciados.

A esse domínio de objetos convém a noção clássica (de origem platônico-aristotélica) de ciência/conhecimento/saber.⁵ Saber que p (onde p é um enunciado declarativo qualquer) exige que p seja afirmado, isto é, pretendido como verdadeiro; exige, ademais, que p seja efetivamente verdadeiro; exige, por fim, que a pretensão à verdade de p seja justificável, isto é, que se possa exibir o mecanismo de geração metódico e intersubjetivo do que é afirmado em p . Segundo Pêcheux, as ciências (particularmente as naturais e as matemáticas), bem como as tecnologias delas derivadas, as “tecnologias materiais que produzem transformações físicas ou biofísicas, ‘têm a ver com o real’, em oposição às técnicas de adivinhação e de interpretação”.⁶ Assim, pode-se dizer que, se um astrônomo (A) e um feiticeiro (B) predizem um eclipse (p), se os dois pretendem que aquilo que eles afirmam seja verdadeiro, se o estado de coisas descrito por p ocorre, mas, se apenas A pode mostrar a gênese metódica da fundamentação de sua crença na verdade de p (mediante

⁵ Cf. Balthazar Barbosa Filho, “Saber, fazer e tempo: uma nota sobre Aristóteles”, in: Balthazar Barbosa Filho, *Tempo, verdade e ação. Estudos de lógica e ontologia*, São Paulo: Discurso Editorial/Editora Paulus, 2013, pp. 85-92.

⁶ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, pp. 637-638.

cálculos de mecânica celeste, fundados em observações acerca da posição relativa dos astros), estaríamos autorizados a concluir que *B* não *sabe* que, não tem *conhecimento* ou *ciência* acerca de *p*. Essa modalidade de discurso, identificada primariamente à ciência natural, funciona, no texto de Pêcheux, como paradigma dos universos logicamente estáveis.

A segunda concepção de real diz respeito a um domínio de objetos onde a conveniência ou não de propriedades a estes depende do modo como os objetos são representados discursivamente. Na análise clássica (de origem aristotélica), esse domínio de objetos é tradicionalmente vinculado ao conceito de ação.⁷ Que um agente *A* faça *p*, depende de *A* ter a intenção de fazer *p*. Depende, ademais, da ocorrência de *p* e de que *A* tenha feito algo adequado para a ocorrência de *p*. A análise tradicional do fazer opõe aquilo que causamos como objetos físicos ou como coisas no mundo (aquilo que causamos enquanto causas naturais) àquilo que causamos intencionalmente. Em tais circunstâncias, a determinação do que *A* quer fazer depende do modo como ele representa o que quer fazer. Um exemplo trivial e recorrente pode ser encontrado na tragédia *Édipo Rei* de Sófocles. Édipo queria casar com a rainha de Tebas. Ora, a rainha de Tebas era a mãe de Édipo, contudo, Édipo não queria casar com sua própria mãe.⁸

Esse segundo domínio (onde, em dependência do modo como se interpreta, concebe ou se representa linguisticamente, a propriedade convém ou não ao objeto) é, no âmbito do texto de Pêcheux, identificado com o universo dos discursos que não são logicamente estáveis e, por conseguinte, é associado às disciplinas de interpretação.

Cabe aqui, porém, uma importante ressalva: o recorte que Pêcheux faz entre universos logicamente estáveis e não estáveis não parece passível de

⁷ Cf. Balthazar Barbosa Filho, *op. cit.*, pp. 85-92.

⁸ Ou seja: Édipo julgou ser bom casar com Jocasta enquanto ela era representada como a Rainha de Tebas (ou mesmo, a viúva de Laio) e julgou ser mau casar com Jocasta quando representada como sua mãe.

superposição imediata ao recorte tradicional, o qual parece supor que o que é propriamente relativo ao engenho humano, ao mundo cultural (por oposição ao natural), seja, em princípio, instável. Para Pêcheux, ao contrário, se, de um lado, as ciências naturais e matemáticas, e as tecnologias delas derivadas, constituem paradigmaticamente sistemas logicamente estabilizados de enunciados, de outro, as disciplinas normativas⁹ (as quais são atinentes a sistemas de regras admitidos que estabelecem as condições da performance adequada de determinadas operações, o *bem fazer*, por oposição à performance inadequada, o *mal fazer*) e as tecnologias delas derivadas também são capazes de constituir sistemas *relativamente* estabilizados de enunciados – uma zona intermediária, de fronteira, entre o estável e o instável.¹⁰

“Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta a aparência de uma restrição lógica disjuntiva. É ‘impossível’ ser solteiro e casado, ser diplomado e não ter diploma, trabalhar e ser desempregado, ganhar menos e mais que a soma de x dólares por mês, ser um civil e um militar, ser e não ser eleito para tal e tal função, e assim por diante. Estes espaços, através dos quais se colocam os possuidores de conhecimento, os especialistas e os oficiais das diversas ordens existentes (todos funcionando como agentes e garantidores dessas múltiplas operações), têm uma propriedade muito específica: eles essencialmente proíbem a interpretação. Essa interdição é implicada pelo uso ordenado de proposições lógicas (verdadeiro ou falso) com interrogações disjuntivas (o estado de coisas é A ou não A ?). Correlativamente, essa interdição implica a recusa de certas marcas de distância discursiva, tais como ‘em certo sentido’, ‘como você quiser’, ‘podemos dizer’, ‘em um grau extremo’, ‘propriamente falando’. Em particular, estes espaços implicam a recusa de todas as marcas de citação de natureza interpretativa que poderiam deslocar a categorização. Por exemplo, o enunciado ‘tal e tal pessoa é muito militar na vida civil’ é proibido, ainda que, esse enunciado, naturalmente, faça perfeito sentido”.¹¹

Em artigo publicado originalmente em 1982, redigido em coautoria com Françoise Gadet, Claudine Haroche e Paul Henry, “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia”, Pêcheux já insistia exatamente sobre este mesmo ponto:

⁹ Que, observe-se, na análise clássica, seriam usualmente concernentes ao domínio do fazer (sendo, pois, logicamente instáveis e sujeitas à interpretação).

¹⁰ Cf. Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 646.

¹¹ *Id.*, *ibid.*, p. 638.

“Tudo não se pode dizer: Não se ouvirá nunca da boca de um matemático: ‘*Nós vamos mais ou menos contar os elementos do conjunto X*. Nem tampouco, um agente das telecomunicações dirá: ‘*O telex foi, em certo sentido, um pouquinho enviado ontem, às 22,12h, ao Sr X*. Enfim, corre-se pouco o risco de ouvir um empregado do estado civil proferir, no exercício de suas funções: ‘*Sr X, do sexo, se se pode dizer masculino, está ligeiramente viúvo desde 11 de abril de 1949*. As ciências, as tecnologias e as administrações se inscrevem num espaço linguageiro bem específico que funciona apoiando-se sobre uma das propriedades fundamentais da linguagem: sua capacidade de construir o unívoco. Se as línguas naturais não tivessem nelas mesmas nenhuma estabilidade morfológica e sintática, a própria visão da univocidade seria impensável. Mas não se pode ignorar que, *fora dos domínios evocados* [grifo nosso], esse tipo de estabilidade (a língua como corpo de regras) autoriza ao mesmo tempo uma contínua ‘desestabilização’ da univocidade (...)”.¹²

Em suma, para Pêcheux, ao que parece, o campo prático, as práticas sociais e os comportamentos dotados de caráter simbólico (isto é, dotados de significado), pode (e, talvez mesmo, deva) ser concebido como governado por meio de regras, como dotado, fundamentalmente, de caráter normativo.¹³ O

¹² M. Pêcheux, F. Gadet, Claudine Haroche e Paul Henry, “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia”, in: Michel Pêcheux, *Análise de discurso: Michel Pêcheux*, textos selecionados por Eni Orlandi, Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 56

¹³ Sobre as implicações das noções de *seguir uma regra* (bem como de seu corolário relativo ao reconhecimento de uma regra como sendo a mesma regra outra vez) e de *forma de vida*, trabalhadas por Wittgenstein em sua obra *Investigações filosóficas*, no que concerne à análise e tratamento de processos sociais, ver Peter Winch, *A ideia de uma ciência social* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970). A relevância de tais questões pode ser constatada pelo interesse manifesto de Pêcheux na obra tardia de Wittgenstein: “Tanto quanto me diz respeito (porém expresso aqui um ponto de vista que não é apenas meu: é uma posição de trabalho <a *working position*> que está se desenvolvendo na França atualmente), salientaria o forte interesse de uma aproximação teórica e procedimental entre práticas de ‘análise da linguagem ordinária’ (na perspectiva antipositivista que pode ser tirada da obra de Wittgenstein) e práticas de ‘leitura’ derivadas das abordagens estruturalistas” (Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 645). Vale lembrar ainda o relato de Denise Maldidier (*A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*, Campinas: Pontes, 2003, pp. 80-81): “Desde janeiro de 1982, a ideia de um colóquio sobre o ‘ordinário do sentido’ que deveria levar o nome de ‘Materialidades Discursivas II’ esteve no centro dos debates. O tema era significativo como renovação da pesquisa: perspectiva interdisciplinar mais ampla que em 1980; acolhimento de referências pouco familiares ainda. (...) No horizonte do colóquio projetado, a figura de Wittgenstein e a questão da linguagem ordinária, mais amplamente ainda, a ‘tradição anglo-saxônica’ que queríamos confrontar com a ‘cultura

campo prático seria, desse modo, recoberto por uma multiplicidade de sistemas normativos interpenetrantes gozando de variados graus de estabilidade.

Embora todos os comportamentos e/ou práticas significativos envolvam a aplicação de regras, isso não parece implicar que toda a aplicação de regras dependa do fato do agente poder formular essas regras.¹⁴ Com efeito, a variabilidade dos graus de estabilidade lógica de sistemas normativos parece depender da circunstância da inteligibilidade das práticas em questão exigirem uma maior ou menor consciência reflexiva dos agentes acerca da regra aplicada, de sorte a ter-se tanto mais estabilidade quanto menor for a relevância da intencionalidade do agente no que tange ao seguimento da regra. De onde se segue, fundamentalmente, que: (i) tanto maior ou menor será a independência do real *das* disciplinas atinentes a sistemas normativos quanto menor ou maior for o requisito de consciência reflexiva dos agentes nos sistemas aos quais dizem respeito; (ii) tanto maior ou menor será o grau de interpretação ou compreensão (por oposição à descrição) necessário a tais disciplinas quanto maior ou menor for o grau de consciência reflexiva requisitada nos sistemas a elas atinentes.

Em certos tipos de casos, pode-se mesmo dizer, a mera conformação da prática a regras socialmente aceitas é suficiente ou mesmo *conta como* manifestação da intenção do agente, em outros, a intenção define, em grande parte, a conformação ou não da prática às regras. Assim, a presença de um casal em um cartório de registro civil e o cumprimento dos processos

européia'. Um grande projeto! Falamos durante muito tempo dele. O colóquio, previsto inicialmente para a primavera de 1983, nunca se realizou”.

¹⁴ Talvez seja possível dizer que, nos casos de menor consciência reflexiva relativamente à regra, toma-se como indicador suficiente da aplicação de regras justamente a inteligibilidade da aplicação da distinção entre um modo certo e um modo errado de fazer algo – que tal aplicação faça sentido implica que também faz sentido dizer-se que o agente aplica uma regra ou critério de correção ao que faz, embora não formule ou mesmo seja incapaz de formular tal regra ou critério (cf. Peter Winch, *op. cit.*, p. 62). Assim, mesmo em relação àqueles fazeres para os quais o agente não tem nenhuma *razão* ou *motivo* (cf. *id.*, *ibid.*, pp. 51-56) ou que envolvam uma *propensão* a continuar a fazer uma mesma espécie de coisas envolvem a aprendizagem de regras (cf. *id.*, *ibid.*, pp. 61-66).

burocráticos necessários *conta como* manifestação de sua intenção de assumir as responsabilidades atinentes à efetivação da união matrimonial. Um merceeiro *A* nunca engana no troco as crianças pequenas que compram em seu mercado por achar que isso é o que um homem de bem (moralmente correto) deve fazer, já o merceeiro *B*, que tampouco engana seus jovens clientes, o faz simplesmente porque fazer o contrário poderia prejudicar a prosperidade de seu negócio. Ambos fazem o mesmo, cumprem a lei, com diferentes intenções (ser moralmente bom *versus* prosperar nos negócios), as quais (ainda que possam servir para qualificar um deles, *A*, como pessoa dotada de bom caráter e o outro, *B*, como não sendo assim) não são, de resto, relevantes no que diz respeito a legalidade da prática comercial. De outro lado, no que concerne ao direito penal, a intenção do agente ao cometer um determinado ato pode determiná-lo como autor de um crime doloso ou culposos, ou mesmo absolvê-lo.

De qualquer modo, a possibilidade mesma da *mudança* ou da *adaptabilidade* de comportamentos simbólicos ou significativos (isto é, naqueles que não se resolvem em uma mera resposta cega à estímulos, não sendo, portanto, passíveis de tratamento puramente causal/mecânico) supõe a possibilidade da aplicação refletida da regra a novas circunstâncias.¹⁵ Assim,

¹⁵ Segundo Peter Winch (*op. cit.*, pp. 65-66), “é somente quando um precedente anterior tem que ser aplicado a uma nova espécie de caso que a importância e a natureza da regra se tornam aparentes. O tribunal tem que saber *o que estava envolvido* na decisão precedente, e isso somente faz sentido num contexto em que a decisão possa ser razoavelmente considerada como aplicação, embora não de todo consciente, de uma regra. O mesmo é verdade para outras formas de atividade humana além da lei, malgrado nos demais casos as regras possam talvez nunca ser tão explícitas. É somente porque as ações humanas exemplificam regras que podemos falar de ser a experiência passada tão relevante para o nosso comportamento corrente. Se fosse apenas uma questão de hábito, então nosso comportamento cotidiano certamente seria *influenciado* pela maneira como agimos no passado: mas isso seria justamente uma influência causal. O cachorro responde ao comando de *N*, agora, de determinada maneira por causa do que aconteceu a ele no passado; se me mandarem continuar a série de números naturais além de 100, eu continuo de uma determinada maneira por causa de meu treino anterior. A expressão ‘por causa de’, entretanto, é usada diferentemente nessas duas situações: o cachorro foi *condicionado* a responder de uma determinada maneira, enquanto eu *sei* a maneira certa de continuar a escrever, *na base* do que me foi ensinado”.

em qualquer caso de comportamento ou ação simbólica, por não ser comportamento mecanicamente repetitivo, encontra-se o entrelaçamento de princípios (máximas, regras) e ações ou práticas, ações ou práticas essas que só podem ser entendidas como tais face à incorporação em si desses princípios, o que equivale a concebê-las como corporificações desses princípios, máximas ou regras.¹⁶

Se isso é correto, Pêcheux estaria habilitado a integrar, *de certo modo*, em um mesmo campo geral as ciências naturais e grandes seções de disciplinas ditas humanistas (tradicionalmente vinculadas ao campo do *fazer* ou da *ação*), por exemplo, da administração, da economia, das ciências jurídicas e sociais e mesmo da ciência política. Todas elas, *em alguma medida*, constituem ou podem constituir um *saber*, um *conhecimento* ou uma *ciência*, isto é, todas elas constituem ou podem constituir universos (relativamente) estabilizados de um ponto de vista lógico, com um *real* que lhes é próprio e que é, senão no todo, ao menos em parte, logicamente independente de como é linguística ou discursivamente tematizado.

Outrossim, parece razoável supor que as disciplinas atinentes a sistemas normativos (restritivos do que pode ou não ser o caso da perspectiva do sistema, o *bem fazer versus o mal fazer*) não possam resolver-se completamente em meras descrições e/ou conexões explicativas causais do que é o caso, demandando, constitutivamente, interpretações do que ocorre ou vem a ocorrer no domínio dos objetos sob o escopo dessas disciplinas – justamente porque seus objetos próprios, seus fatos, são *feitos* humanos. Como sistemas de princípios normativos, que regulam o que deve (pode) ou não ser feito (*bem feito x mal feito*), tais disciplinas não podem ser completamente cegas e surdas à circunstância de que seus objetos (os feitos jurídica, administrativa, econômica ou politicamente válidos) resultam da apreensão, compreensão destes feitos sob uma perspectiva não apenas ditada pelo sistema de princípios (deste ponto de vista, toda ciência possui um componente de normatividade), mas igualmente dependente do modo como os agentes compreendem

¹⁶ Cf. Peter Winch, *op. cit.*, pp. 66-68.

(interpretam) estas regras e como compreendem (interpretam) os casos particulares (seus feitos passados, presentes e futuros) como casos dessas regras. Dito de outro modo: que os agentes não ajam de modo puramente circunstancial ou pré-determinado, mas o façam (de modo mais ou menos consciente, mais ou menos reflexivo) segundo uma perspectiva definida pelo modo como tomam os princípios do sistema como leis para eles mesmos (a adoção da regra como sua lei e a conformação das ações segundo a lei assim introjetada) é, em alguma medida, condição para que seus feitos sejam apreendidos, no escopo da disciplina, como dotados de tal ou qual natureza.¹⁷ Em tais circunstâncias, descrições meramente externas ou meramente mecânico-causais dos comportamentos (na medida em que atinentes a uma disciplina normativa), tornam ininteligíveis os próprios comportamentos de que se pretende tratar.

“O comportamento normativo, visto externamente, ignorando-se as normas que o *informam*, pode parecer completamente ininteligível. Conta-se uma história de um mandarim chinês passando através de um conjunto de legações estrangeiras em Pequim. Ao ver dois funcionários europeus jogando um vigoroso jogo de tênis, parou para olhar. Estupefato, volta-se para um dos jogadores e diz, ‘Se é, por alguma obscura razão, necessário rebater essa pequena bola de um lado para o outro, não seria possível arranjar serviçais para fazê-lo?’. (...) Mas não é necessário invocar tais práticas relativamente arcanas para perceber que muito do nosso comportamento cotidiano, incluindo

¹⁷ Como apontado anteriormente, mesmo naqueles casos para os quais o agente não tem nenhuma *razão* ou *motivo* e que, para o observador *casual*, não teriam sentido nenhum, a apreensão de regras ou princípios estão envolvidas: “um tipo de caso ainda mais afastado de meu paradigma é o discutido por Freud em *A psicopatologia da vida cotidiana*. *N* esqueceu-se de colocar uma carta no correio e insiste, mesmo depois de refletir, que foi ‘só uma distração’, não havendo razão para o esquecimento. Um observador freudiano pode insistir que *N* ‘deve ter tido uma razão’, ainda que esta não lhe seja manifesta, e sugere que talvez *N* inconscientemente ligasse o ato de colocar a carta no correio a alguma coisa dolorosa de sua vida que ele quisesse reprimir. (...) Não faria sentido dizer-se que a omissão de *N* de pôr a carta para *X* no correio (digamos que fosse para saldar uma dívida) fosse a expressão de um ressentimento inconsciente de *N* contra *X*, que passara por cima dele ao ser promovido, se não entendesse o próprio *N* o que significa ‘obter uma promoção passando por cima de alguém’. Vale a pena também mencionar aqui que, procurando explicações dessa espécie no decorrer da psicoterapia, os freudianos tentam levar o próprio paciente a reconhecer a validade da explicação proferida, sendo isto, verdadeiramente, quase uma condição para ela ser aceita como a explicação ‘certa’” (Peter Winch, *op. cit.*, pp. 53-54).

nossa fala, é bizarro e ininteligível salvo como visto de um ponto de vista normativo”.¹⁸

Em tais circunstâncias, por conseguinte, pretender a redução de tais disciplinas a uma natureza análoga àquela descritivo-explicativa das ciências naturais equivale, *na melhor das hipóteses*, a reduzir os agentes do acontecer jurídico, econômico, administrativo, político e histórico a meros portadores de conteúdos de consciência universais (a sublimação purificadora do agente particular nas alturas abstratas de um sujeito universal) conhecidos de antemão por serem pré-determinados nas ou a partir das *leis do acontecer histórico*.¹⁹ Nada parece restar, nesse caso, senão vê-los como agentes cegos (pacientes, na verdade) de percursos (historicamente) pré-ordenados (o que implica renunciar a qualquer tentativa de compreensão do processo ou da prática) ou, considerando a maior ou menor realização destes conteúdos universais nos agentes particulares, “compreendê-los” segundo a coincidência ou não dos processos reais com as estruturas pré-definidas projetadas sobre esses processos – explicações que encontram na “incipiência” e/ou na “imaturidade” suas categorias explicativas básicas (como uma, digamos, história do “ainda não”).²⁰ Um dos mecanismos destinados ao bloqueio da atribuição ilusória de conteúdos de consciência universal reside na construção de *modelos de interpretação*, ajustáveis segundo a investigação histórica, cuja adequação se define em termos de sua “capacidade como instrumento para fixar contornos e encontrar momentos significativos de ruptura ou transformação, e assim apreender a unidade subjacente” aos seus objetos.²¹

¹⁸ G. P. Baker & P. M. S. Hacker, *Language, sense and nonsense. A critical investigation into modern theories of language*, Oxford: Basil Blackwell, 1986, p. 257.

¹⁹ Onde as *leis do acontecer histórico* adquiririam um estatuto análogo ao das leis naturais. A história, dirá Pêcheux no texto de 1983, em oposição a suas próprias convicções anteriores, “é uma disciplina de interpretação e não uma física de um novo tipo” (Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 643).

²⁰ Cf. Bolivar Lamounier, “Formação de um pensamento político autoritário na primeira república, uma interpretação”, in: Boris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 2, Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 346.

²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 348.

Cumpra, ademais, observar que o *real* atinente aos discursos logicamente instáveis ou equívocos não é, *em sentido estrito*, outro *real* que aquele que define o ponto de convergência comum, embora diversamente recortado, dos diferentes sistemas discursivos logicamente estáveis. Não se trata de um outro *real*, um outro domínio de objetos dotados de alguma carência de realidade.²² Não se trata, *stricto sensu*, de um *real outro*, situado ao lado, aquém ou além daquele constituído pelos fatos naturais e pelos feitos humanos sobre o qual convergem os sistemas descritivos estáveis e os sistemas normativo-descritivos relativamente estáveis. Trata-se com os mesmos objetos de uma, isto sim, *perspectiva outra*, a partir de um outro recorte, a saber, aquele que resulta de uma mescla (da interpenetração e da superposição) de uma multiplicidade heterogênea de sistemas voltados à representação/compreensão de um mundo comum, definindo-o, a partir dessa e nessa peculiar perspectiva apenas, como um *real instável*.²³ Essa singular perspectiva, a perspectiva ordinária do mundo, é identificada por Pêcheux no documento de trabalho “Material para o artigo ‘Completivas/infinitivos/infinitivas’” com o discurso cotidiano.

“Todos esses enunciados ‘levantam uma mesma questão’, neste caso, aquela da partida do destinatário:²⁴ o ponto crucial aqui é que a relação entre o argumento vós e o predicado partir (vós, partir) está sujeita a operações modalizadoras de ‘apropriação’ <*prise en charge*> oscilando entre a declaração, a ordem e a interrogação <*question*>; em um primeiro nível, a capacidade de

²² Cf. Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 643.

²³ Vale lembrar que na primeira seção do artigo “Discurso: estrutura ou evento?”, Pêcheux toma em consideração um e mesmo objeto, o enunciado “ganhamos”, que ‘deriva’ ou percorre diferentes espaços lógico-discursivos. Dos espaços estabilizados das práticas desportivas, passando pelos espaços igualmente estabilizados das práticas políticas institucionais (as eleições e as regras democráticas de alternância de poder) e relativamente estabilizados da análise política, técnica e midiática, até chegar, no grito popular que se fez ouvir na Praça da Bastilha, a um lugar logicamente instabilizado pela confluência de múltiplos espaços estáveis. Um e mesmo objeto, diferentemente tratável segundo os diferentes espaços.

²⁴ Os enunciados em questão reportam-se (i) à ordem e à questão: “eu peço que partais”; “eu pergunto se partireis?”, “partireis?”; (ii) à promessa, à predição e à ameaça: “vós partireis”; (iii) ao anúncio e à ordem: “digo que vós partais”, “digo-lhe de partir”, “digo-lhe que partireis”; (iv) à possibilidade e à autorização: “vós podereis partir”; (v) à necessidade material e à obrigação: “vós deveis partir” etc.

interpretar tais enunciados supõe que o receptor se autoriza a bloquear as derivações de sentido, a estabilizar zonas parafrásticas (neutralizando provisoriamente, no quadro de uma dada situação, os reflexos <miroitements> de sentidos correspondentes a essas derivações), a atribuir um valor pragmático determinado às forças ilocucionárias envolvidas: *é a condição de existência dos universos práticos logicamente estabilizados aninhados <nichés> no discurso cotidiano (ele mesmo instável logicamente) no entrecruzamento das estabilidades referenciais tecnológicas e/ou administrativas* [grifo nosso].²⁵

Por fim, parece possível dizer que, todas as contas feitas, vale em geral o que Pêcheux diz dos objetos próprios da Análise do Discurso: “objetos discursivos que parecem ser estáveis, que parecem privilegiados por uma independência lógica em relação aos enunciados produzidos acerca deles, trocam suas trajetórias com outros tipos de objeto cujo modo de existência é governado pelo próprio modo pelo qual fala-se deles”.²⁶

Uma compreensão mais adequada do que está envolvido nessas duas concepções de real, bem como do modo como elas intervêm na fundamentação teórica na terceira fase da AD, exige, contudo, que se reconsidere inicialmente algumas das preocupações epistemológicas manifestadas por Pêcheux desde o início de seus estudos. Tais considerações conformam o tratamento de um dos principais conceitos conexos à tese da necessária distinção dos sentidos do *real*, o conceito de *universo logicamente estabilizado*:

“[o qual] é baseado em um conjunto relativamente limitado de argumentos, predicados e relações, e pode ser compreensivamente descrito através de uma série de respostas unívocas a questões factuais (a principal delas sendo, naturalmente, de fato, quem ganhou, X ou Y?)”.²⁷

²⁵ Pêcheux, “Matériel en vue de l'article ‘Complétives/infinifits/infinitives’”. In: Linx, n°10, 1984, p. 18. Nesse artigo, Françoise Gadet observa em nota (p. 7): “Este texto não estava destinado à publicação. Documento de trabalho, deveria ser integrado, no todo ou em parte, no artigo de Françoise Gadet, Jacqueline Léon e Michel Pêcheux [publicado] neste mesmo número [Gadet se refere ao artigo “Remarques sur la stabilité d’une construction linguistique. La complétive”, publicado no mesmo número da revista Linx].

²⁶ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 637.

²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 635.

Capítulo II – Rupturas epistemológicas

O tema do “corte epistemológico” é recorrente na obra de Pêcheux, sendo encontrado em várias de suas publicações, do texto fundador da “Análise automática do discurso”,¹ de 1969 (passando por *Les vérités de La Palice*,² de 1975), ao seu último escrito, “Discurso: estrutura ou evento?”, de 1983. Entender o que está envolvido em um corte epistemológico é vital para entender as relações entre os diferentes universos discursivos logicamente estáveis.

Ainda em um de seus primeiros escritos, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux buscava apresentar um completo diagnóstico do estatuto epistemológico das ciências sociais: eram ainda disciplinas pré-científicas. Como tais, não haviam efetuado a necessária “ruptura epistemológica” com a ideologia³

¹ Michel Pêcheux, “Análise automática do discurso (AAD-69)”, *in*: Françoise Gadet & Tony Hak (orgs.), *op. cit.*, p. 150.

² Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, pp. 60, 192 e segs.

³ Algo acerca de como Pêcheux compreende a ideologia com a qual uma disciplina qualquer rompe, ao efetuar o “corte epistemológico” que a converte em ciência, pode ser aprendido pela consideração do que é exposto por Pêcheux e Balibar acerca da ruptura executada na física com Galileu: “Chamaremos demarcações (ou rupturas intra-ideológicas) os aperfeiçoamentos, correções, críticas, refutações, negações de certas ideologias ou filosofias que precedem logicamente o corte epistemológico da física. A série de termos ‘aperfeiçoamentos..., negações’ assinala a existência de um processo de acumulação que precede necessariamente o momento do corte, e determina a conjuntura na qual este se produzirá (cf. a ‘física do impetus’ desenvolvida pela escola ‘parisiense’ do século XIV, a física de Benedetti). Isto significa que o corte se efetua sobre o ponto que, no espaço dos problemas teóricos, se encontra sobredeterminado pela acumulação de configurações ideológicas sucessivamente consideradas (no caso: a definição de movimento)” (M. Pêcheux e E. Balibar, “Definições”, *in*: M. Pêcheux e M. Fichant, *Sobre a história das ciências*, Lisboa: Estampa, 1971, p. 13, tradução ligeiramente modificada). Vale observar que a “ideologia” com a qual rompe a física galileiana nascente é, de um modo geral, a física medieval de matiz aristotélico e, de modo particular, a teoria do movimento conhecida como teoria do ímpeto. Acerca desta última, Alexandre Koyré, com manifesta aprovação de Pêcheux e Balibar, afirma: “A noção de *impetus* é... uma noção muito confusa. No fundo, ela apenas traduz em termos ‘científicos’ uma concepção fundada sobre a experiência quotidiana, sobre um dado do

e, assim, incapazes de estabelecer seus objetos teóricos próprios e os instrumentos adequados para a investigação dos mesmos, antes que produzir conhecimento científico, executavam a mera transformação de discursos ideológicos em outros discursos ideológicos.

“Diremos então que, *em seu estado atual*, o grupo complexo da psicologia, da sociologia e da psicologia social não produz conhecimento científico (já que de alguma forma a “realização do real” não constitui um equivalente científico da fase de acumulação metódica de conhecimentos), e que, ao contrário, este grupo complexo produz atualmente uma ideologia expressiva da prática social global...”⁴

Do ponto de vista de Herbert/Pêcheux, as ciências sociais, incapazes de ver o real fundamento das ideologias e sua complexa estrutura que se desdobraria em ideologias empíricas (originárias de práticas técnicas) e ideologias especulativas (originárias de práticas políticas),⁵ apontavam um vazio teórico que deveria ser ocupado por uma ciência das ideologias em geral.⁶ Face a este diagnóstico conforma-se, por assim dizer, o projeto teórico de Pêcheux: constituir uma teoria científica do discurso ideológico, a qual, como disciplina científica, requereria o desenvolvimento de instrumentos científicos apropriados para a análise destes objetos chamados discursos.

senso comum” (A. Koyré, *Études galiléennes*, Hermann, 1966, p. 50, *apud* M. Pêcheux e E. Balibar, *op. cit.*, p.12, nota 1).

⁴ Thomas Herbert, “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” (1966), *in*: Eni Orlandi (org.), *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, p. 51.

⁵ “Na medida em que é através delas [ideologias especulativas, como o direito, a moral e a religião] que se formula a comanda social no interior da prática política, compreende-se que estas ideologias não têm de forma alguma o caráter flutuante e fortuito de uma *nuvem*, como aquelas que encontramos na prática técnica, mas a necessidade essencialmente consistente de um *cimento* que mantém o todo no lugar: eis porque os juristas e os religiosos são necessários e os alquimistas só existem a título contingente no mesmo todo complexo dado; na prática política, a ideologia é o poder que trabalha” (*id.*, *ibid.*, pp. 36-37).

⁶ Cf. *id.*, *ibid.*, p. 52. À formulação das bases de uma tal teoria, dedicou-se o artigo seguinte de Thomas Herbert, “Observações sobre uma teoria geral das ideologias” de 1968.

“Como vimos, a primeira publicação de Pêcheux diz respeito à ‘situação teórica’ nas ciências sociais. Não tentarei dar conta aqui deste texto de modo completo. Ele é, entretanto, fundamental para se compreender aquilo que Pêcheux objetivava ao desenvolver a análise automática do discurso: fornecer às ciências sociais um instrumento *científico* de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo. Isto quer dizer que para Pêcheux: 1. O estado das ciências sociais era um tanto pré-científico; 2. O estabelecimento de uma ciência necessita de instrumentos”.⁷

A análise automática do discurso de 1969 surgiria, deste ponto de vista, justamente como o instrumento a ser usado para a descrição do funcionamento das ideologias em geral, apto a mostrar como elas constituem um efetivo obstáculo para o estabelecimento de uma real ciência social (de configuração materialista-histórica e dialética) e como elas poderiam ser superadas.⁸

Na primeira fase da AD, concebendo-se o processo ideológico como uma combinação de efeitos semânticos (metafóricos) e sintáticos (metonímicos),⁹

⁷ Paul Henry, “Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”, *in*: Françoise Gadet & Tony Hak (orgs.), *op. cit.*, p. 15.

⁸ Cf. Niels Helsloot & Tony Hak, “Pêcheux’s contribution to Discourse Analysis”, *Forum: Qualitative Social Research*, vol. 8, nº 2, May 2007, §18. Acerca disso, afirma Courtine: “Quanto à elaboração de uma ‘análise automática do discurso’, ela não pode ser evocada, como acaba de nos lembrar Denise Maldidier, sem sublinhar o papel que desempenha Michel Pêcheux nos debates que acompanharam o desenvolvimento da análise do discurso e a posição que ele aí defendeu. Quando nos damos o trabalho de pretender considerá-la novamente hoje, percebe-se que essa posição realiza uma forma maximal de tensão entre os objetivos que a dividiam: ela quis, com efeito, cumprir, ao mesmo tempo, uma função política e crítica e uma função científica e positiva. Unir, cimentar a aliança, de um lado, de uma teoria marxista do discurso, de uma teoria política de textos e, de outro lado, de uma ‘análise automática do discurso’, concebida como um dispositivo neutro de reconhecimento de frases, um tipo de ‘máquina de leitura’ da qual se esperava que produzisse informaticamente uma ‘leitura desubjetivizada’. Desde sua origem, estava inscrita nessa aliança de uma utopia política e de um sonho positivista uma instabilidade que iria se agravar” (Jean-Jacques Courtine, “Le discours introuvable: marxisme et linguistique (1965-1985)”, pp. 166-167).

⁹ Ao analisar a distinção operada por Thomas Herbert entre ideologias empíricas e ideologias especulativas, sobretudo no artigo “Observações sobre uma teoria geral das ideologias”, Pierre Macherey observa: “Um pouco mais longe, com vistas a afinar o modelo tomado da linguística do qual ele se serve para caracterizar a oposição entre as duas formas de ideologia, Thomas Herbert avança que a primeira [ideologia empírica], que se desenvolve em referência a uma realidade exterior à qual ela deve se ajustar, ou ao menos dar a aparência de fazê-lo, ao proceder a substituição de um significado por um significante, é de tipo metafórico, enquanto que a segunda [ideologia especulativa],

uma vez construído um *corpus* de textos definidor das condições de produção a serem analisadas, exige-se que as sentenças do *corpus* sejam submetidas a uma análise capaz de reescrevê-las, mediante sua partição sintática, em uma forma padrão consoante a uma certa teoria linguística, para o engendramento de matrizes de intersubstituição metafórica (semântica) em conformidade com os elementos formalmente identificados. Em vista da necessidade de uma análise linguística, assume-se, como componente formal do instrumento de análise do discurso, a concepção saussuriana da língua como um sistema de relações formais (isolado de seu uso, sua história e seu conteúdo), compartilhado por uma comunidade, capacitado a engendrar a análise das formas de modo neutro. Vale aqui aquilo que dirá Pêcheux já na segunda fase da AD: “o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento”.¹⁰

Na comoção intelectual das décadas de 1960-70, a contribuição fundamental de Saussure, localizada na distinção *língua* e *fala* e na fixação do primeiro termo como identificador do objeto próprio da linguística, fora ela mesma colocada em termos de uma ruptura epistemológica. Estaríamos, com Saussure, diante de um corte epistemológico constitutivo de uma ciência, comparável ao exemplo geralmente evocado dos trabalhos de Galileu:

“Jovens linguistas dos anos 1970, éramos muitos a afirmar, contra nossos mestres comparatistas, a modernidade radical do *CLG*. Para alguns, ele marcava a origem da linguística científica; outros, mais prudentes, ou um pouco menos ignorantes, buscavam interrogar a mudança que ele introduzira, compreender-lhe o processo e avaliar seu alcance. *Fazia-se nele, então, um ‘corte epistemológico’, nos termos que Althusser, retomando Bachelard, propunha para Marx. Essa metáfora pesada encontrava-se cheia de implicações políticas,*

que porta o seu real em si, e desenrola progressivamente <*au fur et à mesure*> as relações intrínsecas, sem jamais se afastar do plano onde ela produz seus efeitos ao proceder à conexão de significantes entre eles, é, em razão desse caráter autoreferencial, de tipo metonímico: a primeira se serve da linguagem para sinalizar, a segunda para efetuar operações de caráter institucional e social” (Pierre Macherey, “Langue, discours, ideologie, sujet, sens: de Thomas Herbert à Michel Pêcheux”, *in: Groupe d’études “La philosophie au sens large”, Seminário: Idéologie: le mot, l’idée, la chose* (11), de 17/01/2007, p. 6).

¹⁰ Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, p. 91.

sensíveis na violência do debate. Pensávamos – e com razão, continuo a crer – que Saussure provocou uma reviravolta na linguística...”.¹¹

Dentre os pesquisadores que viram no *Curso de linguística geral (CLG)* reflexões fundamentais sobre a natureza e funcionamento da linguística a ponto de considerá-lo marco de um “corte epistemológico”, encontram-se alguns dos teóricos fundadores da Análise do Discurso: Michel Pêcheux, Claudine Haroche e Paul Henry. Em artigo conjunto de 1971, intitulado “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, esses autores afirmam a legitimidade de considerar-se a obra saussuriana como um ponto sem regresso,¹² a partir do qual uma ciência começa:

“Em primeiro lugar, não podemos deixar de ficar impressionados com o cuidado que Saussure teve de separar *teoricamente* língua e linguagem. Além disso, como recentemente lembrou Claudine Normand, é resistindo às solicitações das evidências empíricas que Saussure pode formular os conceitos que fundam a linguística como ciência”.¹³

O reconhecimento do papel do *CLG* como marco de um “corte epistemológico”, sobretudo entre os teóricos da AD, parece indiscutível. Parece igualmente indiscutível a influência de Gaston Bachelard tanto no diagnóstico sobre o estatuto “pré-científico” ou ideológico das ciências sociais quanto no reconhecimento do *CLG* como marco de um “corte epistemológico” capaz de conferir à linguística o papel de “ciência-piloto” na área de humanidades.¹⁴ De resto, a noção mesma de “corte epistemológico” se mostra fundada em conceitos

¹¹ Claudine Normand, *Saussure*, São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 16. Grifo nosso.

¹² Cf. Michel Pêcheux & E. Balibar, “Definições”, in: M. Fichant e M. Pêcheux, *Sobre a história das ciências*, Lisboa: Estampa, 1971, p. 11.

¹³ Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry, “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, *Revista Eletrônica Linguagem/UFSCar*, edição 03, páginas s/ numeração.

¹⁴ Cf. Paul Henry, “Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”, in: Françoise Gadet & Tony Hak (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, Campinas: UNICAMP, 1997, pp. 13-39, particularmente, pp. 15-20.

bachelardianos: Pêcheux estudara, tendo como professores Louis Althusser e Georges Canguilhem (que justamente sucedera Bachelard na cadeira de epistemologia) na *École Normale Supérieure*, a epistemologia bachelardiana. O conceito de “corte epistemológico”, utilizado por Althusser,¹⁵ fora cunhado por Bachelard, em sua crítica a certas concepções de ciência vigentes em sua época, como característica distintiva do conhecimento científico face ao conhecimento comum.¹⁶ O conhecimento científico, por oposição ao conhecimento derivado da experiência ordinária, seria fundado em “técnicas experimentais”. Essas “técnicas”, desenvolvidas a partir da revolução científica dos séculos XVI-XVII, implicariam a “construção” mesma do que pode contar como evidência experimental. O fenômeno, afirma Bachelard, deve ser “selecionado, filtrado, depurado, modelado pelos instrumentos <*coulé dans le moule des instruments*>, produzido no plano dos instrumentos”. Os instrumentos, por seu turno, nada mais seriam que “teorias materializadas”. De onde se seguiria que os próprios fenômenos “portam, em todas as suas partes, a marca teórica”.¹⁷

A noção de “corte epistemológico”, contudo, é sumariamente caracterizada em um dos primeiros escritos de Pêcheux, *Definições*, texto que faz às vezes de apresentação da obra *Sobre a história da ciência*¹⁸ de 1969, do seguinte modo:

“Falar de princípio [de uma ciência] significa que o corte constitutivo de uma ciência se efetua necessariamente em uma conjuntura definida onde as origens (as filosofias e as ideologias teóricas que definem o espaço de problemas) sofrem um deslocamento para um novo espaço de problemas”.¹⁹

¹⁵ Cf. Cl. Normand, *Saussure*, p. 16.

¹⁶ Cf. Niels Helsloot & Tony Hak, “Pêcheux’s contribution to Discourse Analysis”, *Forum: Qualitative Social Research*, vol. 8, nº 2, May 2007, §5.

¹⁷ Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique*, Paris: Alcan, 1937, p.12, *apud* Niels Helsloot & Tony Hak, *op. cit.*, § 6, nota 7.

¹⁸ Publicada por Pêcheux juntamente com Michel Fichant. Pertence a uma série de fascículos que agrupam a matéria de cursos proferidos na *École Normale Supérieure*, no inverno de 1968-1969, promovidos por Althusser.

¹⁹ Michel Pêcheux & E. Balibar, “Definições”, pp. 12-13. É digno de nota que Pêcheux e Balibar sustentam que o conceito de ruptura epistemológica “não tem nada a ver com o

2.1. O corte epistemológico saussuriano

Um breve exame da revolução saussuriana nas ciências da linguagem pode nos ser útil para uma compreensão um pouco mais precisa do que está envolvido, em geral, em um corte constitutivo de uma ciência. A identificação de alguns dos traços fundamentais de uma ruptura permitirá, espera-se, uma caracterização mais precisa da pretendida constituição da AD, em seus primórdios, como disciplina científica ou, pelo menos, como o instrumento científico por excelência da legítima ciência social cristalizada na teoria do discurso ideológico.

projeto voluntarista de efetuar um 'salto' fora da ideologia na ciência, com a conotação religiosa que se liga inevitavelmente a esse projeto e os impossíveis 'heróis da ciência' que ele implica. O nome de Galileu, para tomar um exemplo que aqui nos serve de fio condutor, é uma unidade mal escolhida, pois uma ciência não é o produto de um único homem. Galileu é o efeito, e não a causa do corte epistemológico que designa sob o termo de 'galileísmo'" (id., *ibid.*, p. 14). Não sem ironia, Courtine observa a propósito desse tema que "um dos seus menores paradoxos não fora o de apresentar 'o processo de produção de conhecimentos científicos' como um processo radicalmente impessoal e evocar, ao mesmo tempo, grandes figuras individuais e solitárias – Marx, Freud, Nietzsche, Saussure... – que, na pior das adversidades, se lançaram solitários à descoberta de 'continentes científicos'. Em suma, ao mesmo tempo *um 'processo sem sujeito' e uma história piedosa do heroísmo científico*, a história dos santos laicos, versão Marie Curie." (Jean-Jacques Courtine, *op. cit.*, p. 158). Exemplo dessa história piedosa pode ser encontrado em Althusser: "Marx, Nietzsche, Freud tiveram de pagar a conta, por vezes atroz, da sobrevivência: preço computado em exclusões, condenações, injúrias, misérias, fome e morte ou loucura (...). Freud conheceu a calúnia, a pobreza e a perseguição (...). Consideremos simplesmente a solidão de Freud (...), falo da sua solidão teórica (...). Ainda que tenha procurado precedentes teóricos, pais em teoria, dificilmente os encontrou. Ele teve de sofrer e se arranjar com a seguinte situação teórica: ser de si mesmo seu próprio pai, construir com as suas mãos de arteão o espaço onde situar sua descoberta..." (Althusser, L., *Positions*. Paris: Editions Sociales, 1976, p. 12. *Apud* Jean-Jacques Courtine, *op. cit.*, p. 158, nota 4).

Na Introdução do *CLG*, em particular em seu Capítulo III, intitulado “O objeto da linguística”,²⁰ o que está em questão é justamente a possibilidade da linguística como ciência, o problema da determinação do domínio próprio da linguística. Assumindo-se que as manifestações da linguagem se dão, por excelência, nos atos de fala,²¹ pode-se constatar que tais manifestações se revelam fenômenos complexos, heterogêneos e multifacetados. Tomando-se, então, como unidade mínima e individual de tal ato a interação entre um emissor *A* e um receptor *B*, onde *A* diz algo para *B* e *B* compreende o que é dito por *A*, pode-se analisar tal fenômeno em um conjunto de fatos de naturezas diversas: fatos de ordem mental ou psíquica (relativos à associação de conceitos a imagens acústicas e vice-versa); fatos de ordem fisiológica (relativos à fonação e à audição); fatos de ordem física (relativos à propagação de ondas sonoras) e fatos de ordem tanto individual quanto social (relativos à reprodução aproximada da mesma associação de uma imagem acústica a um conceito, que é o que garante o sucesso da interação). Encontra-se, portanto, o complexo ato pelo qual *A* e *B* interagem como sendo heterogeneamente formado, isto é, como formado por fatos que pertenceriam, em princípio, aos domínios de objetos de ciências distintas. Enquanto pertencentes a domínios radicalmente distintos, eles não seriam submetidos aos mesmos princípios explicativos, sendo a conexão entre eles, por conseguinte, de difícil tratamento. Não havendo elucidação teórica de relações capazes de abranger os elementos de domínios radicalmente distintos, eles seriam, basicamente, *incomparáveis*,²² e sem a unidade ou homogeneidade dos elementos do complexo, ou bem se renuncia a essa unidade do fenômeno (e ele é, ao fim e ao cabo, atribuído em suas diferentes partes às diferentes disciplinas que se encarregam cada uma de uma parte), ou bem todos os aspectos deveriam ser abordados conjuntamente, na difícil intersecção de disciplinas díspares. Justificar-se-ia assim, ao que parece, a afirmação de que a linguagem é multiforme e heteróclita: “a cavaleiro sobre diferentes domínios, ao

²⁰ Ferdinand de Saussure, *Curso de linguística geral*, São Paulo: Cultrix, 1995, pp. 15-25.

²¹ Isto é, na interação comunicativa bem-sucedida entre falantes.

²² Por exemplo: como o mental (inextenso) se relaciona com o corporal (extenso) para a produção do impulso que leva à fonação?

mesmo tempo físico, psicológico e psíquico, ela pertence ainda ao domínio individual e ao domínio social, ela não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, porque não se sabe como resgatar a sua unidade”.²³

Em vista disso, o objeto da linguística não seria já *dado* como um objeto (como um sistema de elementos homogêneos conectados) passível, posteriormente, de diferentes abordagens ou tratamentos teóricos. Ao contrário, a unidade do objeto, a unidade do campo dos fenômenos linguísticos, deveria ser teoricamente produzida, não sendo, pois, primeiro e completamente independente em relação ao ponto de vista teórico, mas, antes, função, em alguma medida, deste mesmo ponto de vista. O objeto da linguística seria, então, determinado pela teoria como fundamento normativo de todas as multifacetadas manifestações da linguagem, provendo unidade ao conjunto dos fenômenos linguísticos. Ele, o objeto, seria, assim, parcialmente determinado pela teoria na exata medida em que um dos fatos componentes do fenômeno da linguagem vem a ser instituído como princípio normativo das demais manifestações da linguagem, concebido como princípio ordenador de todos os demais. O objeto da linguística é apresentado, como se sabe, como sendo a *língua*, “é necessário colocar-se primeiramente sobre o terreno da língua e tomá-la por *norma* de todas as outras manifestações da linguagem”,²⁴ a qual “é um todo em si e um princípio de classificação”.²⁵ Uma vez que lhe seja dado o primeiro lugar entre os fatos

²³ Saussure, *op. cit.*, p. 17.

²⁴ *Id.*, *ibid.*, pp. 16-17.

²⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 17. A língua é igualmente caracterizada como uma parte, essencial, da linguagem, sendo tanto “um produto social da faculdade da linguagem” quanto “um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade entre os indivíduos” (*id.*, *ibid.*, p. 17). Em outros termos: “ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (*id.*, *ibid.*, p. 22). Ora, se a *língua* deve, de um lado, ser identificada com o sistema padrão de signos linguísticos enquanto tal, de outro, ela não é menos uma instituição social e, desse modo, não é independente de uma comunidade de falantes (onde a fala corresponde a um emprego particular da língua feito por um sujeito particular em uma circunstância particular). Como fato ou feito social ela, embora dependente de uma comunidade de falantes, não depende de nenhum deles em particular, ela “é, a cada momento, tarefa de toda a gente; difundida por uma massa e manejada por ela, é algo de que os indivíduos se servem o dia inteiro”, sofrendo, assim, “sem cessar, a influência de todos” (*id.*, *ibid.*, p. 88). Para funcionar

da linguagem, introduz-se “uma ordem natural em um conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação”.²⁶ Parece ser justamente por bastar-se a si mesma em sua unidade e identidade como objeto e por ordenar e unificar um campo de fenômenos que permitiria a classificação do conjunto aparentemente desconexo de fatos da linguagem como fenômenos linguísticos (e não antropológicos, sociológicos, psicológicos, físicos, etc.). Assim, de um lado, uma ordenação subordinativa pode ser introduzida entre a *linguística da língua*, primária e essencial, a linguística propriamente dita, e a *linguística da fala*, secundária e accidental (mas que permite, desse modo, a integração dos componentes fisiológicos e físicos ao domínio da linguística).²⁷ De outro lado,

como um sistema padrão que regula o falar individual (como normativo, portanto), ela deve não apenas ser tomada como logicamente independente e anterior aos falares e aos falantes, individual e particularmente considerados. Mais que isso, ela deve poder ser tomada como fixa, acabada ou completa e dada *para os indivíduos – sendo em relação a ela que se determina o bem falar.*

²⁶ *Id., ibid.*, p. 17.

²⁷ Ao definir-se a língua como o fundamento normativo de todas as multifacetadas manifestações da linguagem, pode-se “outorgar à ciência da língua seu verdadeiro lugar no conjunto do estudo da linguagem”, situando, ao mesmo tempo, toda a linguística (cf. *id., ibid.*, p. 26). Isso significa atribuir à linguística o lugar de ciência primeira, passando os demais elementos da linguagem, que constituem a fala (os órgãos vocais, a fonação ou execução das imagens acústicas) a subordinar-se a essa ciência, podendo, portanto, ser explicados em sua referência ao sistema da língua. Admitindo-se demonstrados o lugar e a importância da língua no conjunto dos fatos da linguagem, impõe-se uma primeira delimitação no estudo da linguagem, em virtude da definição própria do objeto: “o estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física” (*id., ibid.*, p. 27). Esses dois objetos, *língua* e *fala*, seriam interdependentes, sendo a língua ao mesmo tempo instrumento e produto da fala, o que, contudo, não impediria sua distinção (*id., ibid.*, p. 27). Distinção essa que residiria na natureza mesma dos objetos: enquanto a língua existiria na coletividade como “norma de todas as manifestações da linguagem”, a fala existiria nessa coletividade como manifestações individuais e momentâneas. A fala compreenderia, então, as “combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam” e os “atos de fonação igualmente voluntários, necessários para a execução dessas combinações” (*id., ibid.*, p. 28). Seguir-se-ia daí uma das primeiras decorrências da definição do objeto de estudo da linguística: a língua e a fala não podem ser abordadas sob o mesmo ponto de vista, podendo-se “a rigor, conservar o nome de linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar de uma linguística da língua. Será, porém, necessário não confundi-la com a linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (*id., ibid.*, p. 28).

elementos externos ao sistema, isto é, elementos que embora intervenientes de muitas e diversas maneiras sobre o conjunto fenomênico da linguagem, não afetam o sistema da língua como o “todo em si” que ele é (dito de outro modo: não afetam seja a rede de conexões entre os elementos constitutivos do sistema, os signos linguísticos, seja o número de elementos conectados),²⁸ são integráveis na unidade proporcionada ao conjunto fenomênico da linguagem pela primazia da língua mediante a distinção e ordenação subordinativa da linguística externa sob a linguística interna.²⁹

2.2. Um modelo para o corte epistemológico

As observações anteriores, ainda que rápidas, parecem justificar a seguinte consideração geral sobre o principiar de uma disciplina como ciência: uma disciplina adentra o caminho da ciência quando define rigorosamente seus limites, quando deixa de lado a complexidade, muitas vezes inexaurível, qualitativa que o objeto possui nele mesmo e, mediante a abstração deste vasto conjunto de aspectos, especifica como *lhe interessa o objeto*, quais as propriedades do objeto são relevantes para a disciplina.

Desta consideração, segue-se, em primeiro lugar, que uma disciplina se constitui como ciência quando adota ou impõe certas condições que afetam a possibilidade de descrever ou conceber o objeto, condições que limitam sua competência descritiva, determinando quais são os modos de conceber (os conceitos/predicados) aceitáveis na disciplina. Isto, seguramente, deve afetar o modo como a identidade do objeto pode ser considerada enquanto *objeto para a disciplina*. No caso da linguística, a instituição da *língua* como objeto próprio equivale à especificação de como são concebíveis as linguagens enquanto

²⁸ Cf. *id.*, *ibid.*, pp. 31-32.

²⁹ Desse modo, elementos de natureza histórica, política, geográfica e econômica, dentre outros, conviriam propriamente à linguística externa.

objetos da linguística – o que define a esfera de sua competência por oposição a outras disciplinas próximas ou aparentadas. Segue-se, em segundo lugar, que na definição de um domínio próprio de objetos, define-se igualmente o escopo de validade dos juízos, avaliações e análises como juízos, avaliações e análises *da* disciplina. Em terceiro lugar, temos que, mediante as restrições impostas para algo contar como objeto da disciplina, determina-se de antemão a natureza do objeto como objeto da disciplina, o que parece poder ser dito, em termos bachelardianos, do seguinte modo: os objetos portam, em todas as suas partes, a marca teórica. Com base nisso, pode-se, por fim, compreender, pelo menos parcialmente, por que certas questões, que aparentemente deveriam ser estabelecidas via experiência, são, paradoxalmente, determinadas antes da experiência, por força da teoria – de sorte que a ciência possa inquirir a natureza (e não se submeter completamente a ela), ou, em termos bachelardianos, de sorte que as “técnicas experimentais” impliquem a construção mesma do que deve contar como evidência empírica.

Sendo possível, então, encontrar aí elementos para a constituição de um modelo mínimo para se adentrar o caminho da ciência, tal modelo deveria levar em conta, fundamentalmente, a especificação, de um lado, do que é um objeto para a disciplina em questão – que características (dentre as inúmeras possibilidades) são determinantes da identidade dos objetos como membros da classe de objetos da disciplina; que características permitem, por conseguinte, que certos objetos sejam reconhecidos (em ordem abstrata, por não se levar em conta outras propriedades reais dos objetos) como instâncias de certos conceitos fundantes da disciplina.³⁰ De outro lado, parece também ser um requisito que se especifique as condições mediante as quais um determinado membro da classe de objetos é, numericamente, um e o mesmo objeto que algum outro membro da classe – isto, é, que se definam condições para distinguir distintos objetos *da* disciplina ou reidentificar (ou ainda, individualar) um e mesmo

³⁰ Dito de outro modo, o modelo deve requerer que a disciplina especifique as condições de *identidade qualitativa* de seus objetos.

objeto.³¹ No caso da linguística, trata-se de especificar as condições mediante as quais se determina quando se trata de uma e mesma *língua* ou quando se tratam de duas ou mais *línguas* diferentes.

“A língua é, assim, o conceito fundador da teoria linguística que dá a ideia de definir as invariantes na diversidade concreta das línguas tanto quanto naquelas das falas. Face às tentativas precedentes de linguística geral que pretendiam possível uma teoria da linguagem por uma síntese indutiva dos resultados obtidos em cada língua, Saussure permite pensar correlativamente a teoria linguística geral e a descrição científica de cada língua: trata-se de desenvolver os predicados que comporta, analiticamente, o conceito de língua: sistema formal de signos arbitrários e diferenciais, funcionando sobre os dois eixos sintagmático e paradigmático. ‘Linguística geral’ no *Curso de linguística geral* deve ser entendida como a exposição dos princípios de descrição de toda língua particular – generalidade dos fundamentos e não generalização dos resultados”.³²

2.3. O corte epistemológico da AD

Se, como observado anteriormente, os fundadores da AD consideraram o *CLG* marco de um “corte epistemológico”, suas relações com a linguística saussuriana eram ambivalentes. O reconhecimento dos méritos de Saussure não fora feito sem crítica.³³ Segundo os autores do artigo “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, seria possível sustentar que “*se a ruptura saussuriana foi suficiente para permitir a constituição da fonologia, da morfologia e da sintaxe, ela não foi capaz de obstaculizar um retorno ao*

³¹ Isto é, o modelo deve igualmente requerer que a disciplina especifique as condições de *identidade numérica* de seus objetos.

³² D. Malidier & C. Normand, “Quelle sorte d’objet est le sujet de la langue?”, in: *Linx*, nº 13, 1985, p. 16.

³³ “Pêcheux introduziu o conceito de discurso no estudo das ideologias em formações sociais particulares. Basicamente, ele entendeu o discurso como a forma lingüística da ideologia. Através de uma leitura crítica de Saussure, o suspeito usual de pós-estruturalismo, ele introduziu o discurso no famoso par de língua e fala. Discurso não era, certamente, idêntico à fala, o ato individual de uso da linguagem. Ao contrário, foi designado como um sistema de regras que regula o que é possível dizer” (Jan Ifversen, “Jacques Guilhaumou and the french school”, *Redescriptions. Yearbook of political thought and conceptual history*, vol. 12, 2009, pp. 246-47).

empirismo em semântica".³⁴ As questões semânticas relativas ao significado de textos, segundo Helsloot e Hak, teriam sido sistematicamente excluídas da análise linguística saussuriana:

"Pêcheux abordou a questão do lugar teórico do 'discurso' dentro do modelo de Saussure. Seu problema era que questões como 'o que este texto quer dizer?' foram sistematicamente excluídas da análise linguística. Sua solução foi pressuposta e, assim, deixada para as auto-evidências da experiência cotidiana. De acordo com Pêcheux, foi precisamente este 'território deixado a descoberto' pela lingüística, sem a sua reocupação por outra ciência, que permitiu que as ideologias invadissem esse terreno (novamente). Em outras palavras, embora a linguística tenha se estabelecido como ciência através de uma ruptura epistemológica 'saussuriana', tinha 'esquecido' de desenvolver uma teoria adequada da produção do significado no discurso".³⁵

A introdução de um novo domínio de objetos, os *discursos* (a partir de *um modelo de matriz saussuriana*: o *discurso* ocuparia, assim parece, um nível intermediário na estrutura dual de Saussure constituída pelos pólos *língua* e *fala*, distinguindo-se de ambos),³⁶ conformaria os limites, a esfera de competência, da nova ciência almejada por Pêcheux, a teoria geral das ideologias.

No que concerne à definição do objeto próprio da AD, sua genealogia parece remeter diretamente às caracterizações teóricas advindas da metodologia arqueológica foucaultiana e, sob muitos aspectos, a caracterização proporcionada por Foucault se mostra substantivamente elucidativa:

³⁴ Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry, *op. cit.*, páginas s/ numeração.

³⁵ Niels Helsloot & Tony Hak, *op. cit.*, § 20.

³⁶ Darian Wallis ("Michel Pêcheux's theory of language and ideology and method of Automatic Discourse Analysis: a critical introduction", *Text & Talk*, 27-2, 2007, p. 253), sobre este ponto, afirma: "O conceito de 'discurso' de Pêcheux ocupa um nível intermediário entre os dois conceitos de Saussure de 'langue' e 'parole'. 'Langue' é uma instituição social, o conjunto invariante de regras gramaticais que pertencem a todos os membros de uma comunidade linguística; 'parole' é o individualizado, parte criativa da linguagem caracterizada pela ausência de regras. 'Langue' é um 'fato social', exterior ao indivíduo que não pode criá-lo ou modificá-lo, enquanto 'parole' é um fenômeno individual e criativo em que se manifesta a liberdade linguística do falante. Pêcheux desafia a identificação implícita de Saussure do universal com o extraindividual e a identidade de 'parole' com subjetividade aleatória. Pêcheux sugere a possibilidade de definir um nível intermediário entre 'langue' e 'parole', com base em seu conceito de 'discurso'".

“O que analiso no discurso não é o sistema de sua língua, nem, de um modo geral, as regras formais de sua construção: porque não me preocupo em saber o que o torna legítimo ou lhe dá sua inteligibilidade e lhe permite servir à comunicação. A questão que coloco é aquela, não dos códigos, mas dos eventos <événements>: a lei de existência dos enunciados, o que os tornou possíveis – eles e nenhum outro em seu lugar; as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros eventos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não”.³⁷

Foucault parece contrastar duas perspectivas distintas mediante as quais é possível analisar um discurso:³⁸ é possível considerar, de um lado, as condições de sua legitimidade, as quais estão intrinsecamente associadas à consideração do discurso como resultante de ação deliberadamente escolhida e intencionalmente realizada por um falante (algo que se fez, um feito). De outro lado: é possível considerar as condições de sua produção como um evento, como algo que acontece ou ocorre – neste caso não intervém nenhuma deliberação ou intencionalidade da parte do falante por ele não ser, desta perspectiva, rigorosamente um agente, mas um paciente: não se trata de um *feito*, trata-se de um *fato*, algo que lhe aconteceu de produzir.

Conexa à distinção entre discurso como um *feito* e discurso como um *fato*, encontramos a distinção entre discurso como *texto* e discurso como “*objeto-evento*”:

“Gostaria que um livro, pelo menos da parte de quem o escreveu, nada fosse além das frases de que é feito; que ele não se desdobrasse nesse primeiro simulacro de si mesmo que é um prefácio, e que pretende oferecer sua lei a todos que, no futuro, venham a formar-se a partir dele. Gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se fragmentasse, se repetisse, se simulasse, se desdobrasse, desaparecesse enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez reivindicar o direito de ser seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro devia ser. Em suma gostaria que um livro não se atribuísse a si mesmo essa condição de texto ao qual a pedagogia ou a crítica saberão reduzi-

³⁷ Michel Foucault, “Resposta a uma questão” (1968), in: Foucault, *Repensar a política*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 9.

³⁸ Sobre este ponto e o que segue, ver Pierre Macherey, “L’inquietude du discours selon Foucault”, in: *Groupe d’études “La philosophie au sens large”*, Seminário de 31/01/2007.

lo, mas que tivesse a desenvoltura de apresentar-se como discurso: simultaneamente batalha e arma, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível. É por isso que, ao pedido que me fizeram de escrever um novo prefácio para este livro reeditado, só me foi possível responder uma coisa: suprimamos o antigo prefácio. Honestidade será isso. Não procuremos nem justificar esse velho livro, nem reinscrevê-lo hoje; a série dos eventos à qual ele pertence, e que é sua verdadeira lei, está longe de estar concluída. Quanto à novidade, não finjamos descobri-la nele, como uma reserva secreta, uma riqueza inicialmente despercebida: ela se faz apenas com as coisas sobre ele ditas, e dos eventos dos quais se viu prisioneiro”.³⁹

O *texto*, conexo ao *feito*, é o discurso apreendido ou considerado como fechado e estático, isto é, sua significação é de uma vez por todas fixada sob a responsabilidade de seu *autor* (ou crítico, ou intérprete, enfim, de quem tenha direito a reclamar a exclusividade da sua significação). Àquele que possui a *autoria*, que realizou deliberadamente a ação de produzi-lo (ou àqueles que estão *autorizados*), é permitido precisar significações, fazer retificações, avaliar certas interpretações como boas e outras como erradas, demarcar o que pretendeu por oposição ao que não pretendeu fazer de modo a permitir identificar o que verdadeiramente disse ou quis dizer. Ao autor, enfim, é sempre possível reivindicar o domínio, o controle absoluto sobre o que fez ao fazer certo discurso.

De outro lado, o discurso como “*objeto-evento*”, conexo ao *fato*, é o discurso apreendido ou considerado como algo relativamente independente daquele que o produziu. Sem qualquer guardião de seu sentido, apreendido como algo que aconteceu, como um *fato*, que entrou em circulação, sem mestre ou proprietário capaz de impor o que ele é ou deveria ser, pode ser copiado, simulado e refeito em novos ou diferentes contextos, ganhando novas significações. Assim, por não haver propriamente algum ponto fixo ao qual se possa ou se deva recorrer para controlar seu significado e suas interpretações, é concebido como aberto e dinâmico.

Para Foucault, por conseguinte, à análise do discurso interessa apenas o discurso como evento ou acontecimento, abstração feita de suas relações com

³⁹ Michel Foucault, “Prefácio” (1972), in: *História da loucura na Idade Clássica*, São Paulo: Perspectiva, 1978.

o pensamento e com a língua, vale dizer, abstração feita de estruturas e princípios ordenadores dos sentidos atinentes a estes dois domínios.

“Mas se isolamos, em relação à língua e o ao pensamento, a instância do evento enunciativo, não é para tratá-la nela mesma como se ela fosse independente, solitária e soberana. É, ao contrário, para apreender como esses enunciados, enquanto acontecimentos e em sua especificidade tão estranha, podem se articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva, mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política, etc. Fazer aparecer em sua pureza o espaço onde se dispersam os acontecimentos discursivos não é pretender estabelecê-lo em um corte que nada poderia superar; não é tornar a fechá-lo nele próprio, nem, com mais forte motivo, abri-lo a uma transcendência; é, ao contrário, tornar-se livre para descrever, entre ele e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações. Relações que devem ser estabelecidas – sem passar pela forma geral da língua, nem pela consciência singular dos sujeitos falantes – no campo dos acontecimentos”.⁴⁰

Em que pesem as diferenças entre a abordagem do discurso proposta por Foucault e àquela própria da AD, importa no momento considerar que a definição do discurso em termos foucaultianos ou quase-foucaultianos consiste em um dos momentos lógicos fundamentais para a consolidação, almejada por Pêcheux, da AD como uma disciplina científica (ou como instrumento, ao menos, de uma real ciência social).

O que falta considerar é o segundo momento constitutivo de um corte epistemológico. Como visto, embora seja fundamental a determinação da esfera de competência de uma ciência⁴¹, é preciso igualmente que se estabeleçam as condições de identidade dos objetos dentro do escopo legítimo da disciplina (as condições de individuação ou reidentificação de *objetos da disciplina*, as condições mediante as quais se identifica e/ou se distingue *objetos da disciplina* numericamente distintos). No caso da AD, trata-se de saber como se determina

⁴⁰ Michel Foucault, “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia” (1968), *in*: Foucault, *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 97.

⁴¹ O que é alcançado mediante a especificação das propriedades fundamentais do objeto ou fenômeno como *objeto para a disciplina* (isto é: o estabelecimento das condições de identidade do *seu objeto* em geral, por oposição aos objetos de outras disciplinas), mediante, portanto, a definição de seu domínio próprio de objetos.

que dois discursos são ou não são, de fato, duas ocorrências de um e mesmo discurso.

A noção fundamental para o estabelecimento deste segundo momento do “corte epistemológico” é aquela de *formação discursiva*. Aqui, igualmente, Foucault parece ter fornecido a matriz teórica originária:

“O que permite individualizar um discurso como a economia política ou a gramática geral não é a unidade de um objeto, não é uma estrutura formal, não é, tampouco, uma arquitetura conceitual coerente, não é uma escolha filosófica fundamental. É sobretudo a existência de regras de formação para todos os seus objetos (tão dispersos quanto eles possam ser), para todas as suas operações (que, seguidamente, não podem ser superpostas nem encadeadas), para todos os seus conceitos (que podem muito bem ser incompatíveis), para todas suas opções teóricas (que, seguidamente, excluem-se mutuamente). Há uma formação discursiva individualizada cada vez que se pode definir um semelhante jogo de regras”.⁴²

Na matriz foucaultiana, por conseguinte, a identidade de discursos individuais não se define propriamente em suas ocorrências particulares. Antes, é na medida em que podem ter seus componentes semanticamente valoráveis (objetos, conceitos, operações) retraçados a um sistema ele mesmo individualizável, a uma rede de regras de formação, a qual constitui uma formação discursiva distinta de outras.⁴³

⁴² Michel Foucault, “Resposta a uma questão” (1968), in: Foucault, *Repensar a política*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 3.

⁴³ Embora interesse, no momento, insistir sobre a origem foucaultiana do conceito de *formação discursiva* (no que diz respeito, sobretudo, ao papel desempenhado por essa noção na revolução epistemológica pretendida pela AD), não se pode deixar passar sem nota as consideráveis diferenças vigentes entre as concepções de Foucault e de Pêcheux. Johannes Angermüller, em *Analyse du discours poststructuraliste* (França: Éditions Lambert-Lucas, 2013) caracteriza a noção de formação discursiva, engendrada no período da *Arqueologia do saber* de 1969 (noção que, vale dizer, distingue-se igualmente dos *sistemas de saber*, as *epistamae*, característicos do período de *As palavras e as coisas* de 1966), nos seguintes termos: “Primeiramente, Foucault sublinha o caráter dinâmico da ‘formação discursiva’. Quando da enunciação dos enunciados se constitui a formação, a qual representa, ao mesmo tempo, um processo (não teleológico) e um sistema (aberto) de elementos. Uma formação assim constituída se encontra presa em um fluxo permanente sem princípios organizadores gerais e estáveis. Em segundo lugar, uma formação discursiva combina elementos heterogêneos, isto é, enunciados possuindo modalidades de enunciação e funções de existência diferentes.

Nos primórdios do desenvolvimento da AD, o *discurso* fora caracterizado, *grosso modo*, como uma seqüência verbal emitida por um emissor (A) a um

A formação discursiva não compõe uma estrutura uniforme onde todos elementos têm o mesmo valor e são enunciados no mesmo nível do discurso. As ordens e as avaliações coexistem com as descrições; o discurso direto é conectado ao discurso relatado; a ironia alterna com a expressão literal. Os enunciados são antes como um burburinho de vozes e de pontos de vista diferentes, e mesmo contraditórios, dando à formação sua impureza característica. Em terceiro lugar, é preciso notar o caráter inacabado da formação, cujos elementos não se encontram contidos em uma estrutura fechada. Em uma formação, os enunciados dispersos formam uma espécie de aglomerado que não é delimitado por fronteiras, separando o interior do exterior. Ela consiste em numerosos elementos que permanecem sub definidos ou não definidos. E não tendo a formação nem origem determinável nem fim natural, a cada representação da formação, corresponde um momento arbitrário. Nenhum extrato permite representar o conjunto, posto que não se pode determinar onde começa o conjunto e onde ele encontra seu fim. É esse caráter de abertura, constitutivo da formação que torna utópica a tentativa de traçar uma visão de conjunto ou um quadro no qual todos os elementos do discurso ocupem seu lugar funcional e seu valor preciso. (...). Na análise do discurso, tal qual a pratica Pêcheux, a problemática da formação discursiva não é apenas reforçada pelos instrumentos de análise; ela conhece ademais uma reorientação teórica influenciada pela filosofia marxista de Louis Althusser. (...). A teoria da ideologia e do sujeito formulada por Althusser constitui o pano de fundo sócio-teórico sobre o qual Pêcheux aborda o problema da formação discursiva. (...). Segundo Pêcheux *et alii* [Claudine Haroche e Paul Henry], a formação discursiva dá conta do fato de que certas coisas podem e devem ser ditas a partir de certas posições institucionais. As formações discursivas se inscrevem em um terreno institucional, atravessado por linhas de combates ideológicos e sócio-estruturais. Se, na *Arqueologia* de Foucault, os enunciados de uma formação não são tampouco provenientes de um espaço sem regras, as diferenças com o conceito de formação de Pêcheux são, contudo, consideráveis: em primeiro lugar, Foucault utiliza um conceito de regra que não admite senão enunciados positivos. A questão de Foucault é a seguinte: *Como* um enunciado é engendrado e *como* ele existe no discurso? Portanto, não se poderia falar de enunciado 'interdito', senão no caso de um enunciado formulado no modo da interdição ou do tabu, por exemplo. Pêcheux *et alii*, ao contrário, definem um regime no qual certos enunciados podem e devem ser formulados e outros não. Em segundo lugar, no discurso de Foucault, os enunciados são ligados a diferentes modalidades de enunciação, enquanto que Pêcheux *et alii* enfatizam uma compreensão mais homogêneas das formações, as quais trazem a marca do gênero textual ('discurso de combate, sermão...'). Em terceiro lugar, Pêcheux *et alii* se distanciam do giro pragmático proposto por Foucault. Para Pêcheux *et alii*, a formação discursiva serve para delimitar regiões do discurso sócio-historicamente e institucionalmente homogeneizadas, permitindo a aplicação do método estrutural. Foucault introduziu o conceito de 'formação' a fim de superar o modelo estrutural, enquanto que Pêcheux o utiliza para salvar esse modelo" (pp. 19-22).

receptor (*B*) sobre um determinado assunto utilizando uma certa linguagem, e que se determina em termos de uma *formação discursiva* e das *condições de sua produção* – onde a primeira noção se referiria justamente “às características semânticas específicas de um conjunto observado (*corpus*) de discursos” e a segunda, “à situação socioeconômica do(s) falante(s) (ou seja, as características sociológicas objetivas do ‘contexto de situação’, incluindo papéis relevantes, classe socioeconômica, as atitudes sociais, posições sociais e as relações de poder relacionadas com os lugares que o emissor e o receptor ocupam em uma determinada estrutura social historicamente definida)”.⁴⁴ Basicamente, pretende-se que fatores econômicos, institucionais e ideológicos, vinculados ao lugar ocupado pelos falantes na estrutura social, definam as condições de produção e as condições de interpretação dos discursos produzidos entre os protagonistas do processo discursivo, condicionando ou limitando o que é dito ou que pode ser dito, condicionando ou limitando os efeitos de sentido produzidos ou produzíveis entre os pólos ocupados por *A* e *B* (mediante as representações que cada um tem de seu próprio lugar e do lugar que atribui ao outro).⁴⁵ Em qualquer caso, não é o indivíduo, psicologicamente considerado, o proprietário e senhor autônomo do processo de produção dos discursos: “os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”.⁴⁶ Tal processo é determinado pelos diferentes papéis (professor – aluno; médico – paciente; guarda – prisioneiro; etc.), pelas relações de poder definidas inerentemente a tais papéis pelos lugares que representam na estrutura de classes de uma determinada formação social.⁴⁷

Semelhante caracterização corresponde, é certo, à primeira fase da AD, onde as diferenças entre discursos particulares são definidas em termos duais

⁴⁴ Darian Wallis, *op. cit.*, p. 253.

⁴⁵ Cf. Michel Pêcheux, “Análise automática do discurso (AAD-69)”, in: F. Gadet e T. Hak (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas: UNICAMP, 1997, pp. 79-86.

⁴⁶ Michel Pêcheux, “A análise de discurso: três épocas (1983)”, in: F. Gadet e T. Hak (orgs.), *op. cit.*, p. 311.

⁴⁷ Cf. Michel Pêcheux, “Análise automática do discurso (AAD-69)”, in: F. Gadet e T. Hak (orgs.), *op. cit.*, pp. 86-87.

contrastivos, dominante-dominado, a partir de sua remissão a dois tipos especificados de classes de discursos, ou formações discursivas, definidas em termos de suas condições de produção como “máquinas autodeterminadas” e fechadas sobre si mesmas.⁴⁸ Observe-se, porém, que na passagem da AAD 69 (primeira fase da AD) para a AAD 75 (segunda fase) persiste, na esteira de Foucault, a sublimação identificadora, matriz do tratamento teórico do assujeitamento, do sujeito enunciador (o *autor* da enunciação) ao sujeito universal de uma *formação discursiva*: o sujeito do discurso, afirma Pêcheux, continua, na segunda fase da AD, “sendo concebido como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual ele se identifica. A questão do ‘sujeito da enunciação’ não pode ser posta no nível da AD-2 senão em termos da ilusão do ‘ego-eu’ <moi-je> como resultado do assujeitamento (cf. a problemática althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado) frequentado pelo tema spinozista da ilusão subjetiva produzida pela ‘ignorância das causas que nos determinam’”.⁴⁹

⁴⁸ Cf. Michel Pêcheux, “A análise de discurso: três épocas (1983)”, *in*: F. Gadet e T. Hak (orgs.), *op. cit.*, p. 311.

⁴⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 314.

Capítulo III – A emergência do sujeito pragmático

No que concerne à reconsideração de fundamentos operada na terceira fase da AD, dois aspectos intrinsecamente conexos parecem estar envolvidos: (i) a recusa, por impossível, de toda ciência régia – definida por Pêcheux como um projeto de “conhecimento que unificaria esta multiplicidade de ‘coisas a saber’ em uma estrutura representável homogênea, a ideia de uma possível ciência da estrutura do real, capaz de tornar torná-lo explícito, fora de qualquer falsa aparência, e de assegurar o controle sobre esse real sem os riscos da interpretação”¹ e (ii) a renúncia ao sujeito assujeitado em prol do sujeito pragmático. Tais aspectos, tanto quanto se pode perceber, implicam-se mutuamente (são co-dependentes), de sorte a não se poder pretender conferir especial prioridade a um deles.

Em que pese a inexistência de organização hierárquica entre esses dois aspectos, para efeito de exposição, adotar-se-á o tema da inviabilidade da ciência régia como fio condutor. Partindo-se, então, da exposição do problema da ciência régia, buscar-se-á estabelecer, como sua consequência, a emergência do sujeito pragmático.

3.1. O fim da ciência régia

Como foi apontado anteriormente, o conceito de “corte epistemológico” fora inicialmente cunhado por Bachelard, em sua crítica a certas concepções de ciência vigentes em sua época, como característica distintiva do

¹ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 640.

conhecimento científico face ao conhecimento comum. O conhecimento científico, por oposição ao conhecimento derivado da experiência ordinária, seria fundado em técnicas experimentais. Essas técnicas implicariam a construção mesma do que pode contar como evidência experimental. O fenômeno, afirmava Bachelard, deveria ser selecionado e modelado pelos instrumentos, deveria ser produzido no plano dos instrumentos, de onde se seguiria que o próprio fenômeno portaria uma marca teórica.

Há notáveis e esclarecedores pontos de contato entre as considerações de cunho bachelardiano (atinentes ao tratamento do conceito de corte epistemológico) levadas a cabo por Pêcheux e os requisitos kantianos para uma disciplina qualquer adentrar o caminho da ciência. No prefácio à segunda edição da *Crítica da razão pura*, Kant parece buscar a elucidação de certos compromissos atinentes à filosofia mediante a sua comparação com certas assunções atinentes às disciplinas científicas já estabelecidas, como a física, dentre outras.

“Quando Galileu fez rolar no plano inclinado as esferas, com uma aceleração que ele próprio escolhera, quando Torricelli fez suportar pelo ar um peso, que antecipadamente sabia idêntico ao peso conhecido de uma coluna de água, ou quando, mais recentemente, Stahl transformou metais em cal e esta, por sua vez, em metal, tirando-lhes e restituindo-lhes algo, foi uma iluminação para todos os físicos. Compreenderam *que a razão só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos; que ela tem que tomar a dianteira com princípios, que determinam os seus juízos segundo leis constantes e deve forçar a natureza a responder às suas interrogações em vez de se deixar guiar por esta; de outro modo, as observações feitas ao acaso, realizadas sem plano prévio, não se ordenam segundo a lei necessária, que a razão procura e de que necessita. A razão, tendo por um lado os seus princípios, únicos a poderem dar aos fenômenos concordantes a autoridade de leis e, por outro, a experimentação, que imaginou segundo esses princípios, deve ir ao encontro da natureza, para ser por esta ensinada, é certo, mas não na qualidade de aluno que aceita tudo o que o mestre afirma, antes na de juiz investido nas suas funções, que obriga as testemunhas a responder aos quesitos que lhes apresenta. Assim, a própria física tem de agradecer a revolução, tão proveitosa, do seu modo de pensar, unicamente à ideia de procurar na natureza (e não imaginar), de acordo com o que a razão nela pôs, o que nela deverá aprender e que por si só não alcançaria saber; só assim a física enveredou pelo trilho certo da ciência, após tantos séculos em que foi apenas simples tateio*”.²

² Kant, *Crítica da razão pura*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001, p. 18, grifo nosso.

Tais considerações, como observado anteriormente, poderiam ser resumidas do seguinte modo: uma disciplina qualquer apenas adentraria o “trilho certo da ciência” na medida em que fosse capaz de especificar certos princípios concernentes ao seu objeto. Como um exemplar da revolução científica executada na física, a qual permitira que se fosse ao encontro da natureza não como um aluno, mas como um juiz que a obriga, na qualidade de testemunha a responder ao que lhe é perguntado, Kant aponta a experiência de Galileu com os planos inclinados. Nessa experiência,³ a qual provaria, contra a física de matiz aristotélico, que a velocidade de queda dos corpos não depende do peso dos mesmos, faz-se rolar diversas vezes esferas em diferentes planos inclinados, tendo o tempo de percurso na queda mensurado por uma clepsidra. De um lado, parece possível dizer que, para Galileu, seria completamente irrelevante que as esferas diferissem quanto, por exemplo, suas cores e seus odores. Importar-lhe-ia unicamente o pequeno conjunto de propriedades primárias das mesmas: sua figura esférica, sua extensão, peso e sua velocidade. Desse modo, apenas identidades ou diferenças relativas a tais propriedades seriam relevantes para o experimento.⁴ Desse ponto de vista, Galileu, atendendo ao primeiro requisito da ciência, teria limitado suas investigações a objetos que se definem como *objetos para sua ciência*, objetos considerados enquanto dotados exclusivamente de propriedades geométricas e mecânicas (sendo as demais características que neles comparecem completamente descartáveis), as quais seriam garantidoras de sua homogeneidade qualitativa. De outro lado, a indefinida ou infinita repetibilidade da experiência parece exigir que a amostra de esferas (a multiplicidade numérica das mesmas) seja definida não por sua diversidade qualitativa, mas pela diversidade das ocorrências (apareceres) espaço-

³ A experiência é descrita por Galileu em *Dialogues concerning two new sciences*, Nova Iorque: Dover, pp. 178-179.

⁴ “Para Galileu, bem o sabemos, é em curvas, círculos e triângulos, em linguagem matemática, ou mesmo, mais precisamente, em *linguagem geométrica* – e não aquela do senso comum ou de puros símbolos – que devemos falar à natureza e receber suas respostas” (Alexandre Koyré, “Galillé et Platon”, in: A. Koyré, *Études d’histoire de la pensée scientifique*, Paris: Gallimard, 1973, p. 169, grifo do autor).

temporais.⁵ Contadas ou individuadas as esferas não por suas naturezas (descritivamente especificáveis em termos de figura, peso e extensão), mas unicamente em função de suas ocorrências na experiência, poder-se-ia infinitizar o número de esferas envolvidas, em nada afetando os modos de conceber definidos pelas propriedades através das quais eram qualitativamente identificadas.⁶

Faz-se, portanto, necessário inicialmente que uma disciplina, para se tornar *ciência*, seja capaz de recortar, em um sistema de objetos dotado de infinita complexidade *qualitativa*, as qualidades que os convertem em *objetos dessa ciência* – o que parece justificar a alegação de Pêcheux quanto a ser característico de um universo de discurso logicamente estabilizado um “conjunto relativamente *limitado* de argumentos, predicados e relações”.⁷ Isso tem como consequência que um mesmo conjunto de objetos pode ser alvo de diferentes disciplinas na exata medida que estas os tratam diferentemente. Assim, embora em um sentido os objetos (em si mesmos, independentemente dos sistemas discursivos próprios a cada disciplina) possam ser os mesmos para diferentes disciplinas, eles necessariamente serão diferentes enquanto *objetos-para-as-disciplinas*.

⁵ A repetibilidade, observe-se, é condição para mostrar que os resultados obtidos não são meramente circunstanciais.

⁶ Suponha-se, para efeito de esclarecimento, que pudessem ser três as esferas quando contadas ou individuadas segundo suas naturezas (com tamanho e peso n , $n-1$ e $n+1$). Se contadas exclusivamente por suas ocorrências nas experiências (isto é, cada vez que são recolocadas no plano inclinado), seu número poderia ser infinitamente multiplicado. Teríamos agora três tipos (naturezas) e um (possível) número infinito de ocorrências de exemplares destes tipos (naturezas). Correlata a essa distinção encontra-se muitas vezes, em lógica e em filosofia da linguagem, a diferença entre *types* (tipos) e *tokens* (ocorrências): “assim, por exemplo, considere-se o número de palavras na linha do poema de Gertrude Stein “Sagrada Emília” na página em frente aos olhos do leitor: ‘Rosa é uma rosa é uma rosa é uma rosa’. Em um sentido de ‘palavra’, podemos contar três palavras diferentes [*rosa*, *é*, *uma*]; em outro sentido, podemos contar dez palavras diferentes [*quatro ocorrências de ‘rosa’; três ocorrências de ‘é’ e três, de ‘uma’*]. C. S. Pierce (1931-58) chamou as palavras no primeiro sentido ‘types’ e as palavras no segundo sentido ‘tokens’” (*Stanford encyclopedia of philosophy*, verbete: *types and tokens*).

⁷ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 635. Grifo nosso.

A essa exigência de que qualquer disciplina para se constituir como uma ciência deva incorporar certas assunções acerca da *identidade qualitativa* dos objetos que constituirão seu domínio próprio de objetos⁸ soma-se aquela da incorporação de assunções relativas à *identidade numérica* dos mesmos, permitindo que objetos numericamente distintos (mas qualitativamente idênticos) venham a ser contados. Pêcheux, no artigo-conferência de 1983, parece referendar plenamente semelhante duplicidade de requisitos para os sistemas logicamente estáveis de ciência:

“Nos espaços discursivos designados acima como logicamente estabilizados, supõe-se que um dado sujeito falante saiba sobre o que se fala; todo enunciado produzido nesses espaços reflete as propriedades estruturais que são independentes da enunciação. Essas propriedades estão transparentemente inscritas em uma descrição do universo, tal como esse universo é discursivamente apreendido nesses espaços. O fator aparente de unificação desses espaços discursivos é uma série de evidências lógico-práticas de nível muito geral, tais como: o mesmo objeto *X* não pode estar ao mesmo tempo em dois lugares diferentes; o mesmo objeto *X* não pode ter ao mesmo tempo a propriedade *P* e a propriedade não *P*; o mesmo evento *E* não pode ter e não ter ocorrido ao mesmo tempo; e assim por diante”.⁹

Em que pese a relevância da tese de que, no que concerne aos espaços logicamente estabilizados, vale a suposição de que o sujeito saiba do que está falando, cabe, inicialmente, destacar na passagem supracitada o que conta como fator aparente de unificação dos diferentes espaços logicamente estabilizados.¹⁰ Isto não apenas porque manifesta-se aí a duplicidade dos requisitos impostos aos sistemas logicamente estáveis de ciência, mas porque,

⁸ A qual, lembramos, define não apenas o domínio de objetos atinentes à disciplina (como o *real*, que lhe é independente, interessa à disciplina e, assim, converte-se no *real da ou para a disciplina*), mas igualmente o domínio de jurisdição enunciativa da disciplina (quais enunciados são relevantes para a disciplina, quais enunciados são atinentes a ela e a seus objetos, e quais enunciados lhe são irrelevantes por serem externos e fora de sua alçada).

⁹ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 638.

¹⁰ O tema da validade, em espaços estabilizados, da suposição de que o sujeito falante “saiba sobre o que se fala” será retomado mais adiante neste capítulo e, particularmente, no último capítulo.

igualmente, a matriz produtora da ilusão das ciências régias parece repousar no difícil comércio teórico entre os dois tipos de exigências assinaláveis.

Dois aspectos parecem aqui ser dignos de nota. Em primeiro lugar, evidências lógico-práticas muito gerais são *pressupostas*¹¹ pelas disciplinas científicas (ou, de forma geral, pelos sistemas de representação descritiva logicamente estáveis) como condições de sua possibilidade – condições essas que regem, em geral, toda possibilidade de determinação de identidades *qualitativas* e de identidades *numéricas* de objetos. Semelhantes condições implicam, para as disciplinas a elas submetidas, a convergência de seus sistemas de referência (seus domínios de objetos, os *objetos das* ou *para* as diferentes ciências) em um único *real* que lhes é independente, um mundo (universo) comum que é, contudo, diversamente recortado por elas. Assim, os múltiplos sistemas estáveis de representação, constituindo um conjunto massivo e heteróclito,¹² desempenham, em última análise, a função de mediar as relações dos sujeitos, aos quais importa (em diferentes graus) a competência preditiva das diversas ciências e das tecnologias delas derivadas, com esse mundo comum, com o *real simpliciter*, ponto de convergência referencial que independe, quanto ao seu ser (ou quanto a ser aquilo que é) destes mesmos sistemas estáveis. Poder-se-ia dizer, na esteira de Pêcheux: o tifo pode matar, independentemente de termos ou não qualquer tipo de representação linguístico-discursiva dele. Aliás, sugere Pêcheux, é exatamente *porque o tifo ele mesmo é como é* que se faz necessária a construção dos sistemas estáveis de representação abrigados sob o nome de *medicina*:

“(...) algo o ameaça [*ao sujeito pragmático*] pelo simples fato de [*esse algo*] existir (o fato de que é parte do real, qualquer que seja a apreensão que o sujeito em

¹¹ A relação de pressuposição é entendida aqui nos termos lógicos apresentados por Strawson: uma proposição/enunciado *p* é pressuposto de outra proposição/enunciado *q* se a verdade de *p* é condição para a avaliação de *q* na dimensão do verdadeiro e do falso. Assim, admitindo-se que *p* seja pressuposto de *q*, temos que se *p* for falsa, *q* não será nem verdadeira nem falsa (cf. Sybil Wolfram, *Philosophical logic. An introduction*, Londres: Routledge, 1989, pp. 42-43). Sobre o deslocamento, efetuado por Ducrot, da noção de pressuposição do terreno lógico originário para o terreno propriamente linguístico, ver: D. Malidier & C. Normand, “Quelle sorte d’objet est le sujet de la langue?”, pp. 37-38.

¹² Pêcheux, *op. cit.*, p. 638.

questão tenha da estrutura do real). Não é necessário ter uma intuição fenomenológica, uma apreensão hermenêutica ou uma apreensão espontânea da essência do tifo para ser afetado por esta doença; de fato, é exatamente o contrário: há ‘coisas a saber’ (conhecimentos a serem geridos e transmitidos socialmente), isto é, descrições de situações, sintomas e atos (a serem performados ou evitados) associados às múltiplas ameaças do real para o qual a ignorância da lei não é desculpa – porque o real é impiedoso”.¹³

Em segundo lugar, os elementos constituintes da “série de evidências lógico-práticas” apontados por Pêcheux podem ser divididos em dois grupos: aqueles imperativos concernentes aos modos de conceber ou descrever (concernentes, pois, à possibilidade geral da identidade *qualitativa* de objetos), os imperativos lógicos expressos nos princípios de não-contradição e do terceiro excluído, e aqueles imperativos atinentes à construção de sistemas de referência, atinentes à pressuposição de um único *continuum* espaço-temporal capaz de ser diversamente coordenado, medido ou quantificado (atinentes, pois, à possibilidade geral da identidade *numérica* de objetos). E é consoante à diversidade dos modos de hipertrofia possíveis de ocorrer na consideração das relações entre os pressupostos destes dois grupos que se encontra, correspondentemente, a diversidade de *tipos* que a ilusão da ciência régia pode assumir.

No que concerne aos princípios lógicos de não-contradição (um mesmo objeto não pode, sob um mesmo aspecto,¹⁴ possuir e não possuir a propriedade *P*) e do terceiro excluído (dada uma propriedade *P*, o objeto ou bem possui essa propriedade ou bem não a possui, devendo todas as demais alternativas ser excluídas), eles constituem pressuposições mais fundamentais necessárias para a constituição dos próprios espaços discursivos estabilizados, eles são, por assim dizer, os andaimes através dos quais todo sistema estabilizado de

¹³ *Id.*, *ibid.*, pp. 639-640.

¹⁴ Aspecto que pode ser diferentemente interpretado no sistema espaço-temporal, seja como parte do todo que é o objeto (por exemplo, uma melancia não pode ser verde e vermelha em uma mesma parte de sua superfície, embora possa sê-lo em partes diferentes), seja em fases temporalmente distintas do objeto (uma maçã não pode ser verde e vermelha quanto ao todo de sua superfície externa, embora possa sê-lo em momentos distintos do tempo).

discurso (em particular, todo sistema de representação descritiva do mundo) pode vir a ser construído. Tais princípios estabelecem certas restrições ao que pode ser concebido com pretensões descritivas: eles rezam que determinadas combinações de representações (conceitos ou predicados) são, *de direito*, inaceitáveis, demarcando, desse modo, o espaço da descrição inteligível, eles são as *pressuposições* sem as quais as próprias noções de verdade e de falsidade, de correção e de incorreção seriam impossíveis.¹⁵

“Estes espaços [*logicamente estáveis*], através dos quais se colocam os possuidores de conhecimento, os especialistas e os oficiais das diversas ordens existentes (todos funcionando como agentes e garantidores dessas múltiplas operações), têm uma propriedade muito específica: eles essencialmente proibem a interpretação. Essa interdição é implicada pelo uso ordenado de proposições lógicas (verdadeiro ou falso) com interrogações disjuntivas (o estado de coisas é *A* ou não *A*?).¹⁶”

¹⁵ Não cabe aqui retomar a longa história das argumentações filosóficas, iniciada com Platão e Aristóteles, que estabeleceu a natureza fundamental destes princípios em sua articulação com a enunciação declarativa de que algo é o caso. Resumidamente e para efeito meramente ilustrativo, reconsidere-se a caracterização aristotélica das enunciações verdadeiras e das falsas. Se forem considerados, por simplicidade, unicamente os enunciados afirmativos, temos que dizer o verdadeiro é dizer do que é que é e dizer o falso é dizer do que não é que é. Como foi visto, tanto a enunciação verdadeira quanto a falsa, sendo enunciações significativas, devem ser capazes de apresentar um estado de coisas como sendo o caso. Assim, ao enunciar-se que *A é B*, pretende-se apresentar o estado de coisas *AB* como algo que ocorre (que é *real* antes que *não real*). Contudo, tendo em vista a necessária independência do que ocorre no real face ao que é dito na enunciação, o estado de coisas *AB* pode, em princípio, tanto ocorrer quanto não ocorrer. Em vista disso, pode-se inferir que: (i) se o estado de coisas atinente à enunciação ‘*A é B*’ ocorrer, o enunciado será verdadeiro e, se não ocorrer, será falso; (ii) se o enunciado ‘*A é B*’ for falso, sua negação (‘*A não é B*’), a qual apresenta o estado de coisas *AB* como *não* ocorrendo, será, por isso mesmo, verdadeira; (iii) dada, então, a possibilidade de ocorrência ou não do estado de coisas *AB*, temos que todo enunciado (descritivo) significativo deve, em princípio, poder ser tanto verdadeiro quanto falso (mas será, efetivamente, ou bem verdadeiro, ou bem falso) – o que equivale a dizer que a toda enunciação (descritiva) afirmativa corresponde uma possível enunciação negativa que constitui o seu oposto contraditório (e *vice-versa*), de sorte que, se um for verdadeiro o outro será falso e *vice-versa*. Isso, por seu turno, equivale a dizer que os princípios de não contradição e do terceiro excluído são pressupostos por toda enunciação descritiva significativa.

¹⁶ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 638.

Deve-se, contudo, observar que, como aponta Pêcheux, os princípios de não-contradição e do terceiro excluído são, enquanto definidores do espaço da descrição possível, apenas evidências muito gerais, evidências essas cuja absoluta generalidade implica serem meramente *pressupostas* pelos sistemas descritivos. Dito de outro modo: eles não constituem *uma parte* comum interna dos diferentes sistemas cuja possibilidade definem, eles não fazem parte dos princípios *assumidos* teoricamente.¹⁷ Eles estão para os diversos sistemas estáveis como, em geometria, os pontos estão para a linha: definem a identidade da linha (o segmento de reta que vai, digamos, do ponto *A* ao ponto *B*), mas não fazem parte da linha que eles assim definem (como atesta a circunstância da linha ser infinitamente divisível sem jamais chegar-se ao ponto: por menores que sejam os segmentos de reta obtidos na divisão de uma linha, eles sempre terão uma dimensão, enquanto o ponto não possui nenhuma).¹⁸ Os princípios de não-contradição e do terceiro excluído, *externos* às disciplinas científicas que se ocupam (segundo seu recorte) do que ocorre no mundo comum, são princípios *internos* à ciência da lógica. Vale dizer, são *assumidos* pela ciência da lógica como aqueles princípios que definem as condições de identidade do que pode contar como um *objeto lógico*.¹⁹

¹⁷ Poder-se-ia dizer, então, que as disciplinas científicas possuem (i) certos princípios *internos* a elas (concernentes à identidade dos objetos enquanto *objetos para as disciplinas*) que devem ser *assumidos* por suas respectivas teorias e (ii) certos princípios que lhes são *externos*, atinentes à identidade de objetos em geral, de objetos *simpliciter* (que definem a *possibilidade* de toda determinação de identidade, no caso, qualitativa – mas o mesmo valerá para a identidade quantitativa ou numérica). Tais princípios *externos* seriam *pressupostos*, mas não *assumidos* como parte de suas teorias.

¹⁸ A seguinte pergunta é geometricamente sem sentido: quando dividimos um segmento de reta *AB* em um ponto *C*, com qual dos divisos fica o ponto *C*?

¹⁹ A lógica, pode-se dizer de modo bastante simplificado, enquanto disciplina normativa do bem pensar (por oposição ao mal pensar), ocupa-se fundamentalmente das regras válidas de formação de conceitos e de enunciados (os quais são ditos logicamente “bem formados” quando capacitados à verdade e à falsidade, e ditos logicamente “mal formados” quando incapazes de verdade e falsidade – o que ocorre, por exemplo, com conceitos e enunciados autocontraditórios) e das regras válidas de transformação de conceitos e/ou enunciados bem formados em outros conceitos e/ou enunciados bem formados (isto é, das formas válidas de raciocínio/inferência, formas estas definidas em função da relação entre o ser verdadeiro de premissas e conclusão de um argumento: são logicamente válidas as estruturas argumentativas onde a verdade das premissas é contraditória com a falsidade da conclusão).

Pêcheux, ao considerar os (pretensos) sistemas régios de ciência, identifica, como primeiro exemplar, a metafísica geral (ontologia) resultante da arregimentação *escolástica* das formas substanciais aristotélicas, usualmente definidas em termos de estruturas lógicas subordinativas hierárquicas de conceitos de gêneros e espécies:

“Houve o momento da escolástica Aristotélica que marcou o início do desenvolvimento das categorias que estruturam a linguagem e o pensamento, formando o modelo e organon de qualquer sistematização: questões disjuntivas *en utrum* (‘ou...ou’) considerando a divindade, o sexo dos anjos, os corpos celestes e terrestres, as plantas e animais, todas as coisas conhecidas e desconhecidas... Quantos catecismos foram estruturados pelas redes de tais questões e respostas escolásticas?”²⁰

Vale observar que a arregimentação escolástica do pensamento aristotélico se mostrou capaz de fornecer o molde para o engendramento de metafísicas de matiz racionalista que, ao pretender ser a estrutura última (ontológica) do real ele mesmo (do *real simpliciter*) idêntico às estruturas lógicas do pensar, julgar e raciocinar (silogizar), promovem uma intelectualização dos fenômenos sob o lema geral de que o “real é racional”:²¹

“Aristóteles considerou a lógica, e não a matemática como fizeram Galileu e Descartes, o fundamento de toda ciência. Ele opõe ao mundo hierarquicamente ordenado os conceitos de matéria sem forma e sem qualidades. O conceitual, ainda que sua existência seja, como regra geral, apenas potencial, é contudo substancial; os conceitos são as formas substanciais. Eles se atualizam na matéria e lhe dão forma e essência próprias. Como os conceitos são hierarquicamente ordenados, assim são as coisas”.²²

A plausibilidade de semelhante modelo de sistema régio de ciência requer que se *subdimensione* a relevância do *pressuposto* relativo à unidade/unicidade

²⁰ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 640.

²¹ Sobre este ponto e o que segue, ver: Gerson Louzado, “O realismo transcendental e os fundamentos da terceira antinomia da Crítica da Razão Pura” (*in: Analytica*, Rio de Janeiro, 2008, vol. 12, nº 1, pp. 13-30).

²² Markus Fierz, “Le problème de l’espace au XVII siècle”, *in: Fundamenta Scientiae*, Strasbourg: Université Louis Pasteur, nº 9, 1974, p. 1.

espaço-temporal. Pretende-se, em primeiro lugar, que o espaço e o tempo, antes que constituírem, em sua unidade/unicidade (um único *continuum* espaço-temporal), *pressupostos* necessários para conferir unidade ao sistema cognitivo de referência a objetos no mundo empírico,²³ são propriedades atinentes aos objetos eles mesmos. Em segundo lugar, pretende-se que, enquanto propriedades dos objetos, as determinações espaciais e temporais (coordenadas espaço-temporais) sejam meras propriedades relacionais externas dos objetos, vale dizer, supõe-se que o espaço e o tempo sejam relativos e, embora atinentes aos objetos do mundo, não sejam constitutivos da natureza dos mesmos (pretende-se, poder-se-ia dizer, que sejam propriedades accidentais dos objetos, antes que propriedade essenciais dos mesmos). Admitindo-se, então, que as relações espaciais e temporais nada mais sejam que relações derivativas ou secundárias face aos objetos eles mesmos (considerados em suas naturezas ou essências), tais relações serão ontologicamente (quanto a sua existência) dependentes dos *relata*, isto é, dos objetos assim relacionados – objetos esses que, por seu turno seriam, em suas “verdadeiras” naturezas, não-espaciais e não-temporais. Faz-se, desse modo, não apenas a conversão da espaço-temporalidade dos objetos em *mera aparência* (eles *parecem* ser espaço-temporais, mas, em última análise, *não o são realmente*), mas, igualmente, dissolve-se na *mera aparência* as relações espaço-temporalmente dependentes, tais como as relações causais mecânicas. De um lado, então, a natureza *real* dos objetos, para além de sua *mera aparência* espaço-temporal, pode ser reduzida a essências conceitualmente estruturadas (vale dizer, segundo a mera ordem lógica, a qual, de resto, não é nem espacial, nem temporal) e, de outro, as relações causais materiais podem ser reduzidas fundamentalmente a relações meramente lógicas entre essências (que se

²³ Admita-se, para efeito ilustrativo, que dois sujeitos contemplem, a partir de diferentes perspectivas (apreensões *relativas*, no caso, do espaço), um e o mesmo objeto e que o descrevam diferentemente (para um é esférico, para outro, ovalado). Em tais circunstâncias, para a possibilidade de uma comparação e conseqüente diferenciação ou identificação numérica do objeto com base na descrição de sua figura em perspectiva, faz-se necessária a suposição de um espaço *normal* em relação ao qual convirjam as diversas perspectivas dos sujeitos. Apenas assim se mostra possível estabelecer se as descrições são baseadas em diferentes perspectivas de um mesmo objeto no espaço ou se são baseadas em perspectivas de dois objetos diferentes.

identificam, quanto ao seu comportamento, a conceitos)²⁴. Faz-se, pois, dos requisitos meramente lógicos da representação dos objetos os requisitos únicos

²⁴ Este ponto talvez possa ser mais facilmente compreendido se atentarmos não tanto aos fundamentos metafísicos, mas às consequências epistêmicas que daí advêm. Como visto anteriormente, uma disciplina converte-se em uma ciência na medida em que estabelece um conjunto finito, limitado, de predicados e relações que definem o seu domínio de objetos. Esses predicados e relações, os quais determinam a *identidade qualitativa* dos objetos da ciência, podem igualmente ser ditos corresponder à especificação da essência dos objetos como *objetos da disciplina*. Como foi igualmente visto, para que uma disciplina se converta em uma ciência, faz-se igualmente necessário que sejam especificadas as condições da *identidade numérica* de seus objetos (isto é, as condições mediante as quais se determina quando se trata de *um e o mesmo* ou de *dois* ou mais diferentes *objetos da disciplina*). Suponhamos, agora, para efeito ilustrativo, uma disciplina que, subdimensionando a relevância do pressuposto relativo à unidade espaço-temporal (unidade essa que condiciona em última análise a determinação de identidades e diferenças *numéricas*), simplesmente desconsidere as peculiares condições da *identidade numérica*. Semelhante disciplina consideraria apenas o primeiro requisito como fundamental, isto é, o conjunto de predicados e relações que determinam a *identidade qualitativa* de seus objetos. Suponhamos que tal disciplina fictícia seja, por exemplo, voltada ao conhecimento dos seres humanos na medida em que eles são dotados de duas propriedades básicas, animalidade e racionalidade. Suponhamos, ademais, que tais propriedades sejam aferíveis em graus. Para uma tal disciplina, *dois* seres humanos (numericamente distintos), se dotados de mesmos graus de animalidade e de racionalidade, seriam, para todos os efeitos, indiscerníveis e, portanto, tomados não como *dois*, mas como *um e o mesmo*. Isso corresponde ao colapso da *identidade numérica* na *identidade qualitativa* e, correlativamente, à consideração de certas espécies (certas divisões, em ordem conceitual, de um gênero) como se indivíduos fossem. Dito de outro modo: para essa disciplina fictícia, a subestimação das condições específicas da *identidade numérica* (o sistema de coordenadas espaço-temporal) se traduz no desprezo, para fins de enumeração dos objetos últimos da ciência, das diferentes *ocorrências* individuais (espaço-temporalmente distintas) de exemplares de certos *tipos* (conceitos de espécies ou de subespécies) de seres humanos em prol da enumeração unicamente dos *tipos*. Vale, por fim, retomar aqui, para fins de contraposição, a nota explicativa, anteriormente apresentada, acerca das experiências de Galileu com as esferas em um plano inclinado: suponhamos que as esferas utilizadas por Galileu fossem três quando enumeradas (contadas) segundo suas naturezas (com tamanho e peso n , $n-1$ e $n+1$). Se contadas exclusivamente por suas ocorrências nas experiências (isto é, cada vez que são recolocadas no plano inclinado), seu número poderia ser infinitamente multiplicado. Teríamos agora três tipos (naturezas) e um (possível) número infinito de ocorrências de exemplares destes tipos (naturezas). Correlata a essa distinção encontra-se muitas vezes, em lógica e em filosofia da linguagem, a diferença entre *types* (tipos) e *tokens* (ocorrências): “assim, por exemplo, considere-se o número de palavras na linha do poema de Gertrude Stein “Sagrada Emília” na página em frente aos olhos do leitor: ‘Rosa é uma rosa é uma rosa é uma rosa’. Em um sentido da ‘palavra’, podemos contar três palavras diferentes [*rosa*, *é*, *uma*]; em outro sentido, podemos contar dez palavras diferentes [*quatro ocorrências de ‘rosa’; três ocorrências de ‘é’ e três, de ‘uma’*]” (*Stanford encyclopedia of philosophy*, verbete: *types and tokens*).

do ser das coisas (ontológicos) – e, assim, faz-se da ciência da lógica a *rainha das ciências*, sistematizadora das estruturas últimas do real, da qual todas as demais dependem e à qual todas as demais podem, em última análise, ser reduzidas.

Em contraposição a este primeiro modelo geral (racionalista) de sistema de ciência régia, delinea-se aquele que Pêcheux caracteriza como “positivista”, mas que, de modo mais geral e por força da simetria, poder-se-ia talvez mesmo chamar de “materialista”, ou ainda, “empirista”:

“Há o momento moderno-contemporâneo do rigor positivo que apareceu no contexto histórico de constituição, como ciências, da física, química e biologia, um momento associado à emergência de uma nova forma de Direito <a *new form of Law*> (organizado em um conjunto de proposições), bem como ao renascimento do pensamento matemático. O resultado é um novo organon, construído em oposição ao Aristotelianismo e baseado em uma referência às ciências exatas, começando, por seu turno, a homogeneizar o real, da lógica matemática aos espaços social e administrativo, do método experimental hipotético-dedutivo às ‘técnicas de prova’”.²⁵

A revolução científica dos séculos XVI e XVII, operada sobretudo a partir do surgimento de uma nova e matematizada física, contribuiu igualmente para a produção da ilusão de uma ciência régia de novo tipo. Esse segundo modelo geral de sistema régio de ciência, em oposição simétrica àquele de extração aristotélica e medieval (o qual promovia, em última análise, a intelectualização do real empírico ou a logicização da natureza), promove, por seu turno, a empiricização da lógica ou, dito de modo mais geral, a naturalização da razão.

O sucesso da explicação causal mecânica alcançada pelas novas ciências da natureza (onde o desenrolar dos fenômenos observáveis – os objetos segundo suas qualidades secundárias, perceptíveis nas experiências ordinárias – é tratado como função da variação, não observável imediatamente, das propriedades primárias, geométricas e mecânicas, dos objetos)²⁶ parece ter

²⁵ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 640.

²⁶ “A teoria cinética do calor, por exemplo, teria que explicar o fenômeno do calor assim como a teoria eletrônica da matéria teria que explicar por que os objetos compactos,

engendrado a pretensão de estender sua aplicação às operações lógico-intelectuais atinentes ao conceber, ao julgar e ao raciocinar e, enfim, às operações racionais em geral – operações essas cujos domínios privilegiados de manifestação são o do *conhecer* (saber/ciência) e do *fazer* (ação).

Como observado anteriormente,²⁷ a constituição do domínio geral do *conhecer* (da ciência), por oposição ao do *fazer* (da ação), implica a concepção de um *real independente*, isto é, de um domínio geral de objetos onde a conveniência ou não de propriedades a estes é independente do modo como os objetos são representados linguística ou discursivamente. Ao longo da “revolução científica” utilizou-se, de um modo geral (embora talvez não de modo plenamente justificado ou justificável),²⁸ da invariabilidade da conveniência da propriedade ao objeto frente à diversidade dos modos de sua identificação ou representação linguística como critério de distinção entre o que é meramente *aparente* e o que é *real* e, conseqüentemente, entre a *aparência de*

como as mesas, são sólidas ao tato. Em lugar de ver a ciência como simplesmente descritiva de um mundo que está mais além dos sentidos – o que, manifestamente, foi a postura de Eddington –, podemos pensar que explica o mundo dos sentidos por referência a estruturas inobserváveis. Há um ponto lógico que também que é mister assinalar. Queremos ter explicação dos fenômenos da solidez e do calor como tais. Caberia explicar porque uma estufa está quente dizendo que há carvão quente dentro dela. Ou explicar que uma casa está fria porque entrou uma corrente de ar frio. Porém, suponhamos que alguém pergunte porque *algo*, em geral, está frio; isso já não podemos explicar por referência a outra coisa quente ou fria, porque surgiria de novo a questão com idêntica colocação. Assim, pois, ou o calor não pode ser explicado, ou deve ser explicado por referência a fenômenos que são atérmicos: fenômenos aos quais o termo ‘calor’ simplesmente não se aplica. A solidez *não pode* ser explicada, como fenômeno geral, por referência à solidez. Em vista dessas considerações, as ideias de Eddington, minavam totalmente a possibilidade de dar explicações; paralisam os esforços explicativos da ciência. Fazem da ciência, como empresa explicativa, ou inútil ou impossível. Deste requisito geral sobre a explicação se segue que o mundo descrito pelas teorias científicas *tem* que ser distinto do mundo explicado por referência a ele. Se fossem o mesmo, então não haveria explicação. Não é estranho, portanto, que a estrutura do mundo de que fala a ciência seja radicalmente distinta do mundo em que vivemos com nossos sentidos. Porém, o que não se segue é que se tenha de traçar uma odiosa distinção em termos de aparência e realidade. Não está justificado dizer que, ao haver logrado explicar ao calor e a solidez, esses não são reais” (Arthur C. Danto, *Que és filosofia*, Madri: Alianza Editorial, 1984, pp. 138-139).

²⁷ Cf. capítulo I.

²⁸ Ver final da nota 26.

conhecimento e o *conhecimento genuíno*. O primeiro, a *aparência de conhecimento*, constituiria um sistema de representação do mundo tal como nos aparece, isto é, tal como ele *parece ser* segundo nossa apreensão ordinária do mundo, *mas não é realmente*. O segundo, o *conhecimento genuíno*, constituiria um sistema de representação do mundo *tal como ele realmente é*. A teoria cinética do calor, por exemplo, era concebida como mostrando que os objetos que descrevemos comumente como quentes ou frios (isto é, que descrevemos usualmente por meio de propriedades sensíveis, ditas *qualidades secundárias*, as quais são de *atribuição variável* segundo o modo como os diferentes sujeitos percebem ou representam os objetos: quentes para uns, frios para outros) *realmente* não são quentes ou frios, mas, isto sim, objetos dotados de maior ou menor quantidade de movimento nas partículas corpusculares invisíveis que os compõem (partículas essas dotadas única e exclusivamente de propriedades, ditas *qualidades primárias*, geométricas e mecânicas: figura, extensão, solidez e movimento):

“É, sem dúvida, difícil recapturarmos a sensação de excitação, iluminação e profundidade que estava associada aos avanços nas ciências físicas desbravados <*pioneered*> por Kepler e Galileu e culminando em Newton. A natureza, pela primeira vez, fora revelada como inteligível à razão humana. Sujeita a leis acessíveis ao pensamento humano. A forma particular que tais leis assumiram era matemática. A astronomia deixou de ser meramente a inexplicável ‘geometria dos céus’ e tornou-se um ramo da física matemática. A física, não mais terrena <*earthbound*> e confinada à investigação dos movimentos terrestres na esfera sublunar, expandiu-se no estudo das leis fundamentais que governam o comportamento da matéria através do universo físico. Estas conquistas, contudo, foram alcançadas apenas ao custo de uma nova gama de questões prementes. Os mais dramáticos avanços na física envolviam explicações que empregavam apenas propriedades geométricas e mecânicas da matéria (extensão, figura, movimento, solidez, etc.). E, lado a lado com a nova mecânica, evoluiu uma, especulativa, mas frutífera, teoria corpuscular da matéria, a qual atribuía, em sua estrutura fina e grossa, apenas as mesmas <*only the self-same*> propriedades geométricas relevantes às explicações físicas disponíveis dos fenômenos observáveis. Esta teoria corpuscular elementar foi utilizada para esboçar uma teoria rudimentar da percepção em termos do impacto de corpúsculos invisíveis, emitidos pelos objetos, sobre nossos órgãos sensíveis e da conseqüente agitação dos ‘espíritos animais’ no sistema nervoso. Sem surpresa, estas formas de explicação produziram uma série de doutrinas metafísicas e ontológicas. A verdadeira natureza da realidade, parecia, era mecânica e matemática. Conseqüentemente, um enorme fosso foi aberto entre aparência e realidade, entre o mundo como ele parece ser para nós e o mundo tal como é independentemente de nossas observações dele. Pois o mundo como nos aparece é multicolorido, ruidoso, odorífero, quente ou frio, repleto de texturas e sabores variados. Mas o mundo objetivo, tal como concebido pelos físicos, é apenas um ‘zumbido silencioso’

<*silent buzzing*> de partículas invisíveis em movimento – todo o resto é meramente o produto do impacto de corpúsculos incolores, insípidos, silenciosos, sobre nossa sensibilidade”.²⁹

Ora, quando da aplicação do (supostamente científico) *critério último de realidade* ao tratamento tradicional das noções mesmas de *fazer* e de *saber*,³⁰ obtém-se curiosos resultados. De um lado, no que concerne à ação (*fazer*), manifestamente a conveniência ou não de propriedades praticamente relevantes a objetos aparece como variando sistematicamente segundo o modo como os diferentes sujeitos representam os objetos. Não se encontraria apenas que, de um modo geral, o que é bom para uns pode ser mau para outros – retomando o exemplo clássico: para Édipo, é bom casar com Jocasta, quando representada ou identificada como Rainha de Tebas, e mau, quando representada como sua própria mãe. Mas, de um modo ainda mais geral, o que conta como sendo ou tendo sido feito variaria consoante às representações discursivas ou linguísticas do objeto (assassinou alguém ou tentou, com imperícia, salvá-lo?). O veredito, por conseguinte, da aplicação do *critério de realidade* ao *fazer* ele mesmo (ao domínio do *fazer* e às *operações que a razão, supostamente, aí realiza*) é um só: trata-se de uma *mera aparência* – o fazer, a ação humana, *não é real*, devendo ser explicada causalmente (mecanicamente) por remissão às leis naturais e ao comportamento dos objetos segundo suas propriedades primárias. O domínio da ação (o qual supõe a liberdade, espontaneidade ou autonomia do agente) seria, pois, impossível, tudo devendo ser reduzido ao âmbito da natureza e de suas leis e a consciência que temos de nós mesmos como agentes, poder-se-ia dizer, não passaria de uma “ilusão subjetiva produzida pela ‘ignorância das causas que nos determinam’”.³¹

²⁹ G. P. Baker & P. M. S. Hacker, *Language, sense and nonsense. A critical investigation into modern theories of language*, Oxford: Basil Blackwell, 1986, pp. 14-15.

³⁰ Definidoras, lembramos, dos campos próprios de realização da racionalidade (da razão).

³¹ Michel Pêcheux, “A análise de discurso: três épocas”, in: F. Gadet e T. Hak (orgs.), *op. cit.*, p. 314.

De outro lado, no que concerne ao *saber*, ocorre que as atribuições mesmas de posse de conhecimento são igualmente variáveis consoante ao modo como se representa o que é conhecido. Tome-se, como representativo do problema, o seguinte exemplo, cuja estrutura lógica é, em última análise, análoga àquele relativo a Édipo: O Papa Francisco *sabe que* o número de apóstolos é igual a doze. Ora, doze é igual à soma do quarto e do quinto números primos. Contudo, o Papa Francisco *não sabe* (ou, pelo menos, não é necessário que saiba) que o número de apóstolos é igual à soma do quarto e do quinto números primos. Ora, a aplicação do *critério*, digamos, *metafísico-positivo de realidade*, originado a partir do modo de funcionamento explicativo das ciências naturais, ao *saber* ele mesmo (e, conseqüentemente, ao domínio ou campo do saber e às operações que a razão supostamente aí realiza) é um só: o conhecer ou o saber humano não é real. Tal resultado, embora a primeira vista paradoxal, nada tem de surpreendente quando se observa que o *conhecer* e as operações que lhe são conexas, o conceber, o julgar ou enunciar, o raciocinar ou provar e o experimentar nada mais são que *fazer*es – e o campo da ação, como indicado anteriormente, deveria, necessariamente, ser naturalizado. Assim, as ações lógicas e cognitivas, tanto quanto as demais, embora em aparências livres e dependentes do querer autônomo dos sujeitos destas ações, seriam *realmente* sujeitas ao império da natureza e de suas leis empíricas, sejam elas físicas, químicas, psicológicas e/ou biológicas. O domínio do espaço-temporal *superdimensionado* (e as relações que lhe são atinentes, a saber, as relações causais mecânicas) sobrepõe-se, assim, àquele da razão, da lógica e das operações intelectuais imateriais.

Esse segundo modelo de ciência régia compartilha com o anterior (ao qual, lembramos, ele se opõe simetricamente) a assunção da unidade/unicidade do espaço e do tempo como propriedades atinentes aos objetos eles mesmos (ao invés de considerá-los meros *pressupostos* necessários para conferir unidade aos sistemas *cognitivos* de referência aos objetos do mundo da experiência). Diferentemente, porém, supõe que as determinações espaço-temporais sejam propriedades essenciais dos objetos (antes que, como supunha o modelo anterior, acidentais), o que, por seu turno, implica ser impossível, por autocontraditório, conceber objetos (quaisquer que sejam) e relações entre os

mesmos que não sejam ancoradas na espaço-temporalidade e, por conseguinte, na causalidade mecânica. Tudo o que existe ou pode existir, tudo é ou pode ser concebido (incluídas aí as próprias operações lógicas atinentes ao conceber, julgar e raciocinar) se resolve em matéria (espaço-temporal) e em relações materiais (espaço-temporalmente dependentes).

Apontados os dois exemplares não propriamente de ciências régias, mas, isto sim, de modelos gerais de sistemas régios de ciência, Pêcheux introduz, por fim, um caso particular de ciência régia: a metafísica marxista, produto híbrido daqueles modelos.

“Por último, mas não menos importante, há o momento da ontologia marxista, pretendendo por ela mesma produzir as leis dialéticas da história e da matéria, outro *organon*, parcialmente semelhante aos dois *organa* anteriores [o escolasticismo aristotélico e o positivismo], em todo caso, partilhando com eles o desejo de onipotência: ‘a teoria de Marx é poderosa porque é verdadeira (Lenin)’.³²

A metafísica marxista, em um primeiro momento lógico, projeta sobre o real, nos termos do primeiro modelo, as leis, princípios e estruturas atinentes a um, originariamente, modo de operar da razão, a dialética, racionalizando ou intelectualizando o mundo. Em um segundo momento lógico, mediante sua peculiar concepção da história como “um imenso sistema ‘natural-humano’ em movimento, cujo motor é a luta de classes”,³³ impõe a redução explicativa de todo e qualquer produto, natural ou humano, ao fundo comum do embate e dominação de classe e dos mecanismos de interpelação ideológica (que, condicionantes da apreensão de si, condicionantes do auto reconhecimento como sujeito,³⁴ desempenhariam papel fundamental na estrutura motriz dominação-dominado). A “historicização” dos domínios da natureza e do agir possível, nos termos em que é realizada, resulta, ao fim e ao cabo, em uma

³² Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 640.

³³ Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: Editora da Unicamp, 1988, p. 152.

³⁴ “A evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (*id.*, *ibid.*, p. 153).

variante *sui generis* de naturalização da razão: toda (*aparente*) ação nada mais é (*realmente*) que uma mera realização mecânica (ainda que peculiar) de conteúdos pré-determinados nas ou pelas leis do acontecer histórico.³⁵ A história, sob a égide marxista, é a nova natureza e a ciência da história, uma “física de novo tipo”.³⁶

No que concerne particularmente ao domínio do fazer humano, essa peculiar metafísica, nos termos do primeiro modelo, considera, de um lado, os indivíduos espaço-temporais em ordem abstrata, como meras instâncias (abstração feita, por conseguinte, do que os torna diferentes) de tipos igualmente abstratos, as classes sociais, os quais seriam os “verdadeiros” indivíduos da realização histórica. De outro, nos termos do segundo modelo, considera esses novos indivíduos abstratos, as classes sociais, suas estruturas, relações e

³⁵ Considere-se, por exemplo, a tese que Pêcheux apresentava, em 1975, como expressão do fundamento último das posições teóricas defendidas ao longo da obra *Les vérités de La Palice*: “Começaremos por enunciar uma tese (filosófica) referente *ao real e à necessidade*; essa tese, que constitui, a rigor, a base de tudo o que adiantamos neste trabalho, pode ser enunciada como segue: Tese 1: *O real existe, necessariamente, independente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real*. A não-simetria que liga, desse modo, real e pensamento indica, de saída, que não estamos diante de duas ‘regiões’, o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões ‘contém’ a outra e em que condições (e em que espaço) se pode tentar fazê-las coincidir. Essa não-simetria designa na verdade ‘o primado do ser sobre o pensamento’, na medida em que *o real como necessário* (a ‘necessidade-real’) *determina o real como pensamento* (a ‘necessidade-pensada’) e isso como se se tratasse *da mesma necessidade*” (Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, pp. 255-256). Mais adiante, ainda na conclusão de *Les vérités de La Palice*, encontramos: “O pensamento é uma forma particular do real e, como tal, é parte integrante do movimento objetivo e necessário das determinações de desigualdade-contradição-subordinação que constituem o real como processo sem sujeito. Consequentemente, o ‘pensamento’ não tem, em absoluto, a homogeneidade, a continuidade conexa, a transparência – em suma, a interioridade subjetiva da ‘consciência’ – que, sem trégua, todas as variedades de idealismo lhe atribuíram (...)” (*id.*, *ibid.*, p. 257).

³⁶ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 643. Em 1975, encontrava-se: “Ora, a descoberta fundamental do marxismo-leninismo consiste precisamente reconhecer que o efeito dessa necessidade [a necessidade cega] não se limita à ‘natureza’ e suas leis, mas engloba as próprias condições nas quais o ‘homem’ como parte da natureza entra em relações com elas, isto é, as *forças produtivas* e as *relações de produção* que determinam a história das ‘sociedades humanas’, com a luta de classes que lhe corresponde – e as forças materiais colocadas, assim, em jogo – desde o início dessa história” (Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, p. 73).

alterações possíveis como sendo causalmente determinadas na ordem de seu acontecer no *continuum* espaço-temporal, como submetidas ao império das leis do desenrolar do *continuum* espaço-temporal identificado à história.

Em semelhante ilusão metafísica se espelha uma certa prática política, a qual é exemplarmente apresentada por Foucault ao descrever o modo de ser e de operar dos Partidos Comunistas:

“É uma organização sem precedente: não se pode comparar a nada, não funciona, na sociedade moderna, no modelo do Partido Radical ou do Partido Democrata-Cristão. Não é simplesmente um grupo de indivíduos que partilham uma mesma opinião e participam de uma mesma luta em direção a um mesmo objetivo. Mas é uma organização mais complexa. É uma metáfora usada e não coloco nisso malícia particular, mas sua organização faz, infalivelmente, pensar em uma ordem monástica. (...). Ora, penso que, quando a existência do Partido e seus diferentes problemas foram postos à frente, a questão da vontade foi totalmente abandonada. Pois que, se seguimos o conceito do partido leninista – não foi Lênin que o imaginou primeiramente, mas lhe damos esse nome porque foi concebido em volta dele –, eis o que deve ser o Partido. Primeiramente, é uma organização graças à existência da qual o proletariado acede a uma consciência de classe. Dito de outra forma, através do Partido as vontades individuais e subjetivas tornam-se uma espécie de vontade coletiva. Mas esta última deve ser, sem falta, monolítica como se fosse uma vontade individual. O Partido transforma a multiplicidade de vontades individuais em uma vontade coletiva. E, por essa transformação, ele constitui uma classe como sujeito. Em outros termos, ele constitui uma espécie de sujeito individual. É assim que se tornou possível a ideia do proletariado. ‘O proletariado existe porque o Partido existe’. É pela existência do Partido e através dessa existência que o proletariado pode existir. O Partido é, por consequência, a consciência do proletariado, ao mesmo tempo que, para o proletariado como único sujeito individual, é condição de existência. Não está aí a primeira razão pela qual não se pode analisar, em seus justos valores, os diferentes níveis de vontade? Uma outra razão vem do fato de que o Partido é uma organização de uma hierarquia estratificada. (...). Não era outra coisa senão uma organização que excluía elementos heréticos e que, assim procedendo, procurava concentrar as vontades individuais dos militantes em uma espécie de vontade monolítica. Essa vontade monolítica era precisamente a vontade burocrática dos dirigentes. Como as coisas desenrolaram-se dessa maneira, essa segunda razão fez com que o problema tão importante como o da vontade não fosse verdadeiramente abordado. Em outros termos, o Partido podia sempre se autojustificar de uma maneira ou de outra, no que concerne as suas atividades, suas decisões e seu papel. Qualquer que fosse a situação, o Partido poderia invocar a teoria de Marx como sendo a única verdade. Marx era a única autoridade e, por esse fato, avaliava-se que as atividades do Partido aí encontravam seu fundamento racional. As múltiplas vontades individuais eram, por consequência, aspiradas pelo Partido, e, por sua

vez, a vontade do Partido desaparecia sob a máscara de um cálculo racional conforme à teoria, representando a verdade”.³⁷

Como quer que seja, vale notar que Pêcheux, uma vez tendo alocado a ontologia marxista na ordem das ilusórias ciências régias, passa a avaliação do estatuto mesmo de cientificidade a ser conferido ao marxismo. Sobre o marxismo, a questão relevante passa a ser formulada nos seguintes termos:

“A questão é, antes, determinar se as ‘coisas a saber’ que emergiram do marxismo são ou não capazes de ser organizadas em um espaço científico coerente, integrado em uma montagem sistemática de conceitos, tais como forças produtivas, relações de produção, formações sócio-econômicas, formações sociais, infraestrutura e superestrutura ideológica, política e jurídica, poder estatal, e assim por diante, no sentido em que, por exemplo, a descoberta galileiana foi capaz de constituir a matriz científica coerente da física, no sentido corrente do termo”.³⁸

A resposta de Pêcheux, após detalhado exame,³⁹ é negativa: o marxismo não produziu um “corte epistemológico” capaz de engendrar uma ciência,⁴⁰ não

³⁷ M. Foucault, “Metodologia para o conhecimento do mundo: como se desembaraçar do marxismo” (1978), *in*: M. Foucault, *Repensar a política*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, pp. 205-206.

³⁸ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 641.

³⁹ Ver: *id.*, *ibid.*, pp. 641-643.

⁴⁰ Compare-se com a posição previamente assumida por Pêcheux em 1975: “Dizer que *toda* ciência é *sempre* investida (circundada e ameaçada) pelo ‘ideológico’ é reconhecer, vamos repetir, que a luta entre materialismo e idealismo é uma luta sem fim, de modo a não ser *jamais* atingida uma situação inexpugnável que constituiria por si mesma um certificado e uma garantia de materialismo. Isso significa dizer, em outros termos, que as ciências não podem, de modo algum, ‘expelir’ a Filosofia, uma vez que *toda ciência* supõe em seu desenvolvimento concreto uma *tomada de posição pela objetividade*. Ora, esse fato, que já é verdadeiro no caso das ‘ciências da natureza’, o é ainda mais no caso da ciência (marxista) da história: como toda ciência, a ciência (marxista) da história começa por um ‘corte epistemológico’ que constitui um *ponto de não-retorno*. *Começa algo que jamais terá fim [diz Althusser – retomando Lênin]. Um ‘corte continuado’ [...], o início de um longo trabalho, e, como em toda ciência, um trabalho aberto porém rude, dramático às vezes, interiormente marcado por eventos teóricos (extensão, retificações, refundições) que dizem respeito ao conhecimento científico de um objeto definido: as condições, os mecanismos e as formas da luta de classe. Em termos mais simples, a ciência da história*. Portanto: a ciência marxista-leninista é realmente *uma ciência* (e não um ‘ponto de vista’, uma ‘aposta, uma ‘interpretação’ ou um ‘evangelho’; em suma, um

fundando, por conseguinte, ciência alguma. Semelhante avaliação negativa do marxismo culmina, por fim, na conclamação ao seu abandono:

“Assim, paremos de proteger Marx e de protegermos a nós mesmos através dele. Paremos de supor que as ‘coisas a saber’ concernentes ao real sócio-histórico formem um sistema estrutural análogo à coerência conceitual-experimental do sistema galileano. Tentemos compreender o que este fantasma sistemático implica como um tipo de vínculo com ‘especialistas’ de todos os tipos e com instituições e aparelhos de estado que os utilizam, não a fim de colocarmos a nós mesmos fora do jogo, ou fora do estado (!), mas de modo que possamos pensar o problema fora da denegação marxista da interpretação, isto é, encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de um novo tipo”.⁴¹

3.2 – A emergência do sujeito pragmático

Pode-se, agora, perguntar: como tais considerações de ordem basicamente epistemológica afetam os fundamentos da AD em sua terceira fase?

Como sugerido anteriormente, o projeto teórico originário de Pêcheux (e que se manteria, em essência, ao longo das duas primeiras fases de desenvolvimento da AD) parece poder ser sumariamente apresentado como uma tentativa de viabilizar, em última análise, a construção de uma verdadeira *ciência* social, a qual teria, como crítica das ideologias (ou teoria geral das ideologias), a AD como seu instrumento tecnológico. Um dos pilares deste projeto era o marxismo e, por via de sua peculiar metafísica da história (compreendida como “um imenso sistema ‘natural-humano’ em movimento, cujo

mito político) e, ‘como qualquer ciência’, o trabalho de produção de conhecimentos marxistas-leninistas é uma luta e não o desenvolvimento harmonioso (a ‘perspectiva *Nevskí* do progresso científico) que o racionalismo clássico atribui a toda ciência (...)” (Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, pp. 199-200)

⁴¹ *Id.*, *ibid.*, p. 643.

motor é a luta de classes”),⁴² a redução explicativa de todo e qualquer produto, natural ou humano, segundo as “leis dialéticas da história e da matéria”,⁴³ ao fundo comum do embate e dominação de classe e dos mecanismos de interpelação ideológica (que, condicionantes da apreensão de si, condicionantes do auto reconhecimento como sujeito,⁴⁴ desempenhariam papel, fundamental na estrutura motriz dominante-dominado).

Ora, os primeiros e mais fundamentais resultados das reconsiderações epistemológicas de Pêcheux materializam-se, não por acaso, de modo conjugado na renúncia ao marxismo (e a toda pretensa *ciência régia*) como pilar da AD (desfazendo, portanto, a “Tríplice Aliança”: linguística, marxismo e psicanálise;⁴⁵ desfazendo, portanto, uma das filiações que, pela pretensão marxista à sua constituição como *omni-ciência*, atrelava a AD ao domínio das disciplinas descritivas por oposição às interpretativas, atrelava a AD ao domínio dos espaços logicamente estáveis, inscrevendo seu objeto no domínio do que “não pode ser de outro modo”)⁴⁶, na desconstrução da força motriz da luta de classes, na implícita reformulação da concepção de ideologia e na reconstrução da noção de sujeito relevante à AD.⁴⁷

⁴² Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, p. 152.

⁴³ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 640

⁴⁴ “A evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, p. 153).

⁴⁵ Cf. Pêcheux, “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação” (1978), incorporado como apêndice à edição brasileira de Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, p. 293.

⁴⁶ Cf. Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 637.

⁴⁷ A reformulação da noção de *sujeito*, tal como ocorrera com as noções de *discurso* e de *formação discursiva* nas fases anteriores da AD, parece igualmente encontrar suas raízes no pensamento de Foucault: “As múltiplas vontades individuais eram, por consequência, aspiradas pelo Partido, e por sua vez, a vontade do Partido desaparecia sob a máscara de um cálculo racional conforme à teoria, representando a verdade. Assim, os diferentes níveis da vontade só poderiam escapar da análise. O problema de saber como as vontades individuais, na revolução e na luta, articulavam-se com os outros níveis de vontade parece-me um tema essencial que nos incumbe. E justamente, hoje, essas múltiplas vontades começam a jorrar pela brecha da hegemonia detida pela esquerda tradicional” (M. Foucault, “Metodologia para o conhecimento do mundo: como

As reconsiderações epistemológicas levadas a cabo por Pêcheux na conferência de 1983, “Discurso: estrutura ou evento?”, apontam, como foi visto, para a necessidade de se considerar as relações dos seres humanos com o mundo comum, *o real ele mesmo*, como massivamente mediada por sistemas de representação discursivos heteróclitos logicamente estáveis. Sendo toda abordagem sistemática (logicamente estabilizada) do real um recorte sobre um fundo relativamente independente e dotado de complexidade qualitativa indefinida, senão infinita, uma disciplina científica que apanhasse este real tal como ele é, nele e por ele mesmo, uma disciplina que apanhasse sua “estrutura de fundo”, deveria contemplar no plano linguístico-discursivo um conjunto *ilimitado* de argumentos, predicados e relações, de sorte a *não* “poder ser compreensivamente descrito através de uma série de respostas unívocas a questões factuais”.⁴⁸ Em suma, uma tal *rainha das ciências*,⁴⁹ a ciência régia que pretenderia reconhecer, por detrás de uma heterogeneidade aparente dos diferentes recortes do real, a verdadeira homogeneidade do mesmo, não poderia jamais ser uma *ciência*, um sistema discursivo logicamente estabilizado. Deve-se, pois, abandonar, por inconsistente, toda pretensão à ciência régia, exemplo da qual seria o marxismo.

Intrinsecamente conexo a esse resultado, encontramos a necessidade de reconsiderar a noção de sujeito relevante para a AD – não se trata mais de um sujeito assujeitado:

“A ideia de que esses espaços logicamente estabilizados possam ser impostos do exterior, como coerções impostas ao sujeito pragmático, através apenas do

se desembaraçar do marxismo” (1978), *in*: M. Foucault, *Repensar a política*, pp. 206-207).

⁴⁸ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 635.

⁴⁹ “O projeto de um conhecimento que unificaria esta multiplicidade de ‘coisas a saber’ em uma estrutura representável homogênea, a ideia de uma possível *ciência da estrutura* do real, capaz de tornar torná-lo explícito, fora de qualquer falsa aparência, e de assegurar o controle sobre esse real sem os riscos da interpretação (portanto, uma autoleitura científica, sem falha ou falta, do real)...” (*id.*, *ibid.*, p. 640).

poder dos homens de ciência, especialistas e administradores, torna-se, uma vez que seja seriamente considerada, indefensável”.⁵⁰

O texto-entrevista “A língua inencontrável”,⁵¹ de 1981, prefaciava, ainda que de modo imperfeito e parcial,⁵² o que estava por vir com a conferência de 1983:

“[Ao se] reconsiderar o objetivo desse famoso artigo [o artigo de Althusser acerca dos aparelhos ideológicos de estado], contudo, não se pode deixar de ser tocado hoje pelo fato de que ‘considerar a questão da ideologia a partir do ponto de vista da reprodução’ necessariamente implica, para um Marxista, considerar também a ideologia a partir do ponto de vista da *resistência* à reprodução, isto é, a partir de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que ardem sob <*which smoulder beneath*> a ideologia dominante, ameaçando-a constantemente. Implica, assim, considerar as ideologias dominadas não como gérmenes ideológicos pré-constituídos que têm uma tendência a se desenvolver de modo a substituir simetricamente a dominação da ideologia dominante, mas, antes, como séries de efeitos ideológicos que emergem da dominação e trabalham contra ela através das lacunas e das falhas dessa dominação. A discussão de Althusser sobre os ‘aparelhos ideológicos de estado’ também visou muito isso, mas, provavelmente, de modo muito opaco ou prudente. Em minha concepção, os movimentos que se desenvolveram no final da década de 1960 em torno da escola, da família, da religião, da divisão social do trabalho e a relação com o meio-ambiente constituem o que chamo de *luta ideológica de movimento*. Embora sejam em grande parte uma questão da luta de classes no terreno da ideologia, deveriam ser pensadas não como lutas entre classes constituídas como tais, mas, antes, como séries de confrontos móveis (no terreno da sexualidade, da vida privada, da educação, etc.) sobre os processos através dos quais a dominação-exploração da classe burguesa é reproduzida, com adaptações e transformações”.⁵³

O texto de 1981 prefigura o de 1983 na exata medida em que “implode” a abordagem *quase mecânica* (fundada nas leis dialéticas de uma história movida pela luta de classes) vigente no tratamento dispensado às relações

⁵⁰ *Id., ibid.*, p. 639.

⁵¹ Pêcheux & Françoise Gadet, “La langue introuvable”. *Canadian Journal of Political and Social Theory*, 7 (1-2), 1981.

⁵² Em função, possivelmente, de uma ainda resiliente disposição marxista.

⁵³ Pêcheux & Françoise Gadet, “La langue introuvable”. *Canadian Journal of Political and Social Theory*, 7 (1-2), pp. 26-27.

entre ideologia dominante e ideologia dominada. A resistência à reprodução da ideologia dominante deveria, pretende Pêcheux, ser considerada em uma diversidade de resistências e revoltas heterogêneas subjacentes à ideologia dominante, como formas de “lutas ideológicas de movimento” que não deveriam ser pensadas como lutas entre “classes constituídas como tais”, cujos objetos ideológicos não seriam pré-constituídos vocacionados à substituição simétrica da ideologia dominante, mas, antes, séries heteróclitas e superponíveis de efeitos ideológicos que *emergem da e contra a* dominação através “das lacunas e das falhas dessa dominação”. Tais objetos ideológicos são, diz Pêcheux, logicamente paradoxais⁵⁴ na medida em que, nas lutas de movimento, confrontam-se ao moverem-se, transporem e entrecruzam múltiplos espaços discursivos.⁵⁵ Este mesmo ponto é retomado por Pêcheux em artigo de 1982, intitulado “Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?”:

“Esses objetos (sob o nome de Povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade...) paradoxais funcionam em relação de forças móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e a oposições extremamente instáveis. O termo ‘luta de deslocamento ideológica’ pode ser

⁵⁴ Pêcheux & Françoise Gadet, “La langue introuvable”, pp. 27.

⁵⁵ Vale observar aqui os nítidos contornos igualmente foucaultianos do pensamento de Pêcheux de 1981: “Há um termo que Marx certamente empregou, mas que passa, hoje, por quase obsoleto. É aquele de ‘luta de classes’. Quando nos colocamos do ponto de vista que acabo de indicar, não é possível, doravante, repensar esse termo? Por exemplo, Marx diz, efetivamente, que o motor da história reside na luta de classes. E muitos, depois dele, repetiram essa tese. Com efeito, é um fato inegável. Os sociólogos reanimam o debate, para saber o que é uma classe e quem a ela pertence. Mas até aqui ninguém examinou nem aprofundou a questão de saber o que é a luta. O que é a luta, quando dizemos luta de classes? Visto que dizemos luta, trata-se de conflito e de guerra. Mas como essa guerra se desenvolve? Qual é o seu objetivo? Quais são seus meios? Sobre que qualidades racionais repousa? O que gostaria de discutir, a partir de Marx, não é o problema da sociologia das classes, mas o método estratégico relativo à luta. É onde se ancora meu interesse por Marx, e é a partir disso que gostaria de colocar os problemas. Ora, à minha volta, as lutas se produzem e se desenvolvem como movimentos múltiplos. Por exemplo, o problema de Narita, depois a luta que vocês conduziram sobre a praça à frente do Parlamento, a propósito do tratado de segurança nipo-americano, em 1960. Há, igualmente, lutas na França e na Itália. Essas lutas, à medida que são batalhas, entram na minha perspectiva de análise. Por exemplo, para refletir sobre os problemas que essas lutas colocam, o Partido Comunista não trata da própria luta. Tudo o que pergunta é: ‘A que classe vocês pertencem? Conduzem essa luta representando a classe proletária?’” (M. Foucault, “Metodologia para o conhecimento do mundo: como se desembaraçar do marxismo” (1978), *in*: M. Foucault, *Repensar a política*, p. 197).

chocante ou incompreensível para os representantes da metafísica marxista ortodoxa do realismo de classe, que subordina uma identidade estável (com fronteiras definidas) às ideologias e principalmente às ideologias políticas”.⁵⁶

Tais objetos ideológicos, não mais formados ou conformados de antemão na ordem histórica e não mais superponíveis à luta de classes, parecem supor, em sua mobilidade, que, em alguma medida, “o sujeito saiba do que está falando”, que o sujeito, em alguma medida, seja capaz de seguir o fio, e, assim, também de perdê-lo,⁵⁷ no instável trânsito entre ordens estáveis. Do ponto de vista dos conceitos fundamentais da AD, tais considerações de Pêcheux evocam o que fora igualmente antecipado por Courtine e Marandin: o abandono por inoperacional da noção de *aparelhos ideológicos de estado*, a progressiva dissolução ou dispersão das *formações ideológicas* e das *formações discursivas* no *interdiscurso* – tornando-se, assim, impraticável a redução identificatória do sujeito da enunciação ao sujeito universal de uma *formação discursiva*.⁵⁸

⁵⁶ Pêcheux, “Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?”, (1982), in: Michel Pêcheux, *Análise de discurso: Michel Pêcheux*, (textos escolhidos por Eni Orlandi), Campinas: Pontes, 2011, pp. 115-116.

⁵⁷ Perda esta que pode se dar tanto em ordem *sincrônica*, “no fio de seu encadeamento” quanto em ordem *diacrônica*, “no fio do tempo” (cf. Cf. Jean-Jacques Courtine e Jean-Marie Marandin, “Quel objet pour l’analyse du discours?”, in: *Matérialités Discursives*, Lille: Presses de Lille, 1981, p. 27.

⁵⁸ No artigo *Quel objet pour l’analyse du discours?*, de 1981, Jean-Jacques Courtine e Jean-Marie Marandin tecem as seguintes considerações acerca das Formações Discursivas: “Consideramos, assim, uma FD como heterogênea a ela mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado de uma vez por todas separando um interior e um exterior, mas se inscreve entre diversas FDs como *uma fronteira que se desloca* em função dos interesses <des enjeux> da luta ideológica. Trata-se, então, tanto no trabalho teórico do conceito de FD quanto nos procedimentos de descrição que regulam esse conceito, de definir uma FD a partir de seu *interdiscurso*” (p. 24). Mais adiante, no mesmo artigo, encontramos a seguinte observação acerca dos aparelhos ideológicos de estado: “Concebendo a instância ideológica como aquilo que determina o interdiscurso, aquilo que determina nele a circulação, os deslocamentos, as inversões, as coagulações de enunciados, não nos são dados, enfim, os meios para colocar em causa a noção de Aparelho Ideológico de Estado como ilhota <ilôt> de inscrição de práticas discursivas onde se autonomizaria o discurso de cada aparelho? Isso significa: não mais limitar nossas descrições ao discurso onde se lê uma doutrina (...), mas dedicá-las a esses amontoados <fouillis> de discursos e de práticas discursivas onde os indivíduos aceitam, tergiversam ou resistem” (pp. 31-32). Ainda sobre a deterioração do conceito de Formação Discursiva, Johannes

No texto de 1983, “Discurso: estrutura ou evento?”, conferir a necessária prioridade na tematização da relação ‘real *versus* sistemas de representação do real’ aos sistemas logicamente estáveis parece implicar a realocação da relação ‘sujeito *versus* sistema de representação linguístico-discursivo’ em termos da necessidade e/ou utilidade de tais sistemas. Encontra-se aí a necessidade de adotar o ponto de vista de um sujeito pragmático, “pessoas comuns confrontadas com as diversas exigências de suas vidas”:

“O sujeito pragmático – isto é, pessoas comuns confrontadas com as diversas exigências de suas vidas – tem ele mesmo uma necessidade imperativa de homogeneidade lógica marcada pela existência de uma multiplicidade de pequenos, portáteis, sistemas lógicos: do gerenciamento da existência cotidiana (por exemplo, em nossa civilização, carteira, chaves, agenda, calendários, papéis) às grandes decisões da vida social e privada (eu decido fazer isso e aquilo e não outra coisa, responder a *X* e não a *Y*), a todo ambiente sócio-técnico dos aparelhos domésticos (a série de objetos que adquirimos, que aprendemos como funcionam, que jogamos fora ou usamos, que quebramos, ou reparamos, ou substituímos)”.⁵⁹

O sujeito pragmático (no sentido kantiano)⁶⁰ é um sujeito que visa a sua autopreservação, o seu bem-estar, ou, para resumir tudo isso em uma única palavra, a sua felicidade (que corresponderia à satisfação sistemática de seus

Angermuller (em *Analyse du discours poststructuraliste*, p. 25) afirma: “a passagem da AD-2 a AD-3 enfraquece a coerência teórica do conceito de ‘formação discursiva’. Encontramo-nos, doravante, confrontados com problemas ligados à ‘heterogeneidade’ do discurso, a saber, por exemplo, seu caráter inacabado e sua estratificação <et son feuilletage>. Admite-se, daqui para a frente, mais comumente que o discurso não pode ser dividido em regiões com fronteiras estáveis dadas. Não lidamos com uma formação de elementos já constituídos, podendo ser reproduzida por um corpus delimitado, mas com uma ‘fronteira ausente’, a qual está na base do caráter aberto do discurso. É nesse sentido que Courtine qualifica a FD (formação discursiva) de ‘heterogênea a ela mesma’. (...). Não sendo mais o discurso considerado como um contenedor fechado, mas, antes, como um terreno discursivo aberto, vê-se realçadas suas fronteiras interdiscursivas, suas falhas e suas rupturas interiores. Por conseguinte, as abordagens considerando a formação discursiva como um conjunto homogêneo fechado se veem questionadas. Com efeito, se o discurso não tem fronteiras interiores ou exteriores estáveis, é impossível apresentar a formação com ajuda de amostras representativas ou delimitar um corpus natural”.

⁵⁹ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 639.

⁶⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 639.

desejos). Essa busca de bem-estar ou felicidade, contudo não é imposta a ele por força de sua natureza como ser vivo. Antes, o bem-estar, como objeto do querer ou da vontade do agente, deve ser acolhido racionalmente pelo próprio agente como um fim para suas ações.⁶¹ Esse sujeito, desse ponto de vista, se

⁶¹ Acerca da vontade e da concepção kantiana de um agente (sujeito racional em geral), Henry E. Allison (em *Idealism and Freedom: essays on Kant's theoretical and practical philosophy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp.130-131) afirma: "A concepção de liberdade como espontaneidade é claramente expressa na Tese da Incorporação. A formulação canônica dessa tese por Kant está contida na *Religião nos limites da simples razão*, em que ele escreve: 'A liberdade da vontade é de uma natureza de tal modo única que um incentivo somente pode determinar a vontade a uma ação *na medida em que o indivíduo o tenha incorporado em sua máxima* (tenha feito dele a regra geral de acordo com a qual ele quer conduzir a si mesmo). Apenas assim um incentivo, qualquer que seja ele, pode coexistir com absoluta espontaneidade da vontade (isto é, liberdade)'. Há pelo menos três aspectos dessa tese que precisam ser enfatizados. Primeiro, embora Kant a introduza em conexão com a explicação de seu 'rigorismo' (alegação que toda ação e todo agente deve ser julgado ou bom ou mau – a doutrina da bivalência moral) e sugira que ela é de grande significado para a moralidade, ela efetivamente resulta ser uma alegação sobre a agência racional em geral. Kant mesmo indica isso ao afirmar que ela se aplica a todo incentivo 'qualquer que ele seja', implicando com isso que ela recobre tanto as ações motivadas pela inclinação quanto aquelas motivadas por considerações puramente morais. De fato, a Tese da Incorporação é melhor vista como uma tese geral sobre como os motivos funcionam no caso de agentes racionais finitos, ou dotados de um *arbitrium liberum*, em contraste com um *arbitrium brutum*. Este último, como Kant indica em vários lugares, não é meramente afetado sensualmente, mas é também sensualmente determinado ou necessitado. Em outras palavras, um sujeito com um *arbitrium brutum* é causalmente condicionado a responder ao estímulo ou desejo mais forte, com sua força sendo determinada por fatores psicológicos, independentemente de qualquer avaliação feita pelo sujeito. Um tal sujeito é, portanto, mais propriamente caracterizado como um paciente do que como um agente. Por contraste, embora um agente racional finito seja ainda sensualmente ou 'patologicamente' afetado, isto é, encontre em si mesmo um conjunto dado de inclinações e desejos os quais proporcionam possíveis motivos ou razões para agir, ele não é causalmente necessitado a agir com base em qualquer uma delas. Para tal agente, então, não se pode mais falar simplesmente em ser movido a ação pelo desejo mais forte, como se os desejos viessem com forças pré-dadas, independentemente do significado atribuído a eles pelo agente racional em virtude de seus projetos livremente escolhidos. Ao contrário, a Tese da Incorporação requer que consideremos o agente como aquiescendo ao desejo, garantindo-lhe, por assim dizer, um estatuto honorífico como uma razão suficiente para agir. Como o texto indica, esse estatuto é alcançado pela incorporação do desejo a uma máxima ou princípio de ação seu. Por exemplo, posso ter um forte desejo de satisfazer a mim mesmo com uma casquinha de sorvete, mas a mera presença de um tal desejo ou ânsia não proporciona a mim uma razão suficiente para fazê-lo. Ele [o desejo] pode apenas tornar-se tal [razão suficiente] à luz de uma regra permitindo tal satisfação sob certas condições. Consequentemente, ao agir com base no desejo, estou igualmente comprometendo-me com essa regra e um

comporta segundo imperativos hipotéticos: se ele quer *X*, onde *X* pode ser um fim particular determinado concebido pelo sujeito como necessário para sua felicidade, autopreservação ou bem-estar, então quer os meios adequados para obter *X*. Ora sendo *Y* o meio adequado para obter *X* (segundo princípios da ciência natural e/ou das ciências normativas), quer *Y*.

O que é fundamental destacar aqui é que a noção de sujeito pragmático implica uma avaliação utilitária do que se origina tanto de sistemas discursivos estabilizados quanto instabilizados: sua adoção na ordem do vivido é função de sua utilidade para obtenção do fim, sempre urgente no ritmo da vida cotidiana, visado pelo sujeito. O que significa que o valor conferido aos discursos de ordem estável ou instável se deve, fundamentalmente, a sua adotabilidade (ou não) pelo sujeito pragmático em função de sua diretriz *autoimposta* de bem-estar ou autopreservação. Desse ponto de vista, nada pode ser propriamente imposto, de fora, a um sujeito pragmático. Como observa Pêcheux, em “Material para o artigo ‘Completivas/infinitivos/infinitivas’”, o sujeito (pragmático), no que concerne sobretudo àqueles discursos engendrados em ordem instável, se impõe diretrizes de interpretação direcionadas à estabilização do que é dito em função de suas premências:

“Todos esses enunciados ‘levantam uma mesma questão’,⁶² neste caso, aquela da partida do destinatário: o ponto crucial aqui é que a relação entre o argumento vós e o predicado partir (vós, partir) está sujeita a operações modalizadoras de ‘apropriação’ <*prise en charge*> oscilando entre a declaração, a ordem e a interrogação; em um primeiro nível, a capacidade de interpretar tais enunciados supõe que o receptor se autoriza a bloquear as derivações de sentido, a estabilizar zonas parafrásticas (neutralizando provisoriamente, no quadro de uma dada situação, os reflexos <*miroitements*> de sentidos correspondentes a essas derivações), a atribuir um valor pragmático determinado às forças ilocucionárias envolvidas: é a condição de existência dos universos práticos logicamente estabilizados aninhados <*nichés*> no discurso cotidiano (ele mesmo

tal comprometimento deve ser visto como um ato de espontaneidade de minha parte (de autodeterminação, se preferirmos), o qual não é redutível ao mero ter o desejo”.

⁶² Os enunciados em questão são aqueles que circulam entre: (i) a ordem e a questão (‘eu vos peço para partir’, ‘eu vos pergunto se partireis’, ‘partireis?’); (ii) a promessa, a predição e a ameaça (‘vós ireis partir’...); (iii) o anúncio e a ordem (‘eu digo que , é vós partais’, ‘eu vos digo para partir’, ‘eu vos digo que vós partireis’); (iv) a possibilidade, a autorização (‘vós podeis partir’), a necessidade material e a obrigação (‘vós deveis partir’).

instável logicamente) no entrecruzamento das estabilidades referenciais tecnológicas e/ou administrativas. O que governa aqui o ato de interpretação, é a necessidade (eventualmente vital) de não se enganar sobre aquilo que ‘de fato’ está em questão e sobre as consequências factuais suscetíveis de resultar disso: ‘Pedro decidiu que sua filha pararia seus estudos de violino’, ‘Pedro decidiu parar os estudos de violino de sua filha’, ‘Pedro decidiu a parada dos estudos de violino de sua filha’ (Harris). O bloqueio parafrástico tem como efeito a neutralização dos reflexos <miroitements> de sentido formando a base de construção de uma interpretação resumida, suscetível de ser retomada com um bloco por um terceiro através de uma reformulação estabilizante tendo a forma do fato/fato consumado: ‘ela não estudará mais violino. Pedro, seu pai, decidiu assim’. A interpretação resumida aparece assim como uma necessidade incontornável dos universos discursivos prático-quotidianos. Ela supõe que o ‘receptor’ ‘apreende’ aquilo que o enunciador quis dizer ao dizer o que ele disse (ele disse ‘na realidade’ isso e nada de outro”. (...). Nesse nível de bloqueio parafrástico, a interpretação supõe então uma identificação com o enunciador: o enunciado é reconstruído no quadro de sua enunciação como uma operação bem-sucedida de transmissão de uma mensagem unívoca acerca de um ‘estado de coisas’”.⁶³

As respostas às demandas do sujeito pragmático serão alcançadas, em grande parte, a partir de pontos de vista indicados justamente pela massiva diversidade superposta de “coisas-a-saber”. Vale dizer, por intermédio de uma multiplicidade de diferentes tratamentos conferidos pelas disciplinas científicas, técnicas, técnico-administrativas entre outras e pelos “sistemas estáveis de bolso”. a um real que, embora por si *possa* ser uno, é necessariamente segmentado segundo os diferentes modos de constituição dos domínios de objetos das diferentes disciplinas.

“Essa cobertura (*couverture*) ‘lógica’ de regiões heterogêneas do real é um fenômeno demasiado massivo e sistemático para poder ser visto simplesmente como uma ilusão <deception> construída passo a passo <piecemeal> por algum Príncipe mistificador (...)”.⁶⁴

Observe-se, por fim, que o lugar correspondente às “lacunas e falhas na dominação” da ideologia dominante do artigo “A língua inencontrável”, de 1981, é, no texto “Discurso: estrutura ou evento?”, de 1983, destinado aos espaços

⁶³ Pêcheux, “Matériel en vue de l'article ‘Complétives/infinififs/infinifives’”. *In*: Linx, n°10, 1984, pp. 18-19.

⁶⁴ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 638.

logicamente instáveis e ao *real* que a eles corresponde. O *real* logicamente instável, nada mais parece ser que a resultante das transposições, dos deslocamentos, dos atravessamentos e/ou dos entrecruzamentos, por vezes deliberados (como ocorre, por exemplo, no humor/chiste e na poesia) e por vezes não, dos diferentes requisitos impostos por uma amálgama heteroclitamente constituída a partir dos diferentes sistemas linguístico-discursivos logicamente estáveis de representação que medeiam nossa relação com o mundo natural e humano. Os objetos relativos aos espaços logicamente instáveis são, pode-se dizer, os objetos de discursos que, estáveis sob uma perspectiva, mostram-se instáveis em outra – aquela do discurso quotidiano.⁶⁵

⁶⁵ Cf. Pêcheux, “Matériel en vue de l'article ‘Complétives/infinififs/infinifives’”. *In*: Linx, n°10, 1984, p. 18.

Capítulo IV – Novas injunções metodológicas

A terceira seção do artigo “Discurso: estrutura ou evento?”, intitulada “Ler, descrever, interpretar”, debuta com um inventário crítico, algo sumário, das aventuras e, sobretudo, das desventuras do estruturalismo francês (em particular, do estruturalismo político, também conhecido como materialismo estrutural).¹ Tais desventuras culminam, a partir de uma forte reação as suas excessivas ambições teóricas e políticas, em um forçado redirecionamento do foco de atenção das investigações teóricas:

“A maior força desse reexame crítico é que ele coloca em questão as ‘alturas’ teóricas do estruturalismo político, a ambição de construir uma relação com o Estado (eventualmente, sua identificação com o Estado – e, especialmente, com o partido-Estado da revolução). Essa reação forçou-nos a olhar em direção ao que ocorre ‘abaixo’, no espaço infraestático <*infraecstatic space*> que constitui o ordinário das massas, especialmente em um período de crise. Está se tornando cada vez mais óbvio que – em história, sociologia e estudos literários – devemos aprender a ouvir a este discurso muitas vezes silencioso encerrado na urgência da sobrevivência. Devemos fazer mais que ler (ou reler) as Grandes Obras (da ciência, direito e o Estado). Devemos ouvir as articulações incorporadas no ‘modo ordinário’ de significar”.²

Os sobreviventes do naufrágio do estruturalismo político francês deveriam, sugere Pêcheux, atentar às relações que se armam entre as materialidades discursivas em suas ocorrências em práticas humanas diversificadas e o sujeito comum (=sujeito pragmático), com seu discurso e vida cotidianos.

¹ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 644. Tais desventuras são intrinsecamente conexas à adesão ao sistema régio de ciência marxista. Dado terem sido consideradas no capítulo anterior as críticas de Pêcheux aos modelos de ciências régias em geral e em particular ao sistema régio marxista, dispensaremos a apresentação das considerações particulares de Pêcheux acerca do fracasso do estruturalismo político francês.

² *Id.*, *ibid.*, p. 645.

“Encarada seriamente (i.e., de outro modo que uma mera ‘troca cultural’), essa aproximação [entre as práticas de análise da linguagem ordinária em perspectiva wittgensteiniana antipositivista e as práticas de leitura derivadas das abordagens estruturalistas] envolve, de maneira concreta, modos de trabalhar sobre as materialidades discursivas implicadas em rituais ideológicos, discursos filosóficos, enunciações políticas e formas estéticas e culturais através de suas relações com a vida cotidiana, com o ‘ordinário’ do sentido. Esse projeto apenas pode se tornar consistente se evitar, prudentemente, qualquer ‘ciência régia’ presente ou futura (seja o positivismo, sejam as ontologias marxistas)”.³

Cabe destacar, antes de qualquer coisa, o modo como se dá essa reorientação temática da pesquisa – sendo fundamental, para tanto, precisar os termos nos quais se deve entender o redirecionamento da atenção ao que ocorre “abaixo”, o “olhar” redirecionado ao “espaço infraextático” no qual se desenrola a vida cotidiana.

Observe-se, inicialmente, que, na edição brasileira do texto-conferência de Pêcheux, optou-se por verter “*infraecstatic space*” por “*espaço infraestatal*”.⁴

³ *Id.*, *ibid.*, p. 645.

⁴ Na edição brasileira, encontramos: “A grande força dessa revisão crítica, é colocar impiedosamente em causa as alturas teóricas no nível das quais o estruturalismo político tinha pretendido construir sua relação com o Estado (eventualmente sua identificação ao Estado – e especialmente com o Partido-Estado da revolução). Este choque de retorno, obriga os olhares a se voltarem ao que se passa realmente ‘em baixo’, nos espaços infraestatais que constituem o ordinário das massas, especialmente em período de crise. Em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência; trata-se, para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido” (Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento*, tradução de Eni Orlandi, Campinas: Pontes, 1990, p. 48). No original, por seu turno, temos: “The biggest strength of this critical reexamination is that it calls into question the theoretical ‘heights’ of political structuralism, the ambition to construct a relation to the state (eventually, its identification with the state – and specially with the party-state of the revolution). This backlash has forced us to look toward what is happening ‘below’, in the infraecstatic space that constitutes the ordinary of the masses, especially in a period of crisis. It is becoming increasingly obvious that – in history, sociology, and literary studies – we must learn to listen to this often silent speech enclosed within the urgency of survival. We must do more than read (or reread) the Great Works (of Science, law, and the state). We must hear the articulations embedded in the ‘ordinary way’ of meaning” (Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 645).

Semelhante opção parece sugerir que o contraste almejado por Pêcheux entre o que fazia antes e o que se deve passar a fazer agora deveria ser entendido como vigendo entre uma “ordem estatal” de consideração do sujeito (consideração focada nas relações simbólicas do sujeito sob a égide do aparato estatal) e uma “ordem infraestatal” de consideração do mesmo (às margens de suas relações determinadas em esferas definidas institucionalmente). Tal oposição corresponderia, *grosso modo*, àquela que usualmente se estabelece como vigendo entre a *esfera pública* e a *esfera privada*. Contudo, o termo originário, “*ecstatic*”, em sentido estrito, corresponde, em português, à “extático” e à pleora de nuances semânticas que lhe são correlativas, as quais apontam ao estado de êxtase, de arrebatamento, de júbilo extremado, de enlevo e transe místico ou sonhador. O núcleo de sentido focal, tanto da expressão inglesa quanto da portuguesa, o qual organiza e correlaciona esse espectro semântico, consiste no “transporte para fora de si mesmo e do mundo sensível”, enfatizando a desconexão com o mundo concreto onde se age e se padece, em uma palavra, onde se vive. Em vista disso, parece razoável sugerir que o contraste visado é aquele que enfatiza, novamente *grosso modo*, a consideração do sujeito e suas relações simbólicas em ordem abstrata (aquela em que o indivíduo é dissolvido em um sujeito abstrato, universal, definido em termos de um ou mais papéis em conformidade à articulação ou estruturação social – o advogado, o arquiteto, o representante político, o marido ou esposa, o pai ou a mãe, etc.)⁵ e o indivíduo imerso em sua vida cotidiana, onde todos esses papéis se entrecruzam de sorte que o sujeito a todos (e, por conseguinte, a nenhum em particular) encarna.⁶

Valendo o exposto acima, não apenas se enfatiza a cogência da reorientação temática da AD com a renúncia a sua cientificidade descritiva

⁵ Ordem em que o indivíduo diz o que diz enquanto investido deste ou daquele papel.

⁶ Vale lembrar que a instabilidade semântica a que está submetido o “discurso ordinário” se manifesta “tanto no segredo da esfera privada da família quanto no nível ‘público’ das instituições e aparatos de Estado” (Pêcheux, *op. cit.*, p. 648) – transcendendo, por conseguinte, a oposição *público versus privado*.

régia,⁷ mas, igualmente, torna-se inteligível que o homem comum, o sujeito pragmático, possa tanto saber quanto não saber exatamente sobre o que se fala.

O sujeito pragmático, vale lembrar, é, antes de qualquer coisa, um *agente* – alguém que faz o que faz em função de regras que escolhe acolher como suas, de sorte que os princípios a ele atinentes sejam, fundamentalmente, prescritivos (imperativos, normativos) e não descritivos.⁸ Vale lembrar, ademais, que o sujeito pragmático se caracteriza, segundo Pêcheux, pela necessidade de um sem número de sistemas lógicos portáteis a fim de gerenciar sua existência cotidiana.⁹ Ora, semelhante sujeito, uma vez consideradas distributivamente (turno a turno) suas relações com cada um dos muitos sistemas estáveis constituintes de seu universo simbólico, deve ser suposto sabedor daquilo sobre o que fala:

“Nos espaços discursivos designados acima como logicamente estabilizados, supõe-se que um dado sujeito falante saiba sobre o que se fala; todo enunciado produzido nesses espaços reflete as propriedades estruturais que são independentes da enunciação. Essas propriedades estão transparentemente inscritas em uma descrição do universo, tal como esse universo é discursivamente apreendido nesses espaços”.¹⁰

Por outro lado, é igualmente possível considerar este mesmo sujeito em suas relações com o todo do sistema simbólico, a amálgama resultante da superposição e interpenetração de uma multiplicidade de micro e macro

⁷ Cientificidade em que, como visto, os indivíduos concretos eram tratados, em ordem abstrata, como meras instâncias (abstração feita, por conseguinte, do que os torna singulares ou únicos) de tipos igualmente abstratos, sejam eles papéis ou classes sociais, os quais seriam os “verdadeiros” indivíduos e, no caso, os produtores dos sentidos. Como, no entanto, estes indivíduos abstratos, estariam, ao fim e ao cabo, inteiramente submetidos às leis do desenrolar histórico, a desencarnada “história” – um mero substituto da natureza – se vê convertida em produtora última dos sentidos. Ver capítulo III deste trabalho.

⁸ Princípios descritivos estabelecem, em geral, certas regularidades comportamentais naturais (ou mesmo, históricas – entendida a história, em termos marxistas, como substitutivo da natureza).

⁹ *Id., ibid.*, p. 639. Ver também o capítulo anterior deste trabalho.

¹⁰ *Id., ibid.*, p. 638.

sistemas estáveis heteróclitos (dotados de prescrições, não raro, incompatíveis) que constitui o espaço primário de identificação do agente – o *real* da vida cotidiana, o espaço logicamente instável do discurso ordinário onde se constroem, comum e ordinariamente, as filiações históricas e conceituais dos dizeres comuns. Nessa ordem de consideração, Pêcheux parece sugerir a vigência de um tipo, digamos assim, *não-técnico* (ou *não-especializado*) de relação com o simbólico: a relação ordinária (na *ordem infraextática*) com os produtos simbólicos seria, diferentemente da relação técnica ou especializada (na *ordem extática*, aquela em que ele como físico, arquiteto ou advogado, administrador, funcionário, padeiro ou sapateiro manteria com os sistemas logicamente estáveis atinentes às disciplinas, artes ou instituições respectivas), aberta à diversidade compreensiva ou interpretativa.¹¹ Em tais circunstâncias comuns, ele, o agente, tendo seus produtos simbólicos localizados sistematicamente em trânsito entre sistemas técnicos e/ou administrativos com diferentes e, por vezes, incompatíveis demandas, pode não saber *exatamente* do que se está falando:

“O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais de identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através da fala, imagens, estórias, discursos, textos, etc.), as ‘coisas a saber’ coexistem com objetos acerca dos quais não se pode estar seguro de ‘saber sobre o que se está falando’ pela muito boa razão de que estes objetos inscritos em uma filiação não são de modo nenhum produtos de aprendizagem – e isso acontece tanto no segredo da esfera privada da família quanto no nível ‘público’ das instituições e aparatos de Estado”.¹²

Poder-se-ia, com vistas ao esclarecimento deste ponto, fornecer uma caracterização geral dos sujeitos pragmáticos, no ponto de junção entre o *feito* e o *fato discursivo*, em termos próximos àqueles utilizados por Branca-Rosoff,

¹¹ Um exemplo particularmente claro de análise da diversidade de relações dos sujeitos com o sistema simbólico, o uso técnico-especializado *versus* o uso comum da língua, e de certas relações que se armam entre estes dois usos pode ser encontrado no artigo de Claudine Normand, “É sobre qual sujeito?”, *Educação e Realidade*, v. 36, nº 3, pp. 681-691, 2011.

¹² *Id.*, *ibid.*, p. 648.

Collinot, Guilhaumou e Mazière para qualificar os sujeitos produtores de sentidos:

“Do ponto de vista do historiador do discurso, os sujeitos produtores de sentidos em uma conjuntura histórica determinada dispõem de uma capacidade reflexiva inédita. Eles formulam juízos a partir de argumentos enunciados em *eventos discursivos*. Uma tal faculdade de julgar constitui o ponto de apoio <le support> dos recursos reflexivos disponíveis nestes eventos”.¹³

Tanto quanto se pode perceber, parece ser suficiente para uma caracterização geral dos sujeitos pragmáticos, dos sujeitos produtores de sentidos, acrescentar, após “em uma conjuntura histórica determinada”, o seguinte: “e, portanto, em um certo universo simbólico ou discursivo”, de sorte a obtermos: “do ponto de vista do historiador [analista] do discurso, os sujeitos produtores de sentidos em uma conjuntura histórica determinada, e, portanto, em um certo universo simbólico ou discursivo, dispõem de uma capacidade reflexiva inédita. Eles formulam juízos a partir de argumentos enunciados em *eventos discursivos* (...)”.

Semelhante caracterização geral deve, enquanto tal, permanecer, em princípio, invariante relativamente às diferenças de comportamentos simbólicos dos sujeitos pragmáticos consoante à diversidade dos ambientes simbólicos ou discursivos (estável *versus* instável) e, por conseguinte, à diversidade de ordens de consideração desses sujeitos (ordem extática *versus* ordem infraextática). Isso implica considerar as diferenças nos comportamentos simbólicos ou discursivos como funções, correlativamente, (i) das peculiaridades atinentes aos modos possíveis de construção das redes de memória ou de filiação histórica ligadas à judicção, enunciação ou produção de discurso (os “argumentos enunciados em *eventos discursivos*” a partir dos quais os sujeitos formulam seus juízos) e (ii) dos graus de consciência reflexiva envolvidos na apropriação individual dessas redes para a produção de juízos, enunciados ou discursos.

¹³ Sonia Branca-Rosoff, André Collinot, Jacques Guilhaumou e Francine Mazière, “Questions d’histoire et des sens”, *Langages*, nº 117, 1995, p. 55.

Três teses desenvolvidas ao longo dos capítulos anteriores podem, agora, ser invocadas e usadas com todo seu potencial elucidativo. *Em primeiro lugar*, tal como visto anteriormente,¹⁴ as disciplinas científicas (descritivas e normativas) precisam constituir um domínio próprio de objetos (os *objetos-para-a-disciplina*) o que é feito mediante a limitação de propriedades e relações relevantes para o tratamento do objeto, o que implica na especificação de uma esfera de competência judicativa/enunciativa e argumentativa para a disciplina – o que é pertinente dizer (seja corretamente, seja incorretamente) acerca do objeto como *objeto-para-a-disciplina*. Postas as coisas nestes termos, os universos discursivos engendrados pelas disciplinas científicas correspondem à caracterização geral de um universo logicamente estabilizado apresentada por Pêcheux:

“[o qual] é baseado em um conjunto relativamente limitado de argumentos, predicados e relações, e pode ser compreensivamente descrito através de uma série de respostas unívocas a questões factuais (a principal delas sendo, naturalmente, de fato, quem ganhou, X ou Y?).”¹⁵

Ora, nos universos logicamente estabilizados, pode-se dizer, a construção possível de redes de memória ou de filiação histórica é duramente restrita. No ambiente ou espaço enunciativo de uma ciência, técnica ou arte (em sua esfera ou área de competência), não apenas não se pode dizer tudo e não importa o quê, mas igualmente, o que é dito, o conteúdo julgado ou enunciado deve ser passível de justificação objetiva, isto é, de prova (cujo alcance e procedimentos probatórios variam segundo as disciplinas, técnicas ou artes). Assim, juízos ou enunciados e argumentos já feitos (os feitos discursivos passados) tem sua admissão filtrada, tanto no que diz respeito a sua pertinência quanto no que diz respeito a sua correção e ordenação em cadeias de dependência (do mais ao menos fundamental, dos princípios ao que é principiado, dos axiomas aos teoremas). Assim, em ordem *extática*, em ordem técnica-especializada de produção de sentidos, a possibilidade de apropriação, por parte do sujeito

¹⁴ Ver capítulos II e III.

¹⁵ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 635.

judicante ou enunciador, de cadeias de filiação histórica de sentidos é restrita quanto ao tipo, quanto à legitimidade (correção) e quanto à coerência (ordenação). É neste tipo de ambiente ou universo lógico que se geram as “coisas a saber”, no sentido estrito de saber/conhecimento, aquelas que são propriamente sujeitas à aprendizagem.

No universo logicamente instável correspondente ao ambiente simbólico da vida e do discurso comum, em ordem infraextática, lugar da opinião e da insinuação, da esperança e do desejo, do jogo nas regras e, sobretudo, do jogo sobre as regras,¹⁶ mas não do saber (*stricto sensu*), em função justamente da pleora de sistemas heteróclitos conformantes da concepção ordinária/comum do mundo, as redes de memória ou de filiação histórica dos sentidos são, de certo modo, abertas e ilimitadas. Não há aqui, pode-se dizer, nenhuma definição de um domínio próprio de objetos (por exemplo, opina-se sobre tudo), não há especificação de esferas de competência, de legitimidade e de consistência enunciativas e argumentativas. As opiniões de um sujeito, para continuar com o exemplo, podem ser implausíveis, seus conjuntos inconsistentes e os “argumentos enunciados em *eventos discursivos*” a partir dos quais ele formula seus juízos não sofrem qualquer restrição quanto ao tipo: são constituídos por “uma pluralidade contraditória de filiações históricas” envolvendo “fala, imagens, estórias, discursos, textos, etc.”.¹⁷

Em segundo lugar, tal como igualmente visto anteriormente, temos, *de um lado*, que, no que concerne aos comportamentos simbólicos, tanto maior ou menor será a independência do real atinente a um sistema normativo quanto menor ou maior for o requisito de consciência reflexiva para o agente executar uma ação no âmbito desse sistema.¹⁸ Pode-se dizer, portanto, que, considerando os pólos *feito* (ação) e *fato* (evento), tanto mais factualmente (tanto mais independente das intenções do agente, do querer ou da vontade do agente)

¹⁶ Cf. Michel Pêcheux, “Sobre a (des)construção das teorias linguísticas” (1982), *in Cadernos de Tradução*(Instituto de Letras/UFRGS), nº 4. Outubro de 1988, p. 53.

¹⁷ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 648.

¹⁸ Ver capítulo I deste trabalho.

será possível considerar o que é feito no âmbito de um tal sistema quanto menor for o grau de consciência exigida do agente para que ele faça algo. Inversamente, o que é feito, tanto mais será por força de seu querer, de responsabilidade de sua vontade, quanto maior for o grau de consciência do que exatamente se está a fazer for requerido para fazê-lo. *De outro lado*, temos que, na matriz foucaultiana fundante do tratamento dos discursos por parte da AD, era possível distinguir duas abordagens distintas relativamente aos mesmos em termos de *feitos*, onde todo discurso é *autoral* (onde aquele que realizou a ação de produzi-lo responde por sua significação), e de *eventos*, onde o discurso é tratado como (relativamente) independente daquele que o produziu (o qual, por conseguinte, não possui domínio ou controle sobre o que disse).¹⁹ Juntadas estas duas teses, obtemos as seguintes consequências: (i) tanto mais *autorais* serão os discursos produzidos no âmbito de sistemas normativos quanto maior for o grau de consciência reflexiva necessária para produzi-los; e, inversamente, (ii) tanto mais “*objetos-eventos*” serão os discursos produzidos no âmbito de sistemas normativos quanto menor for o grau de consciência reflexiva necessário para produzi-los.

Ora, quando os resultados destas duas últimas teses são conectados àqueles da primeira, obtemos: (i) em universos logicamente estáveis, a produção de discursos (de sentidos) requer, por ser espaço de justificações objetivas reguladas, uma apropriação clara das redes históricas de filiação (dos argumentos a partir dos quais os sujeitos formulam seus juízos). Nesse caso, em ordem extática de consideração, não se pode pretender que o sujeito não saiba do que está falando – a consciência reflexiva das apropriações é constitutiva dos *atos* discursivos (de produção de sentido) executados em tais sistemas simbólicos. Aqui, o vetor de consideração do discurso produzido pende para o lado *autoral*;²⁰ (ii) em ordem infraextática, no universo simbólico cotidiano, logicamente instável, por outro lado, sendo baixo o requisito de consciência

¹⁹ Ver capítulo II deste trabalho.

²⁰ Isso, por seu turno, implica: nas disciplinas que se voltam ao estudo das práticas discursivas exercitadas nestes universos (como, por exemplo, uma sociologia da ciência) tenderão a ter predominância os componentes metodológicos e instrumentais favorecedores da interpretação (antes que da descrição).

reflexiva na apropriação das filiações históricas de sentido (em função, justamente, da pleora de elementos heteróclitos e, não raro, incompatíveis, possivelmente intervenientes), ainda que o sujeito possa, por exemplo, reclamar-se autorizado (justificado) a afirmar, a crer, a pretender tal e tal coisa, no mais das vezes, ele não reclama, nem dele é reclamada, a justificação objetiva (de ordem estável) do que foi dito, crido ou pretendido (a saber, que tal e tal é o caso). Com efeito, que ele, no mais das vezes, não o possa se deve justamente a circunstância de ele não ter clareza sobre o que exatamente foi dito. Aqui, o vetor de consideração do discurso produzido pende para o lado *objetual*, para o “objeto-evento”.²¹ Embora não possa, rigorosamente, ser tratado como um mero *evento* por ser irredutivelmente um *fazer*, a produção de sentidos escapa ou, pelo menos, pode escapar, em alguma medida, ao controle do sujeito enunciador, veiculando sentidos em relação aos quais o sujeito é inconsciente.

“Qualquer discurso dado [na ordem infraextática] é o signo potencial de um movimento nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, um resultado dessas filiações e o trabalho (mais ou menos consciente, deliberado e construído ou não, mas de qualquer modo atravessado por determinações inconscientes) do deslocamento em seu espaço (...)”.²²

A principal consequência metodológica advinda da reorientação do espaço de investigação da AD em direção ao “espaço infraextático” (promovida pela revisão crítica de seus fundamentos) consiste na necessidade de priorizar a análise (descritiva) linguística daqueles elementos que mantém a sua identidade constante no percurso através de uma miríade de universos semânticos logicamente estáveis²³ (algo possibilitado, vale lembrar, pelas relações não-especializadas dos enunciadores com tais universos): os

²¹ Isso, por seu turno, implica: nas disciplinas voltadas ao exame das práticas discursivas exercitadas âmbito do universo instável (no âmbito do discurso ordinário, portanto), tenderão a ser predominantes os componentes metodológicos e instrumentais favorecedores da descrição (antes que da interpretação).

²² Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, p. 648.

²³ Vale observar: elementos ou objetos cuja identidade qualitativa é passível de ser caracterizada independentemente de tais universos semânticos.

enunciados em sua materialidade (à parte de seus sentidos) ou, dito de outro modo, as materialidades discursivas.

"Este padrão de trabalho impõe um certo número de necessidades que devem ser explicadas em detalhe e que posso apenas mencionar brevemente em conclusão. A primeira necessidade consiste em dar prioridade às *descrições* das materialidades discursivas. De acordo com esta perspectiva, a descrição não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual indiscernivelmente se torna interpretação; uma tal concepção da descrição implica, ao contrário, o reconhecimento de um real específico no qual se apoia: o real da língua (cf. J.C. Milner, especialmente em *L'amour de la langue*). E eu digo *la langue*, isto é, nem linguagem, fala, discurso, texto, nem interação conversacional, mas, antes, o que foi apresentado pelos linguistas como condição para a existência (em princípio), na forma de existência do Simbólico, como Jakobson e Lacan o compreendiam".²⁴

Uma vez que, como visto anteriormente, em ordem infraextática, a produção de sentidos resulta afetada pela latitude das (e, por conseguinte, pela potencial mobilidade nas) redes históricas (ou sócio-históricas) de filiação (as redes de memória, os "argumentos enunciados em *eventos discursivos*" a partir dos quais os sujeitos formulam seus juízos) e, *eo ipso*, pelo deslocamento do enunciado na multiplicidade de espaços estáveis constituintes do ambiente semântico logicamente instável do cotidiano, os produtos simbólicos resultantes são atravessados ou atravessáveis por determinações de sentidos mais ou menos conscientes, quando não inconscientes.²⁵ Sendo assim, em função

²⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 646.

²⁵ Dois exemplos: (i) "Isso é exemplificado no famoso dito espirituoso <*witticism*> comentado por Freud: *Tu a pris un bain?* (Tomaste um banho?) *Pourquoi, il en manque un?* (Por que, está faltando um?)" (Michel Pêcheux e Françoise Gadet, "La langue introuvable", p. 24); (ii) "*Il ne progresse pas, il dégresse*" ('ele não progride, ele degride') me disse o açougueiro a respeito de seu aprendiz que ele estava disposto a reprovar. O sentido desta frase não deixava nenhuma dúvida e era preciso um ouvido um pouco atento para observar, de passagem, alguma estranheza na frase: seria um eco distante do erudito '*régresse*' ('regride'), substituído por seu homófono '*dégraisse*' ('tira a graxa'), mais familiar ao açougueiro? É certo que, se um aprendiz de açougueiro somente sabe tirar a graxa (*dégraisser*), ele não irá avançar muito em seu trabalho! O açougueiro estava, no entanto, muito sério, bem longe de se duvidar do lapso, do jogo de palavras soprado por seu inconsciente profissional" (Claudine Normand, "Sentido e sentimento linguístico ou o contágio da negação", mimeo, s/data e s/numeração de página – versão portuguesa para trabalho em aula do artigo "Sens et sentiment linguistique ou la contagion de la négation", *in*: Claudine Normand, *Bouts, brins, bribes: petite grammaire du quotidien*, Orléans: Le Pli, 2002). Este exemplo fora rapidamente examinado por

justamente da menor demanda de consciência reflexiva para a produção destes sentidos, tanto mais objetualmente devem poder ser tratados tais produtos. Ora, devendo o ponto de partida, em semelhante circunstância, ser a materialidade do(s) enunciado(s), tal exame, sugere Pêcheux, ao consistir em uma descrição segundo as formas linguísticas, não pode ser ignorante ou infenso às potências (isto é, às derivações possíveis) de significações que em tal matéria se realizam ou são realizáveis:

“A descrição de um enunciado ou uma sequência necessariamente envolve (através da detecção de espaços sintáticos vazios, elipses, inícios de negações e interrogações, de várias formas de discurso indireto) algum discurso ‘outro’ como espaço virtual de uma leitura do enunciado ou sequência. E é essa alteridade discursiva como presença virtual na materialidade descritiva da sequência que marca a partir de dentro <from within> desta materialidade a insistência do outro como a lei do espaço social e memória histórica, e, assim, como o próprio princípio do real sócio-histórico, um fato que justifica o uso do termo ‘disciplina de interpretação’ a propósito de disciplinas trabalhando dentro deste registro”.²⁶

De modo análogo, tampouco pode o sistema da língua, o real da língua, ser omissivo ou proibitivo em relação às derivações possíveis dos sentidos. Por via de consequência, tais possibilidades devem ser igualmente incorporadas seja em uma caracterização dos princípios fundamentais de descrição de toda língua (em uma *linguística geral*), seja em diferentes caracterizações de princípios próprios a esta ou aquela língua:

“Certas tendências recentes em linguística são bastante encorajadoras desse ponto de vista. Além do distribucionalismo harrisoniano e do generativismo chomskyano, emergiram tendências que questionam a primazia das proposições lógicas bem como as limitações impostas à análise linguística como análise da sentença. Assim, a pesquisa linguística pode começar a se libertar da obsessão com a ambiguidade (entendida como a lógica do ‘ou...ou’) a fim de alcançar o que é próprio à língua através do papel da equivocidade, elipse, falta, e assim por diante. Esse jogo de diferenças, alterações e contradições não pode ser visto como flexibilização <softening> de algum núcleo lógico duro: o equívoco, a ‘heterogeneidade constitutiva’ (J. Authier) da língua corresponde à ‘declaração

Normand em artigo publicado originalmente em 2001, intitulado “Alguns efeitos da teoria saussuriana sobre uma descrição semântica” (*in*: Claudine Normand, *Convite à linguística*, São Paulo: Contexto, 2009, pp. 105-106).

²⁶ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, pp. 647-648.

de fé' de Milner: 'Nada da poesia é estranho à *Langue*' e 'Nenhuma linguagem <*language*> pode ser completamente pensada sem integrar a possibilidade de sua poesia'. (...) O objeto da linguística, o que é próprio à língua, parece assim ser atravessado <*appears to be traversed*> por uma divisão discursiva entre dois espaços: aquele da manipulação de significações estabilizadas, normalizado por uma higiene pedagógica do pensamento, e aquele da transformação do significado <*meaning*>, escapando de todas as normas estabelecidas *a priori*, o trabalho do significado sobre o significado <*the work of meaning on meaning*>, apreendido em um indefinido 'renascer' de interpretações".²⁷

4.1. Novos procedimentos de análise

A consequência metodológica fundamental apontada acima tem, por seu turno, um corolário de ordem instrumental que se revela crucial para o fechamento deste estudo. Dada a exigência de um tratamento sintático do discurso e dados os termos em que pode ser reclamado um espaço de atuação para análise do discurso,²⁸ segue-se a necessidade do desenvolvimento de instrumentos ou procedimentos de análise linguístico-discursivas que habilitem uma abordagem das regularidades da língua a partir das "possibilidades de desestabilização, de deslocamento de construções no uso em discurso, com as eventualidades do equívoco":²⁹

"Isso impõe à pesquisa linguística a construção de procedimentos (os modos de questionar fatos e as formas de raciocínio) capazes de abordar o fato linguístico da equivocidade como um fato estrutural implicado na ordem simbólica, isto é, a necessidade de trabalhar o ponto em que as representações lógicas (inscritas no 'mundo normal') deixam de ser consistentes".³⁰

²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 646. Na mesma linha, ver Michel Pêcheux e Françoise Gadet, "La langue introuvable", pp. 28-29.

²⁸ "Qualquer enunciado ou sequência de enunciados é, assim, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos possíveis de deriva <*diversion*>, deixando espaço para a interpretação. É neste espaço que a análise do discurso pretende trabalhar" (Michel Pêcheux, "Discourse: structure or event?", p. 647.

²⁹ F. Gadet, J. Leon, M. Pêcheux, "Remarques sur la stabilité d'une construction. La complétive", *Linx*, nº 10, 1984, p. 25.

³⁰ Michel Pêcheux, "Discourse: structure or event?", p. 646.

Semelhante instrumento, chamado de “forçagem”,³¹ é caracterizado, no artigo “Observações sobre a estabilidade de uma construção linguística. A completiva”,³² nos seguintes termos:

“Se pudéssemos associar uma forma lógica estável a cada verbo, em um universo discursivo estável, onde cada verbo ofereceria uma lista fechada e constante de argumentos, então todas as construções seriam plenas, as elipses não seriam senão facilidades de escritura e não se poderia jamais ‘deslocar’ uma construção. Ora, há deslocamentos possíveis sobre a natureza da instânciação ou sobre a presença ou ausência de um argumento. Esses deslocamentos, nós os chamamos ‘forçagem’ <forçage>; é a tentativa, da ordem de uma manipulação gramatical, de fazer um verbo aceitar uma construção que seja a complementar de sua construção reconhecida sobre um ponto preciso. Introduzimos, assim, uma completiva lá onde apenas o infinitivo é em princípio possível, e inversamente; pedimos <nous avons sollicité> a correferência; introduzimos um SN2 lá onde não o há, e inversamente; colocamos um subjuntivo no lugar de um indicativo, e inversamente”.³³

A técnica de “forçagem”, como sugerido mais acima, embora primariamente uma técnica de manipulação gramatical,³⁴ deve ser considerada

³¹ Edgardo Feinsilber, em “Na direção de um real efeito de sentido: a forçagem polifônica” (*Revista de Psicologia do Cesusc*, nº 1, janeiro de 2008, p. 27) localiza a origem da noção de *forçagem* no Seminário de Lacan “Os nomes do pai”, de 1973.

³² F. Gadet, J. Leon, M. Pêcheux, “Remarques sur la stabilité d’une construction. La complétive”. Artigo originalmente elaborado com a participação de Pêcheux, contudo, sua redação e publicação se deu apenas após sua morte (cf. F. Gadet, J. Leon e M. Pêcheux, *op. cit.*, p. 23, nota). Vale observar que, no texto “Materiel em vue de l’article ‘Complétives/infinitifs/infinitives’” (material de trabalho a ser integrado no artigo “Remarques sur la stabilité d’une construction. La complétive”), Pêcheux inicia com a seguinte consideração: “O objetivo deste trabalho é de iniciar <amorcer> a exploração de um campo gramatical determinado aplicando sistematicamente as posições teóricas e procedimentais implicadas pelos desenvolvimentos atuais da AD” (Pêcheux, “Materiel em vue de l’article ‘Complétives/infinitifs/infinitives’”, p. 7). Sobre este material elaborado por Pêcheux, Françoise Gadet afirma (em nota, p. 7): “Este texto não estava destinado à publicação. Documento de trabalho, devia ser integrado, no todo ou em parte, no artigo de Françoise Gadet, Jacqueline Léon e Michel Pêcheux neste mesmo número [revista *Linx*, n.º 10, 1984]”.

³³ F. Gadet, J. Leon e M. Pêcheux, *op. cit.*, pp. 33-34.

³⁴ Deve-se “diferenciar a forçagem sintática e a forçagem lexical, a qual consistiria em introduzir variações lexicais em uma construção existente, como nesta publicidade: *Rowentez-vous la vie!* que, graças à construção não se pode compreender senão como:

um instrumento linguístico-discursivo, uma vez que em sua utilização, na realização de operações de forçagem, interveem elementos tanto de ordem gramatical quanto de ordem discursiva:

“Um fator convida a considerar a forçagem como uma operação e não como uma simples extensão da aceitabilidade [de certas construções]: é a constatação de que ela é facilitada por certas condições cuja natureza é, de resto, heterogênea: (a) Umas de ordem gramatical ou, ao menos, ligadas aos efeitos sintáticos, semânticos e retóricos que acompanham uma manipulação gramatical: é o acréscimo de certos elementos dos quais se poderá eventualmente fornecer uma lista. (b) Outras de ordem discursiva, onde intervém o que, seguindo Cadiot (1979), chamaremos a diferença entre saturação gramatical e saturação discursiva (...)”.³⁵

O conceito fundamental para se compreender a *forçagem* é o de *saturação*. A origem desse conceito é encontrada na revolução lógica propiciada por Frege. Um dos pilares da constituição da nova lógica formal fregeana é a substituição, para fins de análise lógica, do par *sujeito-predicado*, pelo par *função-argumento* na construção de um sistema de escritura conceitual baseado nas fórmulas matemáticas apresentado na *Begriffsschrift* <Conceitografia>³⁶ de 1879.³⁷

Resumidamente, a justificação do abandono de *sujeito-predicado* em prol de um sistema simbólico estruturado em torno de *função-argumento* pode ser mostrada a partir do exame do parágrafo 9 da *Conceitografia*,³⁸ onde se mostra,

facilitez-vous la vie grâce à Rowenta <facilite sua vida graças à Rowenta>...” (*id.*, *ibid.*, p. 48, nota 9).

³⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 34.

³⁶ Gottlob Frege, *Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought*, in: Jean Van Heijenoort, *Frege and Gödel. Two fundamental texts in mathematical logic*, Cambridge: Harvard University Press, 1970. No que segue, usaremos, para designar esta obra de Frege, o nome “Conceitografia”.

³⁷ Sobre o que segue ver Luiz Henrique Lopes dos Santos, “A essência da proposição e a essência do mundo” (*in*: Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, São Paulo: EDUSP, 1993) e, do mesmo autor, *O olho e o microscópio: a gênese e os fundamentos da lógica segundo Frege*. Rio de Janeiro: Trarepa, 2008.

³⁸ Frege, *op. cit.*, pp. 21-23.

curiosamente, que nem toda decomposição em termos de sujeito e predicado³⁹ é logicamente inaceitável ou irrelevante. Tome-se por exemplo a seguinte proposição: “ Platão foi mestre de Aristóteles”. Se isolarmos um dos nomes que ocorrem na proposição, pode-se considerar o restante como expressão funcional e considerar que a proposição resulta da composição do nome com a expressão restante. Assim, teríamos [Platão]_{expressão de argumento} e [foi mestre de Aristóteles]_{expressão funcional}, o que corresponderia a uma decomposição em termos de sujeito e predicado que seria validada pelo conceito de função. A novidade, contudo, é que a análise funcional vai muito além disso: dado um nome qualquer, é possível isolá-lo e tomar o restante como uma expressão funcional, isto é, o conceito de função autoriza que uma mesma proposição seja decomposta de diferentes maneiras. Pode-se, tomando o mesmo exemplo, “Platão foi mestre de Aristóteles”, igualmente decompô-la do seguinte modo: [Platão foi mestre de]_{expressão funcional} e [Aristóteles]_{expressão de argumento}, ou ainda, [Platão]_{expressão de argumento}, [foi mestre de]_{expressão funcional} e [Aristóteles]_{expressão de argumento}. Ora, isso significa que a nova análise lógica não se opõe à decomposição sujeito-predicado, mas a recobre e a ultrapassa. Dito de outro modo: a análise funcional recobre gramatical e semanticamente a análise em termos de *sujeito-predicado*, expandindo-a ao reunir em um mesmo gênero propriedades e relações. Com isso, manifestar-se-ia a enorme capacidade explicativa do conceito de função, a capacidade de espelhar o fato lógico da multiplicidade possível de análises de uma proposição qualquer. A permissão de uma multiplicidade de recortes lógicos, ao se conferir estatuto de parte lógica a tudo que resulte da omissão de outra parte lógica (a saber, do nome próprio ou expressão de argumento), permite que se reconheça a proposição como sendo construída não linearmente, mas em estágios em conformidade com um padrão definido pelo preenchimento de uma *pura estrutura operacional*.

Considere-se, então, a noção abstrata de uma pura estrutura operacional atinente a construção de termos numéricos, expressões mais elementares do cálculo operatório aritmético cujo exame constituiu a base das reflexões

³⁹ Isto é, assumindo que a estrutura lógica fundamental de uma proposição é: (Todo, algum ou este) S é P.

fregianas: (i) dada uma expressão complexa qualquer, considerando apenas o modo como símbolos categorialmente diferenciados constituem o seu conteúdo, obtemos uma estrutura. Tome-se a título de exemplo o seguinte termo numérico: “7 + 5”. Encontramos nesse termo particular um indicador de objeto (“7”), um indicador de operação (“+”) e outro indicador de objeto (“5”). De onde, a pura estrutura de aplicação de um símbolo operacional a dois objetos para constituição de um termo numérico seria: “ x OP y ”; (ii) em vista disso, “ $x + y$ ” configuraria um dos possíveis preenchimentos parciais de semelhante estrutura (um caso menos abstrato que a pura estrutura); (iii) de modo análogo, “7 + y ”, “3 + y ”, “ $x + 5$ ”, “ $x + 2$ ”, etc., configurariam ainda diferentes preenchimentos parciais da estrutura (estruturas semipreenchidas), embora menos abstratos que o anterior (“ $x + y$ ”); (iv) expressões tais como “7 + 5”, “3 + 2”, “5 + 5” etc. podem ser consideradas, por conseguinte, preenchimentos plenos da estrutura.⁴⁰ Ora, os resultados atinentes à consideração das estruturas operacionais relativas aos termos numéricos são generalizados por Frege, de sorte que toda expressão nada mais seria do que a resultante do preenchimento de estruturas funcionais, isto é, a resultante da introdução de elementos particulares nos lugares categorialmente reservados a eles. Toda expressão seria, pois, um dentre os muitos preenchimentos possíveis de uma (ou mais de uma) certa estrutura.

Dadas as considerações acima, fica claro que se obtém, como elemento intermediário entre a estrutura pura e uma estrutura completamente preenchida, a expressão de uma estrutura parcialmente preenchida (semipreenchida), cujo conteúdo se define, por sua vez, em termos justamente dos resultados de seus diferentes preenchimentos subsequentes possíveis.⁴¹ Se isso é assim, para determinar o preenchimento complementar de estruturas semipreenchidas, pode-se impor condições determinantes do modo como ele pode se dar. Essas condições corresponderiam de fato a operações sobre as próprias estruturas. Por exemplo, tome-se a seguinte expressão: “para todo x , $x + 1 = 1 + x$ ” e a

⁴⁰ Talvez, melhor dizendo, “7 + 5” possa ser considerado preenchimento pleno de diferentes estruturas semipreenchidas, como “ $x + 5$ ” e “7 + y ”.

⁴¹ Compreender o conteúdo da estrutura, nestes termos, corresponde a saber qual é classe de seus preenchimentos possíveis.

expressão “para algum x , $x + 1 = 1 + x$ ”. Nestes casos, as expressões “para todo x ” e “para algum x ” condicionam diferentemente o preenchimento de “ $x + 1 = 1 + x$ ”, definindo, assim, as suas condições gerais de verdade.⁴² Talvez se possa, por isso mesmo, dizer que a nova análise lógica fregeana impõe o reconhecimento de, pelo menos, duas partes combinadas: *primeiro*, uma parte caracterizando uma estrutura semipreenchida e, *segundo*, outra parte caracterizando uma operação condicionando do preenchimento da primeira parte.⁴³ Se, para Frege, as funções não passam de estruturas parcialmente preenchidas, cuja interpretação é dependente de seus preenchimentos completos, então, o papel da variável “ x ”, na expressão matemática típica de uma função “ $f(x)$ ” não é denotativo, seu papel é marcar um lugar vazio, categorialmente determinado, que possa ser diferentemente preenchido. O lugar de argumento, o lugar vazio identificado pela variável “ x ”, é parte da expressão funcional e identifica justamente sua sistemática dependência frente a seus preenchimentos completos possíveis. É isso que caracteriza a função como carecendo de complementação, como sendo *insaturada*.

Dado o exposto acima, pode-se compreender a distinção gramatical e semântica levada a cabo por Frege entre as expressões *saturadas* (isto é, resultantes do preenchimento de expressões funcionais) e as expressões *insaturadas* (expressões funcionais com lugares vazios). Frege, seguindo e generalizando as teses semânticas intuitivas dos matemáticos do final do século XIX, considera, primeiro, que toda expressão funcional é nome de uma função, quer numérica, quer proposicional (toda expressão que introduz uma estrutura parcialmente preenchida é, para Frege, nome de uma função) e, segundo, que toda composição de símbolos complexos pela combinação de expressões funcionais com nomes de argumentos é recursiva – o que implica que a relação

⁴² Definindo, assim, o seu sentido logicamente relevante.

⁴³ Do mesmo modo que, em “ $\text{Lim}_{x \rightarrow 0} 5 + x$ ”, a primeira parte, “ $\text{Lim}_{x \rightarrow 0}$ ”, especifica uma condição, a passagem ao limite, para o preenchimento da função, caracterizada pela segunda parte, “ $5 + x$ ”. Assim, especifica-se como deve ser o preenchimento (x deve ser substituído por números que se aproximem, progressivamente, de 0), o qual conduzirá o valor obtido para a função a cada preenchimento a aproximar-se, progressivamente, de 5.

de uma proposição com o valor da função proposicional para certo argumento deveria ser a mesma que a relação que os nomes de argumentos mantém com os argumentos (“5” designa um argumento, isto é, um número; “ $x + y$ ” designa uma função; “5 + 1” designa um valor, a saber o mesmo número designado pelo numeral “6”; “3 + 1” designa um valor, a saber o mesmo número designado pelo numeral “4”; “5 + 3 > 3 + 1” designa um valor;⁴⁴ “não (5 + 3 > 3 + 1)” designa um valor,⁴⁵ etc).

Ora, dada a distinção gramatical conceitográfica entre expressões *saturadas* e expressões *insaturadas* e dada, sobretudo, a assunção da semântica intuitiva dos matemáticos manifesta na tese da recursividade, temos a projeção no plano ontológico (isto é, no plano das coisas) da distinção entre dois tipos de entidades: os objetos (nomeados por expressões saturadas) e as funções (nomeadas por expressões insaturadas). Disto se segue que toda distinção adicional, seja ela na ordem lógica, seja ela na ordem ontológica, somente poderá se dar em conformidade com o número de lugares vazios atinentes à função e em conformidade com o *tipo* de argumento adequado. Assim, uma função para um argumento, cujo nível adequado do argumento é zero, corresponderá à atribuição de uma propriedade a um único objeto; uma função para dois argumentos de nível zero corresponderá a uma relação entre dois objetos (de um modo geral, uma função para n argumentos de nível zero corresponderá a uma relação entre n objetos); uma função de um argumento de nível 1 corresponderá a uma propriedade de uma propriedade de objetos (nesse caso, estaremos às voltas com uma função cujo argumento é uma função que toma argumentos de nível zero); de um modo geral uma função para n argumentos de nível 1 corresponderá a uma relação entre n funções que tomam argumentos de nível zero; uma função para um argumento de nível 2 corresponderá a uma função cujo argumento é uma função, cujo argumento é uma função, cujo argumento é de nível zero (isto é, um objeto) etc. O que resulta, portanto, é uma hierarquia ramificada infinita, cuja base é o tipo lógico-ontológico

⁴⁴ Valor este que, no artigo “Sobre o sentido e a referência”, será chamado de “o verdadeiro”.

⁴⁵ Valor este que, no artigo “Sobre o sentido e a referência”, será chamado de “o falso”.

dos objetos (argumentos de nível zero). Agora, se essa é a única base para as distinções lógicas e ontológicas, não há como distinguir diferentes tipos de objetos e tão pouco como distinguir diferentes tipos de expressões saturadas: tudo que se pode fazer é distinguir objeto de função e, correlativamente, expressão saturada de insaturada e a hierarquia ramificada (consoante ao número de lugares para argumentos) gerada por essa última. O resultado deste modo de sistematização de tipos lógicos e ontológicos é, em última análise, a impossibilidade de se distinguir proposições de nomes próprios. Nas palavras de Pêcheux:

“Se o objeto é uma entidade plena, logicamente fechada, e a função um molde oco <moûle creux>, uma matriz proposicional exigindo ser ‘preenchida’ por um ou mais objetos, uma questão surge: que estatuto conferir à proposição na medida em que esta resulta da operação de preenchimento, de ‘saturação’ de uma função por um ou mais objetos. A dissimetria fundamental da ontologia fregiana supõe uma repartição entre entidades fechadas (independentes porque saturadas) e entidades abertas não-saturadas, portanto, que lugar restaria para o resultado proposicional da operação de saturação? Dito de outro modo, trata-se de determinar ‘quais são o sentido e a denotação de uma proposição afirmativa tomada como um todo’: uma proposição seria um predicado que teria simplesmente a felicidade de atender suas condições adequadas de saturação ou, ao contrário, um objeto, na medida em que a saturação de um predicado confere ao resultado o estatuto logicamente acabado <clos> (pleno, independente e fechado <fermé>) de um referente, suscetível, portanto, de ser denotado por um nome? Ou bem, tratar-se-ia de um novo tipo de entidade?”⁴⁶

Boa parte dos escritos fregianos, de 1879 a 1918, são dedicados à solução de duas questões fundamentais não tratadas de modo satisfatório na sua *Conceitografia* e que poderiam constituir um obstáculo à aplicação das teses gramaticais e semânticas de origem matemática generalizadas por Frege. A primeira destas questões diz respeito à definição de quais são exatamente os valores das funções proposicionais. Na *Conceitografia*, onde a reflexão semântica era apenas incipiente, Frege pretendia que o valor assumido por uma função proposicional, quando saturada adequadamente, consistia em um *conteúdo proposicional*. Semelhante solução se revelava insatisfatória na medida em que não respeitava a tese da recursividade: a composição de

⁴⁶ Pêcheux, “Matériel em vue de l’article ‘Complétives/infinififs/infinifives’”, p. 9.

símbolos complexos pela combinação de expressões funcionais com nomes de argumentos, sendo recursiva, implica que a relação de uma proposição com o valor da função proposicional para um certo argumento deve ser a mesma relação que os nomes de argumento mantêm com os argumentos nomeados. Dito de outro modo: o valor das funções deve ser da mesma categoria lógico-ontológica que o argumento. A fim de contornar essa dificuldade, Frege assume explicitamente no artigo “Sobre o sentido e a referência” uma tese com a qual ele já estava implicitamente comprometido pela assunção da recursividade na *Conceitografia*: as proposições nomeiam.

No desenvolvimento do artigo “Sobre o sentido e a referência” de 1892, Frege se viu obrigado a distinguir entre dois componentes semanticamente vinculados às proposições:⁴⁷ a proposição de um lado *exprime* um *sentido* (que em 1918, no artigo “O Pensamento”, Frege passará a chamar justamente de “um pensamento”), de outro lado a proposição *refere*, *denota* ou *nomeia* um objeto, que Frege convencionou chamar de um “valor de verdade”. Nos termos de Pêcheux:

“Face à necessidade de dar, no interior de sua ontologia, um estatuto à proposição afirmativa considerada como ‘um todo’, Frege parece ter se resolvido no instante em que ele decide considerar a predicação como um tipo particular de referência: essa decisão o conduziu inevitavelmente a fazer da proposição um tipo particular de nome. Estendendo à proposição afirmativa a distinção entre sentido e denotação, aplicada antes de tudo aos nomes, Frege confere a ela por sentido um pensamento e por denotação ‘o verdadeiro’ ou ‘o falso’. O verdadeiro, enquanto ‘valor de verdade’ da proposição, torna-se assim o objeto denotado pela proposição e a proposição aparece como um dos nomes do verdadeiro (...) do mesmo modo que dizer ‘a capital do Império Alemão’ é, em um momento dado da História, uma maneira de nomear a cidade de Berlin”.⁴⁸

A segunda questão deixada em aberto pela investigação levada a cabo na *Conceitografia*, e igualmente não resolvida nos mais conhecidos artigos do

⁴⁷ Poder-se-ia dizer igualmente: Frege se viu obrigado a decompor em dois elementos o chamado *conteúdo proposicional* de 1879.

⁴⁸ Pêcheux, “Matériel em vue de l’article ‘Complétives/infinififs/infinifives’”, p.10.

final do século XIX,⁴⁹ é: se proposições são nomes, como distinguir entre o nomear e o afirmar (asserir)? O legado da *Conceitografia* e mesmo do artigo “Sobre o sentido e a referência” pode ser apresentado nos seguintes termos: não parece suficiente o apelo à mera estrutura lógica (estrutura função-argumento) para distinguir o que é meramente um nome do que, mais que um nome, é uma proposição e, por conseguinte, habilitada a representar descritivamente, com verdade ou com falsidade, aquilo que ocorre. Se, para Frege, as proposições são redutíveis às categorias dos nomes, então não são assertivas (não pretendem-se verdadeiras antes que falsas) e assim não se encontram habilitadas a veicular as descrições do mundo. A orientação ou compromisso com a verdade será apresentada por Frege no artigo “O Pensamento”, de 1918, como acrescentada “de fora” ao sentido proposicional uma vez que uma proposição nomeia um valor de verdade sem dizer qual o valor de verdade nomeia (por exclusão do oposto). O ato de asserir será definido por Frege justamente como ato de acrescentar a um sentido proposicional a orientação à verdade. A partir dessas considerações, Frege introduzirá, como complementar ao simbolismo conceitográfico, o sinal de asserção, “ ”, e, derivativamente, o da negação (isto é, da rejeição de um pensamento como falso), “ ”.

O que importa destacar nessas observações é que os novos símbolos introduzidos por Frege operam como se funções fossem, demandando uma saturação, uma complementação, adequada. Mais que isso, essas novas “funções” concernem, não aos conteúdos julgados, mas às diferentes modalidades do ato de julgar. Dito de outro modo: encontramos-nos as voltas com construções que extrapolam a ordem estritamente “gramatical” da gramática lógica, a qual concerne diretamente aos constructos passíveis de serem objetos dos atos de judicação e não aos atos eles mesmos.

Ao que parece, para Pêcheux, dois pontos das reflexões fregianas mereceriam ser objeto de arregimentação para o tratamento do discurso

⁴⁹ “Função e conceito” (1891); “Sobre o sentido e a referência” (1892) e “Sobre o conceito e o objeto” (1892).

ordinário e, assim, para a conformação desse peculiar instrumento que é a *forçagem*.

Em primeiro lugar, temos que a noção mesma de *saturação* e de *condições de saturação* permitiria contrastar metodicamente as “preferências” de certos sintagmas particulares por determinados tipos de construções, as quais seriam tratáveis como esquemas de saturação regulares, com aqueles esquemas de saturação raros ou mesmo inéditos. No documento de trabalho “Material para o artigo ‘Completivas/infinitivos/infinitivas’”,⁵⁰ Pêcheux, ao considerar as condições fregianas para as saturações, esboça justamente os contornos de seu aproveitamento na análise de discursos:

“Tudo se passa como se a realização “feliz” [bem sucedida] da operação de saturação supusesse a reunião de um certo número de condições: concernindo ao número de argumentos exigidos por um predicado dado (*e este ponto se abre sobre a questão das possibilidades de elipse de certos argumentos e do jogo discursivo sobre o número de argumentos*); concernindo à natureza lógica dos argumentos (*esse ponto se abre sobre a questão do estatuto paradoxal de elementos não saturados suscetíveis de cumprir um papel saturante, e também de elementos saturados não fechados*);⁵¹ concernindo às condições predicativas da operação, supondo no mínimo a distinção entre a afirmação e a negação, de onde o fato de Frege se ater estritamente à questão do sentido e da denotação da proposição afirmativa”.⁵²

Mais adiante, ainda no mesmo documento de trabalho, ao considerar o modo como Wittgenstein, sobretudo nas *Investigações Filosóficas*, teria supostamente expandido a aplicação da noção fregiana de *saturação* para além

⁵⁰ Pêcheux, “Matériel em vue de l’article ‘Complétives/infinitifs/infinitives’”.

⁵¹ Em nota, Pêcheux observa: “Uma vez abandonado o campo das discursividades lógico-matemáticas, o estatuto dos enunciados de identidade se complica um pouco: em ‘Murat é o rei de Roma’, isto é, ‘Murat é aquele que chamamos também de o rei de Roma’, o caráter fechado da expressão ‘rei de Roma’ começa a oscilar no equívoco aberto pela questão do que é isso ‘ser rei de Roma’ para que se possa dizer ‘o rei de Roma’ (ser rei supõe ter súditos). Do mesmo modo, sobre o enunciado de identidade ‘F. Mitterrand é o presidente da República’ (na França, em 1983) emerge a propriedade ‘ser presidente da República’, suscetível de ser afetado por advérbios, tais como ‘ser realmente’, ‘plenamente’, ‘de pleno direito’, ou ao contrário, ‘momentaneamente’, ‘até que se prove o contrário’, etc” (Pêcheux, *op. cit.*, nota 1, p. 21).

⁵² Pêcheux, *op. cit.*, pp. 9-10, grifo nosso.

do campo restrito das proposições declarativas, Pêcheux sublinha o modo como a completiva e o complemento infinitivo são capazes de indicar deslocamentos nas condições de saturação e de dessaturação das proposições em que ocorrem:

“Entre (a) e (b), (a) ‘eu espero que eu verei Maria hoje’, (b) ‘eu espero ver Maria hoje’, se joga outra coisa do que uma simples reescritura ‘cômada’ ligada à identidade do sujeito dos verbos ‘esperar’ e ‘ver’; para além da evidente equivalência de sentido, há uma oscilação entre o nível da informação relatada (no quadro comunicacional da reportagem universal) e aquele da manifestação subjetiva de uma tensão (de uma esperança, de um desejo, etc). E as possibilidades de saturação/dessaturação do enunciado são afetadas por essa oscilação: o enunciado (a) vai mais facilmente em direção a uma interpretação instrumental na qual o fato de ver Maria é, por exemplo, a condição do acerto de um negócio em curso (dessaturação possível: ‘eu espero que p1 porque p2, etc.’), enquanto que o enunciado (b) é suscetível de transformar-se na pura manifestação de um desejo, excluindo todo elemento saturante, no limite, podendo ser questão de minha relação com Maria e com nenhuma outra pessoa, ‘eu espero (ver) Maria’, é ela que eu espero (conforme a distância entre ‘eu amo Maria’ e ‘eu não amo senão Maria...’).⁵³

Em segundo lugar, temos a implícita extensão fregiana do uso da noção de *saturação* para além da mera estrutura lógico-gramatical (estrutura funcional interna à proposição), de modo a incluir, via sinal de asserção, os modos do julgar, e a posterior expansão wittgensteiniana deste segundo uso igualmente para além do domínio das proposições declarativas (descritivas).⁵⁴

“O que descobre assim o deslocamento Wittgensteiniano é a existência de uma instabilidade <porte-à-faux> entre o espaço da proposição considerada como um nome (remetendo aos verbos ‘de fala’ e ‘de opinião’, ao presente do indicativo ou ao passado composto, ao registro do mundo real) e aquele da expressão – proposicional ou não – considerada como um ato (colocando em jogo as modalidades ‘deônticas’ poder/dever, os verbos de ‘vontade’, os modos subjuntivo e imperativo e os registros ‘não-deônticos’ do possível, do provável,

⁵³ *Id.*, *ibid.*, p. 17.

⁵⁴ Estende-se, do “Assevero [que] *p*” e do “Nego [que] *p*” fregianos, ao “Ordeno [que] *p*”, “Pergunto [se] *p*”, “Prometo [que] *p*”, etc. Algo, de resto, já implícito na citação anterior, uma vez que encontramos lá a convergência ou coincidência de elementos atinentes à saturação discursiva (atinentes às forças ilocucionárias ou modos do julgar) em elementos constitutivos da estrutura intraproposicional, as completivas e os complementos infinitivos, cuja intersubstituição opera um deslocamento na ordem do que se faz (na ordem ilocucionária, na ordem dos modos do julgar ou, se preferir-se, dos “atos de fala”): descreve-se um estado de coisas ou exprime-se um desejo.

do futuro, do virtual). Há uma instabilidade <porte-à-faux> porque os dois espaços amontoam-se um sobre o outro através das identidades e das diferenças de formas, circulando entre a ordem e a questão ('eu vos peço para partir', 'eu vos pergunto se partireis', 'partireis?'), a promessa, a predição e a ameaça ('vós ireis partir'...), o anúncio e a ordem ('eu digo que vós partais', 'eu vos digo para partir', 'eu vos digo que vós partireis'), a possibilidade e a autorização ('vós podeis partir'), a necessidade material e a obrigação ('vós deveis partir'), etc. Todos esses enunciados 'levantam uma mesma questão', neste caso, aquela da partida do destinatário: o ponto crucial aqui é que a relação entre o argumento vós e o predicado partir (vós, partir) está sujeita a operações modalizadoras de 'apropriação' <prise en charge> oscilando entre a declaração, a ordem e a interrogação; em um primeiro nível, a capacidade de interpretar tais enunciados supõe que o receptor se autoriza a bloquear as derivações de sentido, a estabilizar zonas parafrásticas (neutralizando provisoriamente, no quadro de uma dada situação, os reflexos <miroitements> de sentidos correspondentes a essas derivações), a atribuir um valor pragmático determinado às forças ilocucionárias envolvidas: é a condição de existência dos universos práticos logicamente estabilizados aninhados <nichés> no discurso cotidiano (ele mesmo instável logicamente) no entrecruzamento das estabilidades referenciais tecnológicas e/ou administrativas".⁵⁵

É a partir dessa expansão que, tanto quanto se pode perceber, justifica-se a distinção efetuada por Françoise Gadet, Jacqueline Leon e Michel Pêcheux entre *condições de saturação de ordem gramatical* e *condições de saturação de ordem discursiva*.⁵⁶ Pode-se tomar como exemplo das condições discursivas de saturação de um sintagma verbal o comportamento gramatical apresentado pelo verbo *divorciar* em certos usos profissionais, como o dos advogados: "*eu estou divorciando X, onde divorciar é transitivo, na boca de um advogado (e esse caso é frequente em usos profissionais)*".⁵⁷

Para finalizar, parece mesmo possível dizer, na esteira de Gadet, Leon e Pêcheux, que o instrumento da *forçagem* pode ser visto como "uma aplicação à

⁵⁵ *Id., ibid.*, p. 18.

⁵⁶ F. Gadet, J. Leon, M. Pêcheux, "Remarques sur la stabilité d'une construction. La complétive", *Linx*, nº 10, 1984, p. 34.

⁵⁷ *Id., ibid.*, p. 34. Um outro exemplo, a propósito das condições de saturação discursivas atinentes aos verbos *chegar* e *partir* mediante os argumentos, de um lado, "eu" e "ele" e, de outro lado, "ontem" e "a véspera", "amanhã" e "o dia seguinte", pode ser encontrado em Denise Maldidier e Claudine Normand, "Quelle sorte d'objet est le sujet de la langue?", pp. 19-20.

sintaxe do princípio saussuriano de valor”.⁵⁸ Com efeito, os procedimentos de *forçagem* parecem permitir tanto a detecção de nódulos sintáticos de dispersão de sentido (como visto, por exemplo, no caso anteriormente citado da completiva e do complemento infinitivo), quanto a detecção dos, por assim dizer, ângulos de dispersão possíveis dos sentidos atinentes a determinadas construções gramaticais⁵⁹ e, assim, introduzir uma certa restrição, em ordem sintática, ao que, nos termos de Saussure, poderia ser chamado de um “arbitrário” ou “imotivado absoluto”:⁶⁰

“Dizer que qualquer descrição se abre para uma interpretação não é necessariamente assumir que ela se abre para ‘qualquer coisa’. A descrição de um enunciado ou uma sequência necessariamente envolve (através da detecção de espaços sintáticos vazios, elipses, inícios de negações e interrogações, de várias formas de discurso indireto) algum discurso ‘outro’ como espaço virtual de uma leitura do enunciado ou sequência. E é essa alteridade discursiva como presença virtual na materialidade descritiva da sequência que marca a partir de dentro <from within> desta materialidade a insistência do outro como a lei do

⁵⁸ F. Gadet, J. Leon, M. Pêcheux, “Remarques sur la stabilité d’une construction. La complétive”, p. 48.

⁵⁹ Conforme Edgardo Feinsilber, em “Na direção de um real efeito de sentido: a forçagem polifônica” (*Revista de Psicologia do Cesusc*, nº 1, janeiro de 2008, p. 28): “Borges, porém, igualmente sustentava em uma conferência sobre a metáfora, que ela tem limites, porque se tudo remete a tudo, a significação não se concretiza. *A metáfora tem como limite na significação certo ângulo de dispersão. A tarefa do poeta é fazer com que esse ângulo de dispersão que suporta a diferença seja entendível...*”. Grifo nosso.

⁶⁰ “O princípio fundamental da arbitrariedade do símbolo não impede de *distinguir* em cada língua, o que é relativamente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado. (...). Tudo que se refira à língua enquanto sistema exige, a nosso ver, que a abordemos desse ponto de vista, de que pouco cuidam os linguistas: a limitação do arbitrário. É a melhor base possível. Com efeito, todo sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema. O espírito, porém, logra introduzir um princípio de ordem e de regularidade em certas partes das massas dos signos, e esse é o papel do relativamente motivado. Se o mecanismo da língua fosse inteiramente irracional, poderíamos estudá-lo em si mesmo; mas como não passa de uma correção parcial de um sistema naturalmente caótico, adota-se o ponto de vista imposto pela natureza mesma da língua, estudando esse mecanismo como uma limitação do arbitrário. Não existe língua em que nada seja motivado; quanto a conceber uma em que tudo o fosse, isso seria impossível por definição. Entre os dois limites extremos – mínimo de organização e mínimo de arbitrariedade –, encontram-se todas as variedades possíveis” (Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, São Paulo: Cultrix, 1995, pp.152-154).

espaço social e memória histórica, e, assim, como o próprio princípio do real sócio-histórico, um fato que justifica o uso do termo ‘disciplina de interpretação’ a propósito de disciplinas trabalhando dentro deste registro”.⁶¹

4.2. Um estudo de caso: o que *falar* quer dizer?

A despeito do exemplo examinado no texto-conferência de 1983, “Discurso: estrutura ou evento?”, a saber, o enunciado “ganhamos”, cuja análise parece possível mostrar ser implicitamente orientada por procedimentos de *forçagem*, a despeito igualmente dos inúmeros exemplos submetidos às mais diversas operações de *forçagem* em “Observações sobre a estabilidade de uma construção. A completiva”⁶² de 1984, optou-se, pela relevância do tema para a área, por reproduzir a análise levada a cabo por Claudine Normand acerca do verbo francês *parler* <falar>. No artigo escrito em coautoria com Denise Maldidier, intitulado “Que tipo de objeto é o sujeito da língua?”,⁶³ Claudine Normand procede ao exame das distinções saussurianas tradicionais entre *linguagem*, *língua* e *fala*, partindo não da exposição teórica desses conceitos, mas de alguns exercícios de manipulação linguístico-gramatical em torno do verbo *parler* <falar>, exercícios esses que, tanto quanto se pode perceber, constituem justamente exemplares dos procedimentos de *forçagem*.

⁶¹ Pêcheux, “Discourse: structure or event?”, pp. 647-648, grifo nosso.

⁶² F. Gadet, J. Leon, M. Pêcheux, “Remarques sur la stabilité d’une construction. La complétive”.

⁶³ Denise Maldidier e Claudine Normand, “Quelle sorte d’objet est le sujet de la langue?” (*Linx*, número 13, 1985, pp. 7-47). Na verdade, este artigo fez originalmente parte do “Relatório da Comissão provisória da Missão para a Enciclopédia histórica e epistemológica das práticas científicas” (conforme nota da p. 7), apresentada ao Ministro da Pesquisa e da Tecnologia em novembro de 1983 e foi redigido em duas partes bem definidas, ficando Claudine Normand responsável pela primeira e Denise Maldidier, pela segunda. No que segue, faremos atenção à primeira parte do referido artigo.

O ponto de partida é o seguinte enunciado: (1) “*Les uns parlent les autres se taisent*” <Uns falam outros se calam>. Correlativamente a este, temos dois outros enunciados, o primeiro deles possível e o seguinte impossível, ou, pelo menos, extraordinário ou inédito:⁶⁴ (1’) “*les uns disent quelques mots les autres ne disent rien*” <uns dizem algumas palavras outros não dizem nada> e (1’*) “*les uns parlent quelques mots les autres ne parlent rien*” <uns falam algumas palavras outros não falam nada>. Destacando-se a circunstância de que (1’*) apenas se revelaria possível quando se procedesse a substituição, tal como ocorre em (1’), do verbo *parler* <falar> pelo verbo *dire* <dizer>, Normand observa que, comparativamente, apenas o mesmo tipo de substituição regularizaria o enunciado impossível (2*) “*Paul parle quelques mots à Pierre*” <Paulo fala algumas palavras a Pedro>, transformando-o no enunciado regular: (2’) “*Paul dit quelques mots à Pierre*” <Paulo diz algumas palavras a Pedro>.

A partir dessas primeiras *considerações*, diz Normand, dever-se-ia concluir que: “parler <falar> faz parte da classe dos verbos ditos intransitivos e dire <dizer> da classe dos verbos transitivos”.⁶⁵ Contudo, pode-se observar que as seguintes construções são perfeitamente regulares: (3) “*Que parle Pierre?*” <O que fala Pedro?> e (4) “*Que dit Pierre?*” <O que diz Pedro?>. Ora, as questões apresentadas em (3) e (4) são respondíveis introduzindo um complemento de objeto direto (COD), como nos exemplos, (3’) “*Pierre parle le français*” <Pedro fala o francês> e (4’) “*Pierre dit um gros mot*” <Pedro diz um

⁶⁴ Nos exemplos apresentados na sequência, o emprego de um asterisco, “*”, servirá, seguindo o emprego de Normand, como indicativo de impossibilidades, raridades ou ineditismos gramaticais. O “mestre dos asteriscos”, segundo Normand é o “locutor ideal que Chomsky introduziu em sua definição da competência”, o qual “não tem nada a ver com o emissor-receptor de tal [ou qual] mensagem particular, não mais que com o emissor-receptor de toda mensagem própria ao esquema da comunicação; ele não é concernido pela troca de mensagens, mas pela organização do código. Ele é aquele que dispõe desse código em virtude de uma necessidade lógica. Um código, uma língua, não existe senão ligada à existência de alguém que a utilize. Ele é, também, o locutor, aquele que julga sobre a organização gramatical de qualquer mensagem que seja: este é o seu papel na teoria, seu juízo, dito de ‘gramaticalidade’, serve de critério experimental na observação e na manipulação de enunciados concretos. Mestre do asterisco, é ele que autoriza a escritura dos enunciados seguintes e as conclusões que se tira daí” (Denise Maldidier e Claudine Normand, *op. cit.*, p.17).

⁶⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 10.

palavrão>, o que é atestável mediante a aplicação da operação de pronominalização: (3”) “*le français, Pierre le parle*” <o francês, Pedro o fala> e (4”) “*ce gros mot, Pierre le dit*” <esse palavrão, Pedro o diz>. Tal operação de pronominalização, deve-se observar, seria impossível em (5) “*Pierre parle la nuit*” <Pedro fala à noite>, como atesta (5’*) “*la nuit, Pierre la parle*” <a noite, Pedro a fala>, e em (6) “*Pierre parle argent, affaire, politique*” <Pedro fala [de] dinheiro, negócios, política>, como atesta (6’*) “*affaires, Pierre les pare*” <[de] negócios, Pedro os fala>. Vale observar que, a partir destas últimas considerações, pode-se inferir o oposto do resultado extraído anteriormente:

“Parler <falar> faria, portanto, parte da classe dos verbos transitivos do mesmo modo que dire <dizer>. Mas, se tentamos fazer [o verbo] parler seguir-se de unidades lexicais (em função do COD), diferentes de (3), constata-se que a lista é estritamente limitada aos temas designando a (uma) língua. O COD de falar não pode ser senão um SN comportando o elemento lexical língua ou uma de suas especificações”.⁶⁶

Observe-se, ainda acerca disso, que é perfeitamente possível o enunciado (7) “*Pierre parle une langue, sa langue maternelle, la langue française, le français, (mais aussi) le chinois, l’esquimau, le verlan et n’importe quel jargon ou dialecte*” <Pedro fala uma língua, sua língua materna, a língua francesa, o francês, (mas também) o chinês, o esquimó, o verlan⁶⁷ e não importa qual jargão ou dialeto>, enquanto que o seguinte enunciado é impossível: (7’*) “*Pierre parle les mots français, les paroles des autres, des phrases bizarres*”. <Pedro fala as palavras francesas, as palavras dos outros, as frases bizarras>. O que ratificaria a consequência apontada acima de que as diferentes saturações aceitáveis a título de COD em tais lugares constituem “um conjunto comportando o traço semântico língua, por exclusão de qualquer outro termo, mesmo [aqueles] designando uma realização particular da língua (palavra, frase...)”.⁶⁸

⁶⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 11.

⁶⁷ O *verlan* constitui um jogo na língua assemelhado à nossa *língua do pé*. A palavra “Verlan” corresponde à contração, em *verlan*, da expressão “*langue à l’envers*” <língua ao inverso> e, de um modo geral, as construções em *verlan* se dão mediante a passagem a última sílaba para o início da palavra.

⁶⁸ *Id.*, *ibid.*, p.11.

Concluído esse primeiro bloco de análise, Normand convida o leitor a efetuar uma comparação entre o comportamento do verbo *parler* e o de outros verbos da língua francesa que compartilham a peculiaridade de, sendo intransitivos, admitirem, porém, a complementação por objeto direto em séries lexicais bastante restritas. Tome-se, pois, os seguintes exemplos: (8) “*Courir une course, les 24 heures du Mans, sa chance*” <Correr uma corrida, as 24 de horas de Mans, sua oportunidade> e (9) “*Vivre sa vie, une aventure, un grand bonheur*” <Viver sua vida, uma aventura, uma grande felicidade>. Deve-se observar aqui, destaca Normand, que no que concerne aos verbos *courir* e *vivre*, a série lexical habilitada à comutação a título de COD cobre uma maior amplitude e variedade de sentidos do que ocorre no caso do verbo *parler*. Os verbos *courir* e *vivre* permitem, e o verbo *parler* não, a complementação por aquilo que se pode chamar de complemento de objeto interno, a saber, “um nome comportando o mesmo morfema lexical que o verbo: *vivre* e *vie* <viver e vida>, *courir* e *course* <correr e corrida>, mas não *parler* e *paroles* <falar e palavras>”,⁶⁹ o que interdita, portanto, a seguinte construção (10*) “*Pierre parla ces paroles*” <Pedro fala suas palavras>.

Um terceiro bloco de análises é dedicado ao exame da classificação gramatical conferida aos sintagmas passíveis de funcionar como complementos de objeto direto do verbo *parler*. Considere-se, inicialmente, os seguintes exemplos: (11) “*Pierre parle français*” <Pedro fala francês> e (12) “*Pierre parle fort*” <Pedro fala alto>. A possibilidade de intersubstituição regular de *français* <francês> por *fort* <alto> na saturação de “*Pierre parle...*” < Pedro fala...>, parece, à primeira vista, validar a classificação do primeiro complemento, *français*, na mesma categoria do segundo, *fort*, a saber, aquela dos “adjetivos empregados como advérbios”.⁷⁰ Contudo, tal aproximação não se sustenta quando se leva em conta a impossibilidade de (11’*) “*Pierre parle (plus) très français*” <Pedro fala (mais) muito francês> em contraposição à possibilidade de (12’) “*Pierre parle (plus) très fort*” <Pedro fala (mais) muito alto>. Ademais, como

⁶⁹ *Id.*, *ibid.*, p.12.

⁷⁰ *Id.*, *ibid.*, p.12.

observa Normand, tampouco *français* <francês> pode ser completamente equiparado à *le français* <o francês> para fins de complementação como objeto direto (COD) da mesma matriz proposicional, malgrado o fato de (4) “*Pierre parle le français*” <Pedro fala o francês> e de (11) “*Pierre parle français*” <Pedro fala francês> serem ambas regulares. Com efeito, o enunciado (4) pode, como foi visto anteriormente, funcionar como resposta à questão (3) “*Que parle Pierre?*” <O que fala Pedro?>, enquanto que (11) não pode – o que se mostra na ilegitimidade da pronominalização manifesta em (11’*) “*français, Pierre le parle*” <francês, Pedro o fala> quando contraposta a legitimidade da pronominalização (3’) “*le français, Pierre le parle*” <o francês, Pedro o fala>. Observe-se, ainda, que, mesmo não sendo categorizáveis do mesmo modo, *français* e *le français*, compartilham possibilidades combinatórias adverbiais, como em (14) “*il parle correctement, à peine, bien, le français*” <ele fala corretamente, mal, bem, o francês> e (15) “*il parle correctement, à peine, bien, français*” <ele fala corretamente, mal, bem, francês>.

A conclusão destes três primeiros blocos da análise relativa ao comportamento sintático do verbo *parler* <falar> é apresentada nos seguintes termos:

“Pode-se concluir para esse verbo que existem propriedades muito particulares que ele não compartilha inteiramente com nenhum dos lexemas que lhe são mais ou menos sinônimos, salvo com o familiar *causer* <papear>⁷¹: (16) “*Pierre cause le français, français, en français*” <Pedro papeia o francês, francês, em francês>, mas (16’) ? “*Pierre cause sa langue*” <Pedro papeia sua língua>; e (17) “*Pierre bavarde en français*” <Pedro conversa em francês>, mas (17’*) “*Pierre bavarde le français*” <Pedro conversa o francês>. Deste primeiro tempo de nossa demonstração, resulta que as particularidades sintáticas do verbo *parler* <falar> são ligadas a restrições lexicais sobre o complemento que o segue diretamente. Seja: 1. Uma restrição muito estrita quando o complemento é seja um SN (COD) seja um adjetivo (não adverbial); em um e outro caso o elemento lexical deve comportar o sema *langue* <língua>: *parler sa langue, l’anglais, un jargon, français, patois* <falar sua língua, o inglês, um jargão, francês, dialeto>. 2. Nenhuma restrição lexical quando o contexto de direito <*le contexte de droite*> é um elemento adverbial: *parler fort, avec force, avec un ami, à tort et à travers*,

⁷¹ Observe-se, porém, que *papear* (ou qualquer um dos correlatos de *causer* em português: *tagarelar, papagaiar*, etc.) não possui o mesmo funcionamento lexical do verbo coloquial francês *causer*. Em função disso, poder-se-á constatar nas traduções certas irregularidades (como por exemplo: “papear francês” ou “papear o francês”, construções anômalas em português).

dans sa langue... <falar alto, com força, com um amigo, indiscriminadamente, em sua língua...>”.⁷²

Uma vez admitidas as distinções nas propriedades léxico-sintáticas do verbo *parler* apontadas acima, segue-se a correlação dos diferentes tipos de emprego com os diferentes sentidos do verbo. Uma polissemia que se torna manifesta quando se considera os seguintes enunciados: (18) “*Contrairement aux animaux, les hommes parlent*” <Contrariamente aos animais, os homens falam>; (19) “*Les gens cultivés parlent plusieurs langues*” <As pessoas cultas falam muitas línguas> e (20) “*Pierre parle grossièrement*” <Pedro fala grosseiramente>. Em semelhantes casos, sugere Normand, se parafrasearmos *parler* por um verbo e um nome pode-se obter: (18’) *les hommes disposent du langage* <os homens dispõem da linguagem>; (19’) “*les gens cultivés connaissent plusieurs langues*” <as pessoas cultas conhecem várias línguas>; (20’) “*Pierre dit des paroles grossières*” <Pedro diz palavras rudes> – o que autorizaria as seguintes conclusões:

“Vemos que o verbo *parler* <falar>, na ausência de um verbo **langager* <linguajar> ou de um verbo **languer* <linguar>, conecta-se a três nomes diferentes, *langage*, *langue*, *parole* <linguagem, língua, palavra>, que intuitivamente classificamos, inicialmente, do mais geral ao mais particular. Todo locutor francês recusaria uma relação de equivalência semântica entre (18.1) *les hommes parlent* <os homens falam>, (18.2) *les hommes parlent plusieurs langues* <os homens falam muitas línguas> e (18.3) *les hommes parlent grossièrement* <os homens falam grosseiramente>. Cada contexto é, assim, específico de um emprego de falar, os quais poderiam ser formalizados assim: 1) V.1+Ø; 2) V.2.+COD (lexicalmente restrito); 3) V.3+Adv”.⁷³

Essas conclusões seriam corroboradas pelas impossibilidades resultantes das *forçagens* executadas mediante a substituição do verbo *parler* pelo verbo *dire* nos exemplos citados imediatamente acima: (18’*) “*les hommes disent*” <os homens dizem>, (19’*) “*les gens cultivés disent plusieurs langues*” <as pessoas cultas dizem várias línguas> e (20’*) “*Pierre dit grossièrement*”

⁷² *Id.*, *ibid.*, p.13.

⁷³ *Id.*, *ibid.*, p.14.

<Pedro diz rudemente> (apenas esta última seria passível de regularização ou bem quando complementada pelo conteúdo do que é dito, como o que ocorre, por exemplo em (21) “*Pierre dit grossièrement: ‘tu te prends pour qui?’*” <Pedro diz rudemente: ‘quem você pensa que é?’>, ou bem, quando é feita a transformação do advérbio em complemento objeto direto, como, por exemplo, ocorre em: (22) “*Pierre dit des paroles grossières*” <Pedro diz palavras rudes>.

Para finalizar, o resultado geral dos diferentes conjuntos de manipulações linguísticas executadas por Normand é apresentado nos seguintes termos:

“Esta manipulação confirma os três empregos do verbo parler <falar> e o emprego único do [verbo] dire <dizer> correspondendo à parole <palavra>. (...). Se a polissemia do verbo parler propicia <este> um certo número de enunciados correntes (cf. *il parle bien* <ele fala bem>; *c’est un beau parleur* <é bem falante>), em geral ela é revelada <levée> pelos contextos e a realidade empírica do falar se deixa abordar segundo três pontos de vista: falar em geral (saber, poder falar), falar uma língua particular, produzir palavras <paroles> em circunstâncias dadas. A estes três pontos de vista correspondem três abstrações: linguagem, língua, fala, cuja distinção constitui um fundamento teórico da linguística moderna. Esta dupla distinção (linguagem/língua, língua/fala) enunciada por Saussure desde as primeiras páginas do Curso de linguística geral permitiu definir a língua como objeto próprio da disciplina. Que esta distinção tenha sido dificilmente admitida (mesmo recusada) por alguns, faz parte da história da teoria se deve <tient>, sem dúvida, tanto à polissemia do verbo falar quanto às dificuldades da abstração. A relação teórica que une e distingue ao mesmo tempo esses termos (sempre associados no concreto do ato de fala) é, com efeito, afastada de toda evidência empírica; ela não pode, em particular, ser reduzida à inclusão de partes em um todo. Aprender a falar é sempre ter acesso à linguagem por intermédio de uma língua particular (em certos casos, duas ou várias); e a diversidade de palavras <paroles> particulares supõe o sistema comum da língua, cujo modo de existência é tão abstrato em Saussure quanto aquele do inconsciente em Freud. O que ainda poderia ser dito [assim]: a língua introduz uma particularidade em relação ao termo geral linguagem, mas ela permanece uma generalidade em relação à fala <parole>”.⁷⁴

⁷⁴ *Id.*, *ibid.*, pp.14-15.

Considerações finais

Na presente dissertação, buscou-se delinear os contornos adquiridos pela AD em sua terceira fase, tomando por base, particularmente, as reflexões de Pêcheux expostas no artigo “Discurso: estrutura ou evento?”. Para tanto, partiu-se da apropriação pêcheutiana da distinção clássica entre *fato* e *feito* procurando mostrar as consequências daí advindas para a consideração do objeto, dos propósitos e da metodologia da AD.

Como visto, a distinção dos sentidos do real, o real dos *fatos* (real independente) e o real dos *feitos* humanos (real dependente de representação simbólica), nos termos em que é levada a cabo por Pêcheux, corresponde ao reconhecimento de dois tipos irreduzíveis de disciplinas científicas: as disciplinas descritivas, atinentes aos *fatos*, e as disciplinas normativas ou interpretativas (com graus variados de estabilidade e instabilidade lógica), atinentes aos *feitos*. Viu-se, igualmente, que, ao espaço das disciplinas logicamente estáveis, descritivas e normativo-interpretativas, contrapõe-se, em certo sentido, um espaço resultante justamente da superposição e interpenetração massiva de sistemas logicamente estáveis de discurso: o espaço, logicamente instável, do discurso ordinário.

Procurou-se, ademais, mostrar como as considerações atinentes aos sentidos do real e aos tipos de universos lógicos que lhes são, respectivamente, correspondentes culminam na retomada de teses de cunho epistemológico que caracterizaram o percurso intelectual de Pêcheux desde seus primeiros escritos – reflexões essas sumarizadas no tema do “corte epistemológico”. Semelhante retomada confere, por seu turno, inteligibilidade à drástica alteração de rumos nos destinos da AD-3 implementadas por Pêcheux: o abandono das noções

anteriormente cruciais de *formação ideológica*, *aparelho ideológico* e de *formação discursiva* – o que de resto, pode-se supor, enseja mesmo a sutil alteração na designação da disciplina que passa de “Análise do Discurso” a “Análise de Discurso”.

O clímax dessa mudança de rumos se resume, a partir do exame da impossibilidade de toda e qualquer “ciência régia”, no abandono, por impossível, das pretensões de cientificidade rigorosa (nos moldes de uma “nova física”) enraizadas na estrutura teórica da AD em função da adesão à metafísica marxista (a qual, travestida de ciência, pretendia justamente um impossível acesso à estrutura do real ele mesmo). O desmoronamento de um dos pilares constitutivos da “tríplice aliança” da AD enseja, por seu turno, a emergência de um “novo sujeito” do discurso, o sujeito pragmático,¹ e, correlativamente, de novos procedimentos de análise de discursos, as técnicas de *forçagem*: procedimentos de manipulação linguístico-discursivos habilitados, em certa medida, à detecção no sistema mesmo de uma língua de deslocamentos semânticos feitos ou factíveis por tal sujeito.

Os resultados obtidos nesta dissertação constituem, por certo, um esboço antes que um retrato acabado da “nova AD”. Muitas questões aqui levantadas merecem um posterior aprofundamento. Muitas questões implicadas pelo que foi desenvolvido aqui permanecem “em aberto”, merecendo uma posterior explicitação. Acerca de uma das questões deixadas em aberto, contudo, vale tecer algumas conjecturas, a título de fechamento deste trabalho: em que termos precisamente se deve entender as relações vigentes entre a “nova AD” e a linguística?

¹ O sujeito pragmático, que ora é e ora não é senhor de palavras e de sentidos, não pode ser propriamente identificado nem com o locutor ideal, o “arquilocutor”, suposto na organização formal de qualquer sistema da língua (um locutor qualquer, considerado independentemente de todas as circunstâncias particulares de uso ou performance de uma língua), nem com o impossível “sujeito assujeitado” (tematizável por alguma igualmente impossível “ciência das ideologias em geral”).

A adesão às técnicas de *forçagem*, como apontado na dissertação, decorre seguramente da introdução do sujeito pragmático como titular do discurso: a reorientação do foco da AD para o instável “*espaço infraextático*”, lugar do sujeito pragmático, implica, como visto, a necessidade de priorizar uma análise (descritiva) linguística das materialidades discursivas aberta à detecção de potenciais derivações de sentido, capaz de assinalar a “presença virtual”, na própria materialidade, de outros sentidos (e a *forçagem* se apresenta justamente como uma técnica de análise sensível à alteridade dos sentidos, sensível à abordagem da equivocidade característica do discurso ordinário). Que a análise linguística possa se dar nesses termos, supõe, por seu turno, que o sistema da língua, o real da língua, não seja omissivo ou proibitivo em relação ao tratamento de derivações possíveis de sentido:

“O objeto da linguística, o que é próprio à língua, parece assim ser atravessado <*appears to be traversed*> por uma divisão discursiva entre dois espaços: aquele da manipulação de significações estabilizadas, normalizado por uma higiene pedagógica do pensamento, e aquele da transformação do significado <*meaning*>, escapando de todas as normas estabelecidas *a priori*, o trabalho do significado sobre o significado <*the work of meaning on meaning*>, apreendido em um indefinido ‘renascer’ de interpretações”.²

Se for somada à adesão aos procedimentos de *forçagem* e à consequência extraída acima uma outra tese defendida por Pêcheux, atinente aos limites da descrição possível dos *fazeres humanos* (eles são, em última análise, irreduzíveis à ordem bruta dos fatos e, por conseguinte, sujeitos primariamente à *interpretação*), obtemos os seguintes resultados: (i) que o objeto da linguística, o que é “próprio à língua”, seja ele mesmo sujeito à instabilidade acarreta que a linguística, como disciplina, não pode se dedicar a uma mera descrição de seu objeto, ela é uma disciplina de *interpretação*, devendo, por conseguinte, pautar suas descrições em *modelos de interpretação*, ajustáveis segundo o desenrolar das investigações acerca da língua;³ (ii) dado ser a *forçagem*, na qualidade de instrumento linguístico-discursivo, apta à detecção de

² *Id.*, *ibid.*, p. 646. Na mesma linha, ver Michel Pêcheux e Françoise Gadet, “La langue introuvable”, pp. 28-29.

³ Ver, acerca disso, o capítulo I.

nódulos sintáticos de instabilidade semântica, ela parece ser instrumento privilegiado para a constituição e para o ajuste dos modelos linguísticos do sistema da língua.

Todas as contas feitas, teríamos: as técnicas de *forçagem*, de um lado, como instrumentos privilegiados da AD, supõem uma caracterização linguística do sistema formal da língua e, de outro lado, como instrumentos da linguística, são, por seu turno, supostas para o desenvolvimento e aprimoração dos modelos formais relativos ao sistema da língua. O resultado final seria, portanto, o estreitamento das relações entre as disciplinas da AD e da linguística: não se trata mais de a AD servir-se da linguística (como ocorria nas duas primeiras fases da AD). Antes, ambas as disciplinas mantêm estreita relação de cooperação e reciprocidade.

Bibliografia

ALLISON, Henry E., *Idealism and freedom: essays on Kant's theoretical and practical philosophy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ANGERMULLER, Johannes, *Analyse du discours poststructuraliste*, França: Éditions Lambert-Lucas, 2013.

ARISTOTE, *Métaphysique*, Paris:Vrin, 1991, tomo 1.

BAKER, Gordon & HACKER, P. M. S., *Language, sense and nonsense. A critical investigation into modern theories of language*, Oxford: Basil Blackwell, 1986.

BARBOSA FILHO, Balthazar, "Saber, fazer e tempo: uma nota sobre Aristóteles", in: BARBOSA FILHO, Balthazar, *Tempo, verdade e ação. Estudos de lógica e ontologia*, São Paulo: Discurso Editorial/Editora Paulus, 2013.

BARBOSA FILHO, Balthazar, *Tempo, verdade e ação. Estudos de lógica e Ontologia*, São Paulo: Discurso Editorial/Editora Paulus, 2013.

BRANCA-ROSOFF, Sonia; COLLINOT, André; GUILHAUMOU, Jacques & MAZIÈRE, Francine, "Questions d'histoire et des sens", *Langages*, nº 117, 1995.

CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie & PÊCHEUX, Michel, *Matérialités Discoursives*, Lille: Presses de Lille, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques & MARANDIN, Jean-Marie, "Quel objet pour l'analyse du discours?", in: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie & PÊCHEUX, Michel, *Matérialités Discoursives*, Lille: Presses de Lille, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques, "Le Discours Introuvable: Marxisme et Linguistique (1965-1985)", *Histoire Épistémologie Langage*, tomo 13, fascículo 2, 1991.

DANTO, Arthur C., *Que és filosofia*, Madri: Alianza Editorial, 1984.

FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 2, Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

FEINSILBER, Edgardo, “Na direção de um real efeito de sentido: a forçagem polifônica”, *Revista de Psicologia do Cesusc*, nº 1, janeiro de 2008.

FICHANT, Michel & PÊCHEUX, Michel, *Sobre a história das ciências*, Lisboa: Estampa, 1971.

FICHANT, Michel & PÊCHEUX, Michel, *Sur l'histoire des sciences*, Paris: Maspero, 1969.

FIERZ, Markus, “Le problème de l'espace au XVII siècle”, *Fundamenta Scientiae*, Strasbourg: Université Louis Pasteur, nº 9, 1974.

FOUCAULT, Michel, “Metodologia para o conhecimento do mundo: como se desembaraçar do marxismo” (1978), *in*: FOUCAULT, Michel, *Repensar a política*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel, “Prefácio” (1972), *in*: FOUCAULT, Michel, *História da loucura na Idade Clássica*, São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel, “Resposta a uma questão” (1968), *in*: FOUCAULT, Michel, *Repensar a política*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel, “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia” (1968), *in*: FOUCAULT, Michel, *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel, *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel, *História da loucura na Idade Clássica*, São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel, *Repensar a política*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREGE, Gottlob, *Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought*, *in*: HEIJENOORT, Jean Van, *Frege and Gödel. Two fundamental texts in mathematical logic*, Cambridge: Harvard University Press, 1970.

GADET, Françoise & HAK, Tony (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas: UNICAMP, 1997.

GADET, Françoise; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul & PÊCHEUX, Michel, “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia”, *in*: PÊCHEUX, Michel, *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*, textos selecionados por Eni Orlandi, Campinas: Pontes Editores, 2011.

GADET, Françoise; LEON, Jacqueline & PÊCHEUX, Michel, “Remarques sur la stabilité d’une construction. La complétive”, *Linx*, nº 10, 1984.

GALILEU, *Dialogues concerning two new sciences*, Nova Iorque: Dover.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel & HENRY, Paul, “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, *Revista Eletrônica Linguagem/UFSCar*, edição 03, link: http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php.

HEIJENOORT, Jean Van, *Frege and Gödel. Two fundamental texts in mathematical logic*, Cambridge: Harvard University Press, 1970.

HELSLOOT, Niels & HAK, Tony, “Pêcheux’s contribution to Discourse Analysis”, *Forum: Qualitative Social Research*, vol. 8, nº 2, May 2007.

HENRY, Paul Henry, “Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”, *in*: GADET, Françoise & HAK, Tony (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas: UNICAMP, 1997.

HENRY, Paul, “Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”, *in*: GADET, Françoise & HAK, Tony (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas: UNICAMP, 1997.

HERBERT, Thomas, “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” (1966), *in*: ORLANDI, Eni (org.), *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

IFVERSEN, Jan, “Jacques Guilhaumou and the french school”, *Redescriptions. Yearbook of political thought and conceptual history*, vol. 12, 2009.

KANT, *Crítica da Razão Pura*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

KOYRÉ, Alexandre, “Galillé et Platon”, *in*: KOYRÉ, Alexandre, *Études d’histoire de la pensée scientifique*, Paris: Gallimard, 1973.

KOYRÉ, Alexandre, *Études d’histoire de la pensée scientifique*, Paris: Gallimard, 1973.

LAMOUNIER, Bolivar, “Formação de um pensamento político autoritário na primeira república, uma interpretação”, in: FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 2, Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

LOPES DOS SANTOS, Luiz Henrique, “A essência da proposição e a essência do mundo”, in: WITTGENSTEIN, L., *Tractatus logico-philosophicus*, São Paulo: EDUSP, 1993.

LOPES DOS SANTOS, Luiz Henrique, *O olho e o microscópio: a gênese e os fundamentos da lógica segundo Frege*. Rio de Janeiro: Trarepa, 2008.

LOUZADO, Gerson, “O realismo transcendental e os fundamentos da terceira antinomia da Crítica da Razão Pura”, *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 12, nº 1, 2008.

MACHEREY, Pierre, “L’inquietude du discours selon Foucault”, in: *Groupe d’études “La philosophie au sens large”*, Seminário de 31/01/2007, link: <http://stl.recherche.univ-lille3.fr/seminaires/philosophie/macherey/macherey20062007/macherey31012007.html>

MACHEREY, Pierre, “Langue, discours, ideologie, sujet, sens: de Thomas Herbert à Michel Pêcheux”, in: *Groupe d’études “La philosophie au sens large”*, Seminário *Idéologie: le mot, l’idée, la chose* (11), de 17/01/2007, link: <http://stl.recherche.univ-lille3.fr/seminaires/philosophie/macherey/macherey20062007/macherey17012007.html>

MALDIDIER, Denise & NORMAND, Normand, “Quelle sorte d’objet est le sujet de la langue?”, *Linx*, nº 13, 1985.

MALDIDIER, Denise, “L’inquiétude du discours. Un trajet dans l’histoire de l’analyse du discours: le travail de Michel Pêcheux”, *Semen*, 8, 1993, link: <http://semem.revues.org/4351>.

MALDIDIER, Denise, *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*, Campinas: Pontes, 2003.

NELSON, Cary & GROSSBERG, Lawrence (eds.), *Marxism and the interpretation of culture*, Urbana: University of Illinois Press, 1988.

NORMAND, Claudine, “Alguns efeitos da teoria saussuriana sobre uma descrição semântica”, in: NORMAND, Claudine, *Convite à linguística*, São Paulo: Contexto, 2009.

NORMAND, Claudine, “É sobre qual sujeito?”, *Educação e Realidade*, v. 36, nº 3, 2011.

NORMAND, Claudine, “Sentido e sentimento linguístico ou o contágio da negação”, mimeo, s/data e s/numeração de página (versão portuguesa para trabalho em aula do

artigo “Sens et sentiment linguistique ou la contagion de la négation”, *in*: NORMAND, Claudine, *Bouts, brins, bribes: petite grammaire du quotidien*, Orléans: Le Pli, 2002).

NORMAND, Claudine, *Convite à linguística*, São Paulo: Contexto, 2009.

NORMAND, Claudine, *Saussure*, São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ORLANDI, Eni (org.), *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel & BALIBAR, E., “Definições”, *in*: FICHANT, Michel & PÊCHEUX, Michel, *Sobre a história das ciências*, Lisboa: Estampa, 1971.

PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise, “La langue introuvable”, *Canadian Journal of Political and Social Theory*, 7 (1-2), 1981.

PÊCHEUX, Michel, “A análise de discurso: três épocas”, *in*: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel, “Análise automática do discurso (AAD-69)”, *in*: GADET, Françoise & HAK, Tony (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel, “Discourse: structure or event?”, *in*: NELSON, Cary & GROSSBERG, Lawrence (eds.), *Marxism and the interpretation of culture*, Urbana: University of Illinois Press, 1988.

PÊCHEUX, Michel, “Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?”, (1982), *in*: PÊCHEUX, Michel, *Análise de discurso: Michel Pêcheux*, textos escolhidos por Eni Orlandi, Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, Michel, “Matériel en vue de l'article ‘Complétives/infinififs/infinifives’”, *Linx*, n°10, 1984.

PÊCHEUX, Michel, “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação” (1978), *in*: PÊCHEUX, Michel, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel, “Sobre a (des)construção das teorias linguísticas” (1982), *Cadernos de Tradução*(Instituto de Letras/UFRGS), n° 4. Outubro de 1988.

PÊCHEUX, Michel, *Análise de discurso: Michel Pêcheux*, textos selecionados por Eni Orlandi, Campinas: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel, *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: UNICAMP, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand de, *Curso de linguística geral*, São Paulo: Cultrix, 1995.

ZALTA, Edward N., *Stanford encyclopedia of philosophy*, link: <http://plato.stanford.edu/index.html>.

WALLIS, Darian, "Michel Pêcheux's theory of language and ideology and method of Automatic Discourse Analysis: a critical introduction", *Text & Talk*, 27-2, 2007.

WINCH, Peter, *A ideia de uma ciência social*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

WITTGENSTEIN, L., *Tractatus logico-philosophicus*, São Paulo: EDUSP, 1993.

WOLFRAM, Sybil, *Philosophical logic. An introduction*, Londres: Routledge, 1989.